



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

Diego de Campos Domingos

O SENTIDO E A DIREÇÃO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL:
perspectivas pragmatistas para a compreensão de um espaço científico

Florianópolis
2020

Diego de Campos Domingos

O SENTIDO E A DIREÇÃO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL:
perspectivas pragmatistas para a compreensão de um espaço científico

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de doutor em
Administração.

Orientador: Prof. Maurício Roque Serva de Oliveira, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

de Campos Domingos, Diego

O sentido e a direção da crítica em Administração no Brasil : perspectivas pragmatistas para a compreensão de um espaço científico / Diego de Campos Domingos ; orientador, Maurício Roque Serva de Oliveira, 2020.

164 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Sociologia da Ciência. 3. Sociologia Pragmatista Francesa. 4. Administração. 5. Práticas científicas. I. Roque Serva de Oliveira, Maurício. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Administração. III. Título.

Diego de Campos Domingos
O SENTIDO E A DIREÇÃO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL:
perspectivas pragmatistas para a compreensão de um espaço científico

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. André Luís da Silva Leite, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Graziela Dias Alperstedt, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Raphael Schlickmann, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Administração.

Prof. Rudimar Antunes da Rocha, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Maurício Roque Serva de Oliveira, Dr.
Orientador

Dedico esta tese a Juliano Schier, aos meus pais e a minha vó
Maria de Lourdes Ribeiro Domingos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Acredito, antes de mais nada, que somos feitos de encontros e quem somos hoje é o resultado desses encontros que temos ao longo de nossas vidas. Este trabalho é resultado desses encontros.

Ao citar, agradeço especificamente:

A Juliano Schier, companheiro de vida que apoia meus sonhos e ajudou-me a tornar este uma realidade.

Aos meus pais que sempre me incentivaram “a seguir nos estudos e ser alguém na vida”.

Ao meu orientador, Maurício Serva, pela sua presença, generosidade, confiança e humanidade. Agradeço pelos conselhos que me ajudaram em momentos pessoais difíceis e pelas conversas que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico.

Aos amigos que fiz no doutorado, mas em especial a Marina. Obrigado pelo acolhimento e por me mostrar que ser espontâneo e demonstrar os sentimentos é libertador.

Entre aos amigos também cito Larisse, Monique, Fernanda e Mônica. Cada uma ao seu jeito, também se fazem presente na tese e na minha vida.

Aos colegas do ORD que, direta ou indiretamente, também ajudaram a concluir esta tese.

Aos membros da banca e todos os demais professores e professoras que passaram pela minha trajetória. Obrigado por acreditarem em uma profissão que, infelizmente, é pouco valorizada em nosso país.

À acolhida na EHESS/Paris por Nicolas Dodier. Agradeço pelo esforço em compreender minha proposta de pesquisa e pelo engajamento em me ajudar a aprofundá-la. Sem nossas conversas de orientação, talvez não teria visualizado a luz no fim do túnel.

Ao apoio institucional da CAPES, pelas bolsas de doutorado e doutorado-sanduíche.

Por fim, agradeço à minha avó Maria de Lourdes (*in memoriam*) que mesmo não estando mais entre nós, sei que tem me ajudado.

Existem os cinco dedos, os cinco sentidos, as cinco partes do mundo, sim, os cinco dedos da fada. Mas todos juntos, eles compõem a mão e a verdadeira condição do homem é pensar com suas mãos (ROUGEMONT, 1972)

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo ampliar a compreensão do processo de constituição das abordagens críticas em Administração no Brasil e os seus efeitos no referido espaço científico, a partir de uma perspectiva pragmatista de inquirição. Trata-se de um estudo descritivo-interpretativo. Os dados foram coletados por meio de análise documental, observação não-participante e entrevistas semiestruturadas. A categorização dos dados foi feita, principalmente, a partir dos dados coletados. A análise foi feita com base em dois aspectos centrais: sentido da crítica e direção da crítica. Na dimensão sentido da crítica foram identificados dois referenciais de ação que orientam as práticas dos sujeitos no espaço da crítica em Administração no Brasil: crítica à Administração e crítica na Administração. Em relação à direção, foi proposta uma análise do movimento do espaço da crítica com base em uma perspectiva geracional. Foram categorizadas três gerações. As duas primeiras gerações justificam suas ações com base em referenciais de ação organizados em torno das perspectivas de identidade da crítica e autonomia da crítica. A terceira geração tem como referencial de ação a noção de fortalecimento da crítica, já que identidade e autonomia são entendidas como secundárias. Em seguida, instituições como ANPAD e SBEO foram analisadas como exemplos de dispositivos no espaço da crítica que materializam a disputa discursiva em torno do sentido da crítica. Por fim, foi discutida a gênese de um novo dispositivo no espaço da crítica em Administração no Brasil orientado por uma ideia de pluralidades das perspectivas críticas, o que também seria partilhado por professores-pesquisadores que se formaram no contexto das duas primeiras gerações, mas que se mostram muito mais alinhados com os referenciais de ação que caracterizam a terceira geração. Por fim, a identificação de uma suposta terceira geração foi identificada como principal achado da tese e potencial plataforma para estudos futuros a respeito do espaço científico da crítica em Administração no Brasil.

Palavras-chave: Sociologia da Ciência. Sociologia Pragmatista Francesa. Administração. Práticas científicas.

ABSTRACT

The research aimed to broaden the understanding of the process of constitution of critical approaches in Administration in Brazil and its effects in that scientific space, from a pragmatic perspective of inquiry. This is a descriptive-interpretative study. Data were collected through document analysis, non-participant observation and semi-structured interviews. The categorization of the data was made mainly from the collected data. The analysis was made based on two central aspects: sense of criticism and direction of criticism. In the sense of criticism dimension, two action references were identified that guide the practices of the individuals in the space of criticism in Administration in Brazil: criticism of Administration and criticism in Administration. Regarding the direction, an analysis of the movement of the critical space based on a generational perspective was proposed. Three generations were categorized. The first two generations justify their actions based on action references organized around the perspectives of the critic's identity and direction of the critic. The third generation has as its reference framework the notion of strengthening criticism, since identity and autonomy are understood as secondary. Then, institutions like ANPAD and SBEO were analyzed as examples of devices in the space of criticism that materialize the discursive dispute around the meaning of criticism. Finally, the genesis of a new device in the space of criticism in Administration in Brazil was discussed, guided by an idea of pluralities of critical perspectives, which would also be shared by teacher-researchers who graduated in the context of the first two generations, but who show many more aligned with the action references that characterize the third generation. Finally, the identification of a supposed third generation was identified as the main finding of the thesis and a potential platform for future studies regarding the scientific space of critical management in Brazil.

Keywords Sociology of Science. French Pragmatist Sociology. Administration. Scientific practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da credibilidade	57
Figura 2 - Grau de criticidade.....	102
Figura 3 - Síntese crítica à Administração.....	103
Figura 4 - Síntese crítica na Administração.....	108
Figura 5 - Pioneirismo quanto ao nome versus agenda.....	112
Figura 6 - Síntese 1º geração.....	116
Figura 7 - Síntese 2º geração.....	122
Figura 8 - Síntese 3º geração.....	136
Figura 9 - Direção da crítica.....	139
Figura 10 - ANPAD versus SBEO: disputas externa e interna	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da abordagem mertoniana.....	41
Quadro 2 - Síntese da abordagem bourdieusiana	48
Quadro 3 - Síntese do Programa Forte	54
Quadro 4 - Síntese das principais teses de Knorr-Cetina (1981).....	61
Quadro 5 - Síntese das abordagens antropológicas	65
Quadro 6 - Técnicas para coleta de dados	81
Quadro 7 - Categorização dos dados	91
Quadro 8 - Síntese Carta Manifesto (LAEMOS)	130
Quadro 9 - Síntese resposta EGOS.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD – Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBEO – Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais
CMS – Critical Management Studies
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
ENEO – Encontro Nacional de Estudos Organizacionais
EOC – Estudos Organizacionais Críticos
FEA – Faculdade de
FGV – Fundação Getúlio Vargas
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SBEO – Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais
SC – Sociologia da Ciência
SPF – Sociologia Pragmatista Francesa
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFCE – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFGO – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFTP – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UnB – Universidade de Brasília
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	A CRISE DO FORDISMO E O SURGIMENTO DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS EM ADMINISTRAÇÃO	27
2.2	SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA.....	31
2.2.1	A sociologia da ciência mertoniana.....	31
2.2.2	A encruzilhada kuhniana	41
2.2.3	A sociologia da ciência bourdieusiana e o conceito de campo científico	43
2.2.4	As novas abordagens em Sociologia da Ciência	49
2.2.4.1	David Bloor e o Programa Forte.....	50
2.2.4.2	As práticas científicas em cena: a proposta antropológica para a Sociologia da Ciência	54
2.3	SOCIOLOGIA PRAGMATISTA FRANCESA	66
2.3.1	O pragmatismo clássico.....	67
2.3.2	Sociologia da capacidade crítica, os momentos de prova e a análise processual dos dispositivos	74
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS DE CUNHO METODOLÓGICO.....	85
3.2	O “SER CRÍTICO” EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL.....	87
3.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE	91
3.4	A NOÇÃO DE ESPAÇO CIENTÍFICO	92
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	95
4.1	O SENTINDO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO	95
4.2	A DIREÇÃO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO	108
4.3	ANPAD E SBE0 E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISPUTA.....	139
4.4	PARA ALÉM DA INTERIORIZAÇÃO DA CRÍTICA.....	145

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as primeiras instituições de ensino de administração surgem a partir da década de 1950¹ como consequência de políticas desenvolvimentistas, sendo os primeiros cursos fruto de convênios com universidades norte-americanas tradicionais que formam os primeiros docentes brasileiros ao implementarem cursos que eram praticamente uma réplica daqueles praticados em universidades como a *Michigan State University* e a *University of Southern California*. Assim, as primeiras escolas de Administração do Brasil se constituem como uma réplica das escolas norte-americanas, configurando um processo de importação de metodologias e abordagens teóricas que são difundidas no país ao longo dos anos que se seguem (SERVA 1990; 1992).

No que diz respeito à pós-graduação, a mesma teve início em 1961 com o curso *latu sensu* implementado pela EAESP/FGV. No que tange aos cursos *strictu sensu*², o primeiro curso de mestrado teve início em 1967 na EBAPE/FGV, enquanto que em 1972 inicia-se o primeiro mestrado em Administração de Empresas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Em relação ao doutorado, o primeiro curso voltado para Administração de Empresas teve início em 1975 na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) (VELLOSO *et al.*, 2002).

No cenário mundial, esse processo de constituição dos primeiros cursos de Administração em países do Terceiro Mundo se dá no contexto da guerra fria e no qual a transferência de tecnologias educacionais foi utilizada como estratégia política para assegurar a hegemonia ideológica liberal por meio do investimento direto dos Estados Unidos em outros países como, por exemplo, o envio de missões de assistência técnica (ALCADIPANI; BERTERO, 2012).

No entanto, essa influência vai além da formação de escolas de Administração ao trazer consigo o intuito de formar tanto docentes quanto profissionais alinhados com o sistema capitalista e, assim, barrar a influência do socialismo em países do “terceiro mundo”. Além disso, essa formação se dá a partir de uma perspectiva epistemológica positivista e funcionalista e de uma perspectiva econômico-política liberal (SERVA, 1992; ALCADIPANI; CALDAS, 2012).

¹ A primeira graduação em Administração tem início em 1954 na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o intuito de formação de corpo técnico para atuar na administração pública. Já o primeiro curso de administração de empresas teve início em 1956 na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV).

² A sua regulamentação no Brasil ocorreu apenas em 1965 (VELLOSO *et al.*, 2002).

Por sua vez, como destacam Paula *et al.* (2010), ao longo dos anos 1970 e 1980 observam-se trabalhos pontuais que se posicionam como opostos à perspectiva funcionalista predominante nas escolas de Administração, notadamente os trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg que, de certo modo, podem ser considerados os primeiros autores a pensarem o fenômeno Administração a partir de uma perspectiva crítica. Porém, o fenômeno se intensifica nos anos 1990 à medida que uma nova geração de pesquisadores vai aderindo de forma mais ampla às abordagens críticas (DAVEL; ALCADIPANI, 2003).

Essa geração passa a constituir uma nova configuração no espaço científico da Administração de forma bastante diversa do ponto de vista de suas origens o que, por sua vez, resulta em diferentes perspectivas críticas. Além disso, há o aumento no número de professores-pesquisadores que aderem às perspectivas críticas em Administração de modo que se observa uma institucionalização desse espaço científico a ponto de constituírem grupos e associações, como também por estarem mais presentes no processo de formação dos profissionais³ que irão atuar nos distintos setores da sociedade.

Nesse sentido, as perspectivas críticas conquistam um espaço dentro do campo de formação dos profissionais em Administração que não se observa em outros países da mesma maneira que ocorre no Brasil, pelo menos de forma evidente, exceto quando observados Reino Unido e Canadá⁴. Campo esse, segundo Audet (1986), que resulta de uma configuração de atores distinta de outros campos, podendo seus atores serem categorizados em três grupos principais: os praticantes (gestores profissionais), os não praticantes (analistas, pesquisadores, professores e estudantes) e os consultores organizacionais, sendo que esses últimos formariam um grupo híbrido/intermediário entre os praticantes e os não praticantes.

Serva e Pinheiro (2009) também destacam que o campo científico da administração é composto por uma diversidade de atores e relações o que, por sua vez, implica o fato de que

3 Também não significa dizer que necessariamente todos que ingressam em um curso de Administração irão encontrar essas abordagens ao longo de sua formação, mas sim que houve um aumento considerável na probabilidade de entrar em contato com uma formação que contemple, também, perspectivas críticas em um campo de formação no qual impera a abordagem funcionalista. Isso significa fazer que hoje um aluno pode fazer uma formação diferenciada a depender da escola em que estuda e de suas próprias escolhas. Com isso a formação de novos profissionais, tanto àquele que se forma “administrador/gestor” quanto o que se forma visando uma carreira como pesquisador/cientista, se mostra muito mais diversa – em termos de abordagens e perspectivas – quando do início desse campo científico no Brasil. E esse cenário, por sua vez, é efeito do espaço que as abordagens críticas conquistaram no processo formal/institucional de formação dos novos profissionais em Administração e que aumenta a probabilidade de encontrar visões/abordagens alternativas ao longo de sua formação.

4 Refiro-me ao Critical Management Studies no Reino Unido e aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do núcleo – hoje extinto – Humanismo e Gestão da École de hautes études commerciales de Montréal no Canadá.

diferentes lógicas de ação se confrontam e, assim, o conhecimento gerado nesse campo não é resultado de um ambiente harmônico e nem meritocrático.

Assim, conforme Audet (1986, p. 5)

[...] um campo é ao mesmo tempo um lugar e um sistema. Ele é o lugar das relações entre atores humanos que pretendem produzir conhecimentos definidos ou que são reconhecidos como tal, e que estão em concorrência para obter o controle da definição das condições de produção e validação desses conhecimentos. Ele é também o sistema de posições que ocupam os atores-produtores, e de suas relações. O critério decisivo [...] é a pretensão ou o reconhecimento da produção do tipo de conhecimento definido que constitui o escopo do campo.

Desse modo, a presente tese visa pensar uma Sociologia da Ciência da Administração no Brasil e, mais especificamente, o campo que envolve os estudos críticos, principalmente devido a dois aspectos: o primeiro reside no fato de que a Sociologia da Ciência se interessa pelos próprios cientistas, ou seja, em suas reais condições de trabalho (JAPIASSU, 1991) e o segundo refere-se ao fato de que a análise do campo científico nos dá a possibilidade de avanço da ciência da Administração a partir da compreensão daqueles que a produzem (SERVA; PINHEIRO, 2009).

Diante disso, um primeiro questionamento que levou a pensar a presente tese foi: é possível identificar a existência de uma Sociologia da Ciência em desenvolvimento no campo da Administração no Brasil? Ou seja, discute-se as estratégias de ação de seus atores, os mecanismos de legitimação da produção e divulgação de textos, suas organizações, associações e instituições, disputas entre diferentes perspectivas, o campo editorial, entre outros?

Na tentativa de responder essa pergunta, foi feito um levantamento de artigos em duas bases de pesquisa: Periódicos Capes e EBSCO. Na primeira busca, foram utilizadas – de forma combinada - as palavras-chave Sociologia da Ciência e Administração. Porém, a busca resultou em apenas dois artigos. Diante disso, procurou-se identificar os temas associados a esses artigos de forma que o escopo de palavras-chave foi ampliado e, ao fim desse processo, a pesquisa nas bases de dados deu-se a partir dos seguintes termos: produtivismo, produção científica em Administração, campo científico da Administração, Sociologia da Ciência da Administração, professor-pesquisador, prática científica, acreditação e grupos de pesquisa.

Esse levantamento não procurou identificar o “estado da arte”, mas sim teve como intuito possibilitar uma visão ampla da discussão referente a esses temas no campo da Administração. Além disso, a opção por artigos publicados em periódicos ao mesmo tempo

que exclui demais espaços de divulgação científica, também permite constituir um corpus com base em trabalhos de maior impacto institucional⁵.

A primeira seleção de artigos foi feita com base no periódico de publicação, sendo que foram selecionados apenas artigos publicados em periódicos de Administração. Quando houve dúvida, procurou-se na seção “foco e escopo” de cada revista alguma referência a área da Administração. O próximo procedimento foi identificar os artigos relevantes para o objetivo da pesquisa. Para isso foram definidas duas etapas: leitura do título do artigo e leitura do resumo do artigo. Ao longo desse processo observou-se a existência de artigos duplicados que, quando identificados, foram excluídos. Também houve casos de artigos com título em inglês e/ou espanhol, mas que também apresentam versão em português, nesses casos optou-se pelo artigo em português.

No que diz respeito à análise dos artigos selecionados, foram adotados dois critérios de análise: dimensão sociológica e dimensão prática, conforme Serva e Pinheiro (2009).

No critério para análise referente a abordagem sociológica do campo científico, procura-se dar ênfase à dimensão sociológica na qual

[...] encontram-se os estudos que consideram os conceitos de espaço social e de campo científico como imbricados em relações sociais, considerando inclusive os aspectos institucionais e políticos, as regras e conflitos existentes. Abarcam também estudos sobre o aspecto da interdisciplinaridade, especificamente no que tange às relações entre cientistas de diversas áreas do conhecimento. Abrange estudos que contemplem a produção científica para a acumulação de capital social, o valor simbólico dos produtos científicos e o processo de produção e distribuição de conhecimento, bem como as relações de interesse ocorridas no campo (SERVA; PINHEIRO, 2009, p. 7).

Por sua vez, à dimensão prática

[...] estão relacionados os estudos que revelem o trabalho do pesquisador em ciências da administração, seu cotidiano e suas particularidades, bem como, estudos particulares sobre as suas condições de trabalho e de sua inserção no mercado de trabalho. Ainda, podem ser considerados os aspectos de contribuição à ciência da administração pelo estudo das categorias dos praticantes e não praticantes (SERVA; PINHEIRO, 2009, p. 8).

O objetivo aqui não é detalhar a análise de cada artigo, mas sim apresentar um panorama geral de forma a possibilitar elementos de reflexão a respeito da constituição de uma Sociologia da Ciência da Administração no Brasil.

Elementos da dimensão sociológica são os que predominam entre os artigos selecionados como, por exemplo, a influência de aspectos institucionais na forma como o conhecimento é produzido e reproduzido no campo científico da Administração (CAMARGOS, FERREIRA, CAMARGOS, 2010; ALCADIPANI, 2011a; ALCADIPANI,

⁵ Aqui, o termo institucional remete às regras de avaliação da produção científica, nas quais artigos publicados em periódicos acadêmicos apresentam maior peso quando comparados com artigos publicados em eventos, por exemplo.

2011b) e, mais especificamente, a saber: a influências desses aspectos na atuação de gestores em escolas de Administração (CAMARGOS, FERREIRA, CARMARGOS, 2010); seus efeitos na formação dos alunos de graduação (ALCADIPANI, 2011b); e da pós-graduação (VALADARES et al., 2014). A dimensão política pode ser observada em Faria (2011), principalmente a partir de uma perspectiva história e geopolítica para compreender o produtivismo acadêmico em Administração no Brasil, já que o autor aborda disputas sociais que influenciaram e tem influenciado a dinâmica do referido campo. Já Machado e Bianchetti (2011) destacam as relações de poder e situações de disputa que marcam o processo de mercantilização da produção científica, ou seja, do capital intelectual. Godoi e Xavier (2012), por sua vez, também abordam a influência de aspectos institucionais no campo da Administração, mas dão maior destaque para a relação entre o campo social e as práticas individuais na qual os professores são percebidos sob constante tensão que surge entre a pressão de reproduzir a lógica produtivista e a necessidade de criticá-la. Por fim, Barbosa et al. (2013) caracterizam o pesquisador como um agente político, aproximando-se de uma abordagem bourdieusiana e, desse modo, o ensaio procura abordar a atuação do pesquisador tanto a partir da dimensão sociológica – ao reconhecer as disputas de poder – quanto da dimensão prática ao dar ênfase no fato que os pesquisadores são protagonistas nesse campo e que são, por sua vez, movidos por interesses e valores pessoais em suas estratégias no processo de produção e reprodução do conhecimento. Porém, o artigo não traça considerações sobre o cotidiano de trabalho do pesquisador, mas sim o coloca como um agente que é essencialmente influenciado por relações de força do campo científico.

No que diz respeito à dimensão prática, três trabalhos apresentam elementos que se inserem nessa dimensão. Schlickmann et al. (2012, p. 137) apresentam discussão teórica a partir da defesa de que são “os pesquisadores e as realidades que estudam os verdadeiros elementos constitutivos da ciência” e, desse modo, os autores argumentam pela necessidade de compreender – tendo como ponto de partida as práticas dos sujeitos – como determinado campo científico está organizado e a atuação dos seus integrantes no processo de construção e reprodução do conhecimento. Melo e Serva (2014) procuram compreender as relações no campo científico a partir do trabalho do professor-pesquisador, ou seja, de seus objetivos e das atividades que constituem sua agenda e, desse modo, a dimensão prática é observada na tentativa de compreender o cotidiano desse sujeito a partir dele mesmo. O trabalho de Serva et al. (2016) também se insere nessa perspectiva, já que os atores do campo não são compreendidos como sujeitos passivos, e sim sujeitos que fazem escolhas com base em sua capacidade crítica o que, por sua vez, imputa uma outra abordagem para compreender a

dinâmica do campo científico: o cotidiano de vida e trabalho dos sujeitos, ou seja, a dimensão prática.

Pode-se constatar a partir das considerações feitas anteriormente que há, de fato, uma Sociologia da Ciência da Administração em desenvolvimento no Brasil marcada, principalmente, pelo debate em torno do tema “produtivismo”, sendo que os primeiros trabalhos que propõem discutir o campo científico da Administração pelos seus próprios atores começam a ser publicados, de forma recorrente, em meados do ano de 2010.

Outra observação a respeito do predomínio de artigos que tratam do tema “produtivismo” é que esse tema está, de forma recorrente, associado com assuntos referentes a pressões institucionais e de internacionalização da produção acadêmica, além de relacionado com análises macrosociológicas que priorizam as relações de poder e o peso das estruturas nos indivíduos. O que isso tem a nos dizer sobre a formação do campo científico da Administração e como pode nos ajudar a pensar os rumos do mesmo?

E as práticas, a partir de abordagens microsociológicas, que ainda são pouco abordadas? Elas poderiam, de fato, contribuir para a construção de uma Sociologia da Ciência da Administração mais próxima das realidades dos sujeitos que fazem parte desse campo científico?

No plano internacional, Hallfman e Radder (2015)⁶ atribuem protagonismo aos pesquisadores e com isso chamam atenção para a importância de compreender as atuais configurações do campo científico partindo, também, dos sujeitos e de suas práticas. Nesse sentido, preconiza-se, nesta proposta de tese, “pensar” o pesquisador e suas estratégias de ação como principal ponto de partida para compreender os processos de construção e reprodução do conhecimento científico. Porém, isso não significa estar preso “unicamente no que os pesquisadores e descobridores dizem de si mesmos” (LATOUR; WOLGAR, 1997, p. 19) – e sim também ao reconhecer o **contexto temporal e espacial** no qual se desenvolve o trabalho do pesquisador, ou seja,

[...] os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma

6 Hallfman e Radder (2015, p. 173, tradução livre) argumentam que a invasão do management nas universidades se deu por meio da introdução dos princípios da eficiência e da excelência por meio do controle das atividades acadêmicas e mensuração dos resultados. Porém, a transformação das universidades e empresas só foi possível devido a cooperação em massa de pesquisadores e outros sujeitos, já que “ao desejar uma universidade mais envolvida com a sociedade, nós acabamos por obter uma universidade que reduziu sociedade à esfera dos negócios” e isso, por sua vez, resultou na internalização do management nas práticas de pesquisa.

capacidade de julgamento estético, moral e político [...] (CEFAÏ, 2009, p. 15, grifo nosso).

Nesse sentido, **estudar as práticas científicas** diz respeito a pensar o espaço científico a partir dos seus sujeitos e suas estratégias de ação, reconhecendo que esses são dotados de capacidade crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) ou, como destacado anteriormente por Cefaï (2009), capacidade de julgamento. Isso, porém, não significa ignorar condições institucionais e estruturantes do espaço científico tendo em vista que, como apontam Serva et al. (2016), o espaço científico, como dimensão sociológica, exerce influência nos atores tendo em vista que muitos dos seus elementos não estão sob controle dos indivíduos, sendo que o reconhecimento e legitimação dos atores no campo não depende exclusivamente de suas capacidades intelectuais individuais, mas também de fatores institucionais. Porém, o ponto de inflexão está em considerar as práticas como categoria central de análise, já que

[...] existem opções de ação disponíveis no campo. Opções estas, por vezes, limitadas – e limitantes à ação –, mas se percebe, primeiramente, a possibilidade de escolha dentre as alternativas, a exemplo da opção dentre as configurações possíveis, ou ainda a mais básica de não segui-las, optando por não responder a essas opções. Mas, mais que isso, existe a possibilidade de influenciar as próprias opções disponíveis no campo, na medida em que apresentam suas críticas e agem politicamente (SERVA et al., 2016, p. 77).

Por sua vez, uma Sociologia da Ciência orientada pela prática – aqui entendida como “o que os sujeitos fazem e como eles justificam o que fazem” – e considerando essa como categoria de análise apresenta potencial para o desenvolvimento de uma sociologia da crítica da ciência e não uma sociologia crítica. Isto é, uma sociologia da ciência mais alinhada com o modo de agir e fazer dos sujeitos, como esses elaboram suas operações críticas e se engajam de forma a agir em um contexto de esfera pública. De tal modo, os resultados da ciência dependem de diversos fatores que não se restringem a apenas elementos institucionais do espaço científico, e são esses outros elementos que uma agenda de pesquisa orientada pelo interesse em compreender o cotidiano de vida e trabalho dos sujeitos no espaço científico da Administração pode nos ajudar a identificar e compreender.

A partir do que foi apresentado até o momento, propõe-se como tema de pesquisa a Sociologia da Ciência da Administração a partir de uma perspectiva microssociológica, tendo como objeto específico de análise o campo que tem sido relacionado às “abordagens críticas em Administração” ou “estudos críticos em Administração”.

Os estudos críticos em Administração no Brasil já tem sido objeto de análise, principalmente sua produção teórica como aparece em Davel e Alcadipani (2003), Faria (2009) e Paula *et al* (2010). Além disso, o campo da Administração tem passado por transformações com a criação de novas associações e eventos que se configuram como novos espaços para as abordagens não tradicionais como, por exemplo, o movimento Campo de

Públicas (PIRES *et al*, 2014), a Gestão Social (CANÇADO *et al*, 2011), a criação de duas sociedades – Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais em 2012 e a Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) –, periódicos que assumem posicionamento críticos e interdisciplinares como, por exemplo, a Farol (UFMG) e os Cadernos EBAPE.BR (Fundação Getúlio Vargas) e eventos como, por exemplo, o Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, o Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.

Essa transformação do campo, por sua vez, mostra-se como um campo frutífero de estudos, principalmente ao considerarmos que as abordagens contemporâneas em Sociologia da Ciência permitem tratar a ciência com algo que é produzido em um ambiente de disputa por atores que buscam demarcar seus espaços.

Assim, se pensarmos historicamente a formação da Administração no Brasil a partir da década de 1950 com a criação das primeiras escolas de Administração, observamos que já faz quase 70 anos que o fenômeno “Administração” – institucionalizada em nível superior – se instala na sociedade brasileira a partir de um segmento profissional reconhecido acompanhado pela formação de um campo científico. Além disso, quando observamos que os primeiros trabalhos que propõem discutir o campo científico em Administração pelos seus próprios atores surgem em meados do ano de 2010 – pelo menos a partir das palavras-chaves selecionadas como, também, artigos publicados em periódicos da área de Administração – nos leva a pensar sobre os motivos do movimento tardio dessa reflexão sociológica no campo da Administração no Brasil, principalmente quando observamos que a sistematização da Sociologia da Ciência – como disciplina específica da Sociologia – data dos anos 1930 do século passado.

Como também, o que revela o maior interesse pelo tema “produtivismo”, principalmente quando o mesmo aparece relacionado com a internacionalização tanto do campo profissional quanto científico da Administração? Quais motivos fazem com que os estudos de dimensão sociológica – principalmente as análises institucionais e de poder – predominem quando em comparação com os estudos das práticas? E quais as possíveis implicações desse predomínio na reflexão a respeito do espaço científico da Administração?

É certo que essa reflexão tem tido maior interesse por parte de pesquisadores que se posicionam de forma crítica no campo da Administração, em oposição à perspectiva funcionalista, como apontam Chanlat e Séguin (1992) e que por si só já constitui um campo marginalizado na Administração e que chegou tardiamente devido a cinco motivos: desinteresse e certo receio à abordagem marxista por parte dos estudos organizacionais,

expansão econômica do pós-guerra e o dito triunfo do capitalismo, o totalitarismo de experiências comunistas, o radicalismo das abordagens marxistas e a hegemonia do funcionalismo anglo-saxão tanto nos estudos organizacionais quanto nas ciências sociais como um todo (CHANLAT; SÉGUIN, 1992).

O que Chanlat e Séguin (1992) discutem é a chegada tardia de posturas críticas em Administração no mundo, mas e no Brasil? O movimento começa pontualmente com autores como Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenbeg a partir da década de 1970. Será que os motivos apresentados por Chanlat e Séguin poderiam contribuir a compreender o aspecto tardio dessa reflexão no Brasil? Quando é que o movimento crítico realmente se constitui no Brasil, no sentido de estudos consistentes, consolidação de grupos de pesquisas, entre outros? Quais as influências de outros campos do conhecimento na formação e constituição das perspectivas críticas em Administração? E as consequências dessas influências?

Diante disso, o fenômeno de interesse da proposta de tese é a transformação de parte desse campo profissional – a Administração – que aqui chamo de **espaço científico**, um fenômeno que não é mundial e que no Brasil é evidente e que tem se adensado nos últimos anos, de forma que conquista um espaço que lhe possibilita exercer influência na formação de novos atores que irão atuar no espaço científico e profissional da Administração.

Assim, interessa estudar esse fenômeno devido ao fato de que o campo de formação do administrador passa a ter uma outra configuração, uma outra dinâmica, ou seja, há um fenômeno novo que não ocorre em todo o mundo. **Como se dá esse processo? Como se desenrola e se constrói esse fenômeno? Quais são as particularidades dessas transformações do campo de formação de administradores?**

Nesse sentido, a presente tese visa **ampliar a compreensão do processo de constituição das abordagens críticas em Administração no Brasil e os seus efeitos no referido espaço científico.**

Por sua vez, os objetivos específicos são:

- a) Identificar e analisar o (s) significado (s) do sentido de “ser crítico” no espaço da crítica em Administração no Brasil;
- b) Descrever e analisar o processo de configuração do espaço da crítica em Administração no Brasil; e
- c) Descrever e analisar as estratégias de ação de atores do espaço da crítica ao longo desse processo.

Por fim, além dos argumentos apontados ao longo da introdução, visa-se ainda demarcar algumas justificativas que fundamentam a presente tese.

Primeiro é importante pontuar que a proposta objetiva estudar uma lacuna tendo em vista que não foram identificados estudos que se propõem a analisar a dinâmica do processo de constituição das abordagens críticas em Administração no Brasil e os seus efeitos na transformação do referido espaço científico. Como também, nenhuma análise do referido objeto de estudo procurou estudá-lo tendo como base as duas propostas teóricas que foram escolhidas: Sociologia da Ciência e Sociologia Pragmatista Francesa de modo que se empreenda uma análise sociológica dessa dinâmica a partir de uma teoria da ação.

Ou seja, do fenômeno que se dá por meio de um processo histórico de mudança profunda e que altera a configuração do campo ao apresentar efeitos significativos na formação de administradores e professores-pesquisadores em Administração. Assim, o interesse não está unicamente no fenômeno dado – já instituído – de modo que a proposta apresentada procura discutir o seu processo de construção com o intuito de ampliar o entendimento dos modos de ação no referido processo, isto é, compreender muito mais o “como” ao invés do “por que”.

No âmbito do Núcleo Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento da UFSC (ORD/UFSC) tem sido empreendidas análises sociológicas do campo científico da Administração com base em pressupostos da Sociologia da Ciência, apresentando como temas específicos de estudo: a análise da produção a respeito do campo científico da administração no Brasil (SERVA; PINHEIRO 2009); vida e trabalho do professor-pesquisador (MELO, 2011; PINHEIRO, 2013; MELO; SERVA, 2014; SERVA *et al.*, 2016); a gestão dos grupos de pesquisa (BINI; SERVA; MELO, 2013); a gestão universitária como subcampo da Administração (SCHLICKMANN, 2013); e a compreensão dos efeitos da regulação e das creditações na prática científica em Administração no Brasil (MELO, 2014).

Por sua vez, outra frente têm sido a utilização de pressupostos da Sociologia Pragmatista Francesa (SPF) no estudo de organizações e da gestão, a saber: a atividade artesanal como projeto de vida e trabalho autônomo no contexto do desenvolvimento territorial sustentável (TONET, 2014); a compreensão de processos de legitimação de inovação social em uma organização, no caso o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (KARAM, 2014); compreensão da dinâmica indivíduo-território na promoção do desenvolvimento e das transformações de Tiradentes (MG) (MACIEL, 2016); as situações críticas de gestão no trabalho dos agentes no complexo penitenciário do estado de Santa Catarina (COPE) e a tensão no deliberar (CAITANO, 2016); e compreensão da gestão de uma unidade de conservação federal gerida pelo ICMBio (REZENDE, 2017).

Assim, ao convergir essas duas frentes, pretende-se contribuir para o campo da Administração tanto de forma teórica quanto prática.

Teórica no sentido de utilizar uma perspectiva que procura dar ênfase às práticas, à ação e com isso pensar o fenômeno partindo de uma postura microssociológica e cujo pressupostos se contrapõem a determinados aspectos epistemológicos e ontológicos das abordagens funcionalistas e estruturalistas que predominam na Administração. Como também, com a proposta de pensar o espaço científico da crítica em Administração no Brasil com base em uma disciplina – Sociologia da Ciência – que se dedica a estudar a dinâmica do espaço científico.

Prática devido ao fato de que a proposta visa fornecer elementos que possibilitem refletir a respeito do trabalho que é empreendido enquanto construímos o nosso campo de atuação, refletindo e criticando enquanto esse fenômeno acontece. Ou seja, discutir e ampliar a compreensão das particularidades do espaço científico da crítica em Administração no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico parte da necessidade de situar o fenômeno de estudo no contexto histórico-econômico no qual ele surgiu. Em seguida, são delineadas as duas perspectivas teóricas que sustentam a tese: Sociologia da Ciência e a Sociologia Pragmatista Francesa (SPF).

A Sociologia da Ciência é tratada a partir de uma perspectiva histórica (apresentada de forma linear com intuito didático) de modo a mostrar os principais marcos do seu desenvolvimento que, defende-se aqui, parte de uma perspectiva que prioriza o contexto institucional com um outro no qual a ênfase passa a ser dada ao processo de produção do conhecimento a partir das práticas do sujeitos que a produzem.

Nessa perspectiva das práticas, apresenta-se a Sociologia Pragmatista Francesa. Perspectiva essa que tem suas origens nas transformações ocorridas nas Ciências Sociais – em especial na França – resultado de críticas às grandes narrativas que procuravam explicar o mundo (caso do estruturalismo), transformações essas impulsionadas pela defesa do retorno do ator na análise sociológica. Vale ressaltar que ao mesmo processo pode ser observado na Sociologia da Ciência.

Partindo do pragmatismo clássico – como base epistemológica da SPF e também da presente tese –, chega-se às perspectivas pragmatistas da “capacidade crítica”, dos “momentos de prova” e da “análise processual dos dispositivos”, das quais são extraídos os principais operadores analíticos desta tese.

2.1 A CRISE DO FORDISMO E O SURGIMENTO DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS EM ADMINISTRAÇÃO

O surgimento de perspectivas críticas não ocorre de forma espontânea, mas sim a partir de um contexto histórico diretamente relacionado com a crise do fordismo.

A proposta de tese não é de esmiuçar todo o processo de formação e crise do fordismo, mas breves considerações sobre o assunto tornam-se relevantes ao permitirem situar o fenômeno de estudo em o contexto histórico-econômico no qual ele surgiu.

O modelo de desenvolvimento fordista (1940-1970) caracteriza-se, segundo Lipietz (1991), por três elementos centrais, a saber:

- a) organização do trabalho: acoplamento do taylorismo (centrado na racionalização do trabalho) com a mecanização que resulta no “compromisso fordista”. Esse visava

estimular o consumo para atender à demanda gerada pela produção de massa crescente.

- b) modos de regulação: instrumentos para garantir um “consumo mínimo” como, por exemplo, legislação social (garantia de salário mínimo e ganhos anuais no poder aquisitivo); o “Estado-providência” (sistema de previdência social desenvolvido para garantir poder aquisitivo em períodos em que a pessoa estaria impedida de trabalhar – doença, aposentadoria, etc.; e a moeda de crédito (emitida em função das necessidades econômicas e não mais em função do estoque de ouro disponível).
- c) plano internacional: hegemonia norte-americana e regulação negociada entre parceiros, sendo que nesse processo os países do Terceiro Mundo foram marginalizados; os EUA são o modelo de desenvolvimento; aceitação do dólar como moeda mundial de crédito.

Posto isso, o “paradigma fordista” tem uma concepção de progresso baseado no tripé progresso técnico, progresso social e progresso do Estado. O primeiro “concebido como progresso tecnológico incondicionalmente conduzido pelos “trabalhadores intelectuais””; o segundo “concebido como progresso do poder aquisitivo, extensão do reino da mercadoria”; e o terceiro concebido como fiador do interesse geral contra as “invasões” dos interesses individuais (LIPIETZ, 1991, p. 37).

Essa concepção de progresso

dá primazia ao “hierárquico” em relação ao mercado; é “organicista” no sentido de não excluir, em princípio, ninguém da “repartição dos frutos do progresso” (na prática é claro que sempre há excluídos). Em compensação, ela exclui sistematicamente os produtores pouco qualificados daquilo que é domínio de suas atividades, as cidadãos daquilo que é a decisão quanto ao que se deve aceitar como progresso (em matéria de consumo, serviços públicos, urbanismo e, mais geralmente, no que se refere às consequências ecológicas do “progresso”) etc. A própria solidariedade, organizada pelo Estado-providência, toma assim uma forma estritamente administrativa (Ibid., p. 37)

É nesse contexto que a administração se constitui enquanto profissão com formação superior e no auge do fordismo Escola e cursos já estão bem estruturados, principalmente nos EUA⁷.

O contexto norte-americano anterior a década de 70 se mostrou ideal para a consolidação de um campo de estudos voltado para as organizações, sendo o estrutural-

⁷ A Administração surge no início do século XX em dois países que estavam, dentre outros, na dianteira do capitalismo: EUA e França. Nesse a partir dos estudos de Fayol (1841-1925) e aquele a partir de Taylor (1856-1915), constituindo o que ficou classificado – historicamente – como a Administração Clássica que, por sua vez, tem como razões de surgimento, segundo Oliveira (2008), o crescimento acelerado da economia capitalista e a despreparo das organizações diante desse crescimento.

funcionalismo parsoniano o responsável pelo seu surgimento e consolidação nos anos 50 e 60 e que será o principal responsável por influenciar a agenda de estudos em Administração: a sociologia das organizações. Tal agenda, de acordo com Chanlat (2013, p. 4), “privilegiava a integração, a estabilidade, a coordenação funcional e o consenso”, ou seja, em sintonia com o modelo de desenvolvimento fordista.

Heckscher (2009) afirma que a agenda normativa parsoniana proporcionou a consolidação do eixo central de uma sociologia voltada para confiança, valores, compromisso e ordem social que, por sua vez, encontram ressonância com o pensamento administrativo norte-americano, especificamente no que se constitui como teoria organizacional.

Com o modelo norte-americano das Escolas de Negócios se consolidando a partir dos anos 1940 surge uma demanda por professores que passam a ser recrutados nos departamentos já existentes e muitos deles já influenciados pela sociologia parsoniana. Esse movimento, por sua vez, possibilitou a transposições de fundamentos funcionalistas já consolidados na sociologia norte-americana à prática administrativa (GREY, WILMOTT, 2005).

Prática essa que, segundo Braverman (1977), já se encontrava permeada pela lógica de produção taylorista-fordista – em massa, seriada e padronizada – que configurava a Administração Científica estruturada a partir de três fundamentos, a saber: a dissociação entre processo de trabalho e especialidades dos trabalhadores, organização do processo de trabalho pelo administrador e, por fim, planejamento e o controle desse processo pelo administrador.

Com isso, a Administração Científica encontra no funcionalismo as bases teóricas que dariam sustentação a uma concepção de Administração – e de organização – voltada a produção capitalista e, com isso, as teorias administrativas passam a incorporar os princípios funcionalistas (ADLER, 2009; SCHERER, 2009).

A crítica ao funcionalismo começa a interessar aos teóricos organizacionais de forma mais ampla a partir dos anos 1970 e isso se dá em um contexto de crise econômica internacional com o esgotamento do modelo de desenvolvimento fordista, sendo que as causas da crise do modelo fordista podem ser divididas entre causas internas e causas externas.

Enquanto ganhos de produtividade decrescentes, crise do taylorismo, equilíbrio fordista prejudicado (entre produção e consumo) e os limites ecológicos do crescimento são vistos como suas causas internas, o crescimento da competição entre Japão e Europa, o choque do petróleo em 1973, a crise de regulação por parte do Estado e a flexibilização que vem na esteira do neoliberalismo são entendidos como causas externas (LIPIETZ, 1991).

O contexto de crise econômica internacional e de reestruturação do sistema produtivo mundial⁸ contribui para um ambiente que favorece o crescimento de análises críticas a partir do resgate de Marx e de pensadores da Escola de Frankfurt (CHANLAT, 2013).

O marxismo tem consigo o imperativo de mudança. Quando compreendemos que a teoria organizacional é uma ideologia percebemos [...] que ela é uma reprodução da lógica produtiva e empresarial de exploração e alienação. Ela [a teoria organizacional] é resultado de um processo histórico de exploração da força de trabalho e procura ocultar os conflitos presentes nas relações de produção.

Segundo Adler (2009) a gênese da crítica em Administração – e mais especificamente no que veio a se configurar como Estudos Organizacionais – está justamente nesse período de transformações macroestruturais na economia mundial. As fragilidades do sistema produtivo capitalista abrem espaço para abordagens teóricas não-funcionalistas e entre elas a que se fez mais presente foi justamente àquela que se coloca contrária ao capitalismo: o marxismo. Assim, ao contrário da perspectiva funcionalista, o pensamento crítico passa a questionar a organização enquanto vitrine do capitalismo à medida que voltava sua atenção ao que considerava os principais problemas inerentes às organizações: desigualdade, dominação, exploração e alienação⁹.

Posto isso, delimita-se que a crítica emerge dentro da Administração a partir de um contexto específico – crise do fordismo. Essa relação – entre contexto e a ciência – é o que caracteriza a Sociologia da Ciência, assunto da seção que segue.

8 A reestruturação em si continua até hoje. De forma geral, o que se observa são mudanças pontuais e não macroestruturais. No contexto do final do século XX o que se observa é a transição de uma produção em massa para uma produção flexível e a implementação de política liberais (neoliberalismo). Em síntese, essa transição teve como princípio geral otimizar a produtividade global e a integração de mercados por meio da constituição de uma cadeia de valores. Além disso, na organização do trabalho há a inserção da demanda no processo produtivo, a descentralização de parte da decisão, a formação de alianças e redes e a implementação das práticas de subcontratação. Do lado da relação de trabalho, vê-se o surgimento de práticas como a estímulo ao trabalho em equipe, a necessidade de alta qualificação, a partilha de resultados e empowerment.

9 Problemas esses, derivados das tentativas de superar a crise e que resultaram na precarização do trabalho no mundo empresarial como, por exemplo, as novas práticas de reestruturação (reengenharia, qualidade total, downsizing e terceirização) e a formação de grandes grupos empresariais (fusões, aquisições e alianças estratégicas). Entre as consequências sociais e no mercado de trabalho, citam-se: níveis altos de desemprego estrutural; destruição e reconstrução rápida de habilidades; ganhos modestos de salários reais; enfraquecimento do poder sindical; entre outros.

2.2 SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

A Sociologia da Ciência, segundo Japiassu (1991, p. 36), “se interessa sobretudo pelo progresso da ciência, mas tentando levar em conta as relações entre a ciência e a sociedade”, ou seja, “as consequências que decorrem da ciência, de seus progressos e de suas realizações para a vida social e sua organização”, interessando-se não “pelos sistemas do conhecimento” – como é o caso da sociologia do conhecimento – , mas sim “pelos próprios cientistas, em suas reais condições de trabalho” e, assim, diferencia-se da sociologia do conhecimento que apresenta um “caráter especulativo para estudar o problema de uma determinação social do conhecimento”.

Dessa forma, pode-se delimitar que a Sociologia da Ciência é a disciplina que se encarrega de discutir a produção do conhecimento científico com base na análise do contexto no qual esse conhecimento é produzido, ou seja, nas condições sociais de produção desse conhecimento. Desse modo, deve-se procurar compreender aspectos como, por exemplo, normas, instituições, disputas, atores, interesses, etc que se relacionam direta ou indiretamente com distintas lógicas de ação no processo de produção do conhecimento científico.

Para discutir a Sociologia da Ciência optou-se por fazer um panorama histórico de sua origem e principais desdobramentos. Para tal, são destacados a sociologia da ciência mertoniana, as contribuições de Kuhn para a Sociologia da Ciência, a abordagem bourdieusiana e o conceito de campo científico e, por último, a novas abordagens em Sociologia da Ciência.

Com essa sequência histórica, têm-se por objetivo mostrar as transformações sofridas dentro da disciplina Sociologia da Ciência, que em sua origem direciona uma ênfase maior às condições institucionais da produção do conhecimento e, mais recentemente, para propostas teóricas muito mais voltadas para como o conhecimento é produzido a partir dos sujeitos que o produzem.

2.2.1 A sociologia da ciência mertoniana

A Sociologia da Ciência como disciplina acadêmica é de formação recente, sendo que a constituição do seu campo de atuação é resultado de um desenvolvimento teórico que teve lugar ao longo do século XX e que encontra nos trabalhos de Robert K. Merton (1910-2003) as principais bases de uma tradição teórica que exerceu forte influência na forma em pensar

sociologicamente como a ciência deveria ser¹⁰. Suas construções teóricas impulsionaram a investigação sociológica de temas relacionados a estrutura social da ciência, a utilidade da ciência como, também, o desenvolvimento da cienciometria e da política científica e tecnológica (SANTOS, 1989; OROZCO; CHAVARRO, 2010; FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011).

Hargens (2004), por sua vez, sistematiza as contribuições de Merton em três grandes linhas de pensamento, a saber: ética puritana como elemento que contribuiu para a constituição da ciência moderna na Inglaterra nos últimos anos do século XVII, o conceito de *éthos* científico e suas normas prescritivas que orientam as relações entre cientistas e, por fim, os estudos a respeito dos sistemas de recompensa na ciência.

Merton, em 1938, defendia sua tese de doutorado intitulada *Science, technology and society in seventeenth century England*, sendo atualmente considerada o marco inicial do campo que veio a ser denominado Sociologia da Ciência tendo em vista, como aponta Knorr-Cetina (1991, p. 522, tradução livre), que antes da sua publicação a sociologia da ciência não era um campo reconhecido como, também, ao longo de cinquenta anos após sua publicação foi possível observar o surgimento de “uma abundância de programas e centros de pesquisa em estudos sociais da ciência e tecnologia nos Estados Unidos e na Europa”, sendo que atualmente “o status da Sociologia da Ciência como uma subdisciplina acadêmica está além de questionamentos”.

Além disso, outra marca característica da abordagem mertoniana que lhe atribui o caráter de fundadora da Sociologia da Ciência diz respeito ao fato que suas propostas teóricas procuravam compreender sociologicamente a origem da ciência moderna como, também, delimitar uma definição sociológica da ciência e, desse modo, diferenciando-se da Sociologia do Conhecimento (BUNG, 1991; COLE, 2004; SHINN; RAGOUET, 2008).

Sua tese, segundo Shinn e Ragouet (2008, p. 14), tem como propósito “examinar, de um ponto de vista sociológico, uma série de condições ao mesmo tempo religiosas, profissionais, econômicas e institucionais”, que pudessem servir de base para explicar os motivos que

10 Knorr-Cetina (1991, p. 522) enfatiza ao dizer que “even his enemies admit that Merton is the founder of the sociology of science”. Além disso, Restivo (1981, p. 22, tradução livre) aponta que os trabalhos de Merton dominaram a sociologia da ciência entre 1930 e 1970, chegando a se referir ao “Paradigma Mertoniano como o coração de uma poderosa justaposição da estrutura normativa da ciência com seu sistema de recompensa institucionalmente distinto”, sendo que “no seu centro está a atenção dada aos processos de avaliação na ciência”. Ben-David (1978, p. 197, tradução livre) afirma que apesar de inúmeros sociólogos já terem se proposto a estudar os aspectos sociais da ciência, “apenas Merton e seu grupo foram capazes de estabelecer uma definição da disciplina, uma estrutura teórica e um programa de pesquisa” como, também, serem “os primeiros a se esforçarem conscientemente para a obtenção de reconhecimento da disciplina como um ramo da sociologia”.

levaram ao forte desenvolvimento da ciência inglesa a partir dos últimos 30 anos do século XVII, sendo que a tese do trabalho é que

a ética puritana, enquanto uma expressão típico-ideal das atitudes de valor básicas para o protestantismo ascético em geral, canalizou os interesses dos ingleses no século XVII de modo a constituir-se em um elemento importante na intensificação do cultivo da ciência. Os interesses religiosos profundamente enraizados na época demandavam, em suas forçosas implicações, o estudo sistemático, racional e empírico da natureza para a glorificação de Deus em sua obra e para o controle da corrupção do mundo (MERTON, 2013, p. 16, grifo no original).

Nesse sentido, a tese mertoniana defende que a ética puritana – ou *éthos* puritano, como também aparece no trabalho de Merton – permitiu a canalização de valores em consonância com a criação de uma estrutura social favorável a atividades científicas, condições essas que o catolicismo – que já havia predominado no país – não tornava viável, ou seja, a hipótese de Merton refere-se a defesa de que a ética puritana possibilitou o surgimento da ciência moderna na Inglaterra (BUNG, 1991) e, assim contradiz a crença da existência intrínseca de conflito entre religião e ciência (BEN-DAVID, 1978).

Porém, é equivocada a interpretação de que o puritanismo seria condição necessária ao desenvolvimento da ciência, já que o que Merton destaca são aspectos intrínsecos à crença puritana que correspondem à visão de ciência empirista e positivista predominante na filosofia da época. Assim, não se pode negar a aproximação da tese de Merton com o trabalho de Max Weber que defendia a relação entre a ética protestante e o espírito capitalista, mas sem necessariamente defender uma relação de interdependência entre os elementos apontados (BUNG, 1991; COLE, 2004; SHINN; RAGOUET, 2008).

Merton (2013) argumenta que o *éthos* puritano e seus dogmas encontram ressonância no processo de secularização da ciência que teve início no final da Idade Média, mesmo que a ética puritana cultivasse a ideia de que a investigação racional da natureza fosse uma forma de se alcançar a glória divina. Além disso, está impregnada tanto de valores utilitaristas – ao pregar o bem-estar social como objetivo a sempre se ter em mente, sendo a ciência um meio possível de melhorar a vida material das pessoas – e positivistas – a prática como forma de evitar o ócio, percebendo a ciência como atividade na qual se torna possível colocar em prática a natureza inventiva e experimental dos homens.

Como aponta Merton (2013, p. 23), foi no sistema de valores do *éthos* puritano que “a razão e a experiência foram de início notoriamente consideradas como meios independentes de asseverar até mesmo as verdades religiosas” e isso, por sua vez, “concede à ciência um poder que pode afinal limitar aquele da teologia” e, assim, “a ciência tomou nova vida”.

Todavia, segundo Merton (2013, p. 26), seria equivocado atribuir unicamente à ética puritana a supremacia no processo de constituição da ciência moderna inglesa, já que outro

aspecto exercia influência: a crença absoluta “na existência de uma ordem das coisas e, em particular, de uma ordem da natureza”. No entanto, essa crença por si só “não foi suficiente para induzir seu desenvolvimento”, já que

Era necessário um interesse constante na procura por essa ordem da natureza de uma maneira empírico-racional, isto é, um interesse ativo neste mundo e suas ocorrências, mais que uma disposição específica da mente. Com o protestantismo, a religião proporcionava esse interesse: ele efetivamente impunha obrigações de intensa concentração sobre a atividade secular, com ênfase na experiência e na razão como bases para a ação e para a crença (MERTON, 2013, p. 27).

Merton, desse modo, constata que o “conhecimento está no centro da ideologia puritana como está no centro da ciência” e, assim, o “puritanismo atribui igualmente muito valor à reflexão e à crítica” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 17). Além disso,

[...] o apego dos puritanos à noção de realização material, frequentemente associada à indústria e à tecnologia, parece estar parcialmente ligado ao desenvolvimento da ciência. É o conjunto dessas constatações convergentes que conduziu Merton a ver no puritanismo um ambiente ideológico e cultural no qual a ciência pode facilmente adaptar-se (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 18).

Posto isso, **o que Merton propõe é que o ambiente social e cultural da época estava permeado por elementos oriundos tanto da religião quanto da própria ciência que favoreciam e ampliavam a formação e concepção de uma nova ciência: a ciência moderna.**

Outra contribuição da tese de Merton, segundo Shinn e Ragouet (2008, p. 16), é a ênfase dada a importância das comunidades científicas e sua relação com a idealização das práticas cotidianas dos cientistas tendo em vista que Merton aponta que a fundação de organismos e academias como, por exemplo, a *Royal Society* na Inglaterra em 1662 “promove a ciência na medida em que participa de sua institucionalização” e, por sua vez, esses organismos possibilitam aos cientistas “um espaço no qual lhes é possível trocar, expor ideias e debater”, sendo que é no âmbito dessas instituições que aos poucos são estabelecidos “os procedimentos de entrada na comunidade científica, os modelos de excelência e os processos de avaliação” e, assim, contribuindo para “a emergência das comunidades científicas, no âmbito das quais puderam desenvolver-se normas e práticas específicas”.

Além disso, os dados levantados por Merton mostram, também, que os fundadores da *Royal Society* e os principais cientistas da época eram protestantes praticantes o que, por sua vez, levou com que a reprodução de valores puritanos influenciasse tanto o processo de institucionalização da ciência quanto a prática científica cotidiana e, conseqüentemente, no processo de constituição da ciência moderna na Inglaterra (SHINN; RAGOUET, 2008).

Segundo Merton (2013, p. 32) “a ênfase dos puritanos no utilitarismo¹¹ e no empirismo¹² manifestava-se igualmente no tipo de educação que eles introduziram e fomentaram”, sendo que os valores puritanos “somente podiam conduzir a uma ênfase no estudo da ciência e da tecnologia [...] realizado com a ajuda de experimentos e observações reais”, já que os cientistas e educadores de origem protestante estavam mais interessados em introduzir uma educação científica realista, utilitária e empírica de forma a ensinar ciência aliada com as suas aplicações práticas e, assim, demonstrando maior interesse no treino científico e tecnológico do que as instituições de ensino católicas que enfatizam os estudos clássicos e teológicos.

Nas palavras de Merton (2013, p. 17), o exame sumário de trabalhos dos principais cientistas do século XVII é suficiente para dar luz a um fato fundamental para compreender o desenvolvimento da ciência moderna no seio inglês: “certos elementos da ética protestante penetraram no domínio do esforço científico e deixaram sua marca indelével nas atitudes dos cientistas em relação ao seu trabalho”.

Esses elementos, desse modo, transformam-se em pilares de uma **comunidade científica autônoma e capaz de resistir às influências de outros espaços como a política e a economia**, já que o desenvolvimento de normas específicas pelas academias possibilitou à comunidade científica e, conseqüentemente, à ciência o **status de um sistema distinto e separado da sociedade, ou seja, a constituição do *éthos* científico**¹³ e a caracterização da ciência como instituição autônoma e funcionalmente regulada por normas específicas que guiam a construção de conhecimento e a convivência entre cientistas (STEHR, 1978; BUNG, 1991; COLE, 2004; SHINN; RAGOUET, 2008; OROZCO; CHAVARRO, 2010).

Merton (2013, p. 183) define que o *éthos* da ciência é um “complexo afetivamente modulado de valores e normas que se considera obrigatórios para o homem de ciência”, sendo que as normas “são expressas na forma de prescrições, proscricções e permissões” e sua legitimação se dá “em termos de valores institucionais”.

11 A tradição em teoria moral, política e social que avalia a retidão de atos, escolhas, decisões e políticas por suas conseqüências em relação ao bem-estar humano (e possivelmente animal) [...]. Associada há muito tempo aos nomes de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, ainda tem eminentes adeptos entre filósofos, economistas e cientistas sociais, e ocupa um lugar central na teorização moral, política e social (FREY, 1996, p. 785).

12 Em seu mais amplo sentido filosófico, o empirismo refere-se à teoria do conhecimento proposta por Francis Bacon, John Locke e Isaac Newton, a qual afirma a primazia da observação e a busca da explicação causal por meio da generalização indutiva (WACQUANT, 1996, p. 593).

13 Em 1942, Merton publica o ensaio *Science and democratic social structure* no qual discute pela primeira vez a questão do *éthos* científico, sendo que esse ensaio é considerado um clássico da Sociologia da Ciência. Posteriormente, o ensaio foi publicado na coletânea de ensaios *Social theory and social structure* (1949), posteriormente revista e ampliada nos anos de 1957 e 1968 nas quais o artigo de 1942 foi publicado com o título *The normative structure of Science*.

Assim, o *éthos* científico, de acordo com Merton (2013), seria constituído por quatro normas interiorizadas pelos cientistas ao longo de sua formação e que, por sua vez, orientariam suas atividades de pesquisa, a saber:

- a) Universalismo: diz respeito ao caráter impessoal da ciência, ou seja, as qualidades e o talento científico são muito mais relevantes e importantes que características pessoais do cientista;
- b) Comunismo: norma que determina o uso comum de frutos do conhecimento científico e, por consequência, a publicidade dos resultados de pesquisas, ou seja, todo conhecimento produzido não é propriedade daqueles que o produziram;
- c) Desinteresse: aponta para a integridade moral dos cientistas na sua busca pela verdade científica tendo em vista que as práticas desses são orientadas, exclusivamente, pela paixão pelo saber e, assim, não se deixam influenciar por elementos que não sejam considerados científicos; e
- d) Ceticismo organizado: norma que pressupõe o fato das convicções pessoais não interferirem na avaliação de outros trabalhos e pesquisas, já que todo resultado de pesquisa deve ser submetido à crítica impessoal e isenta de qualquer autoridade e ortodoxia.

Bung (1991, p. 532) ressalta que Merton parece ter sido o primeiro a mencionar que a ciência teria um *ethos* próprio, definindo-o e delineando que o mesmo seria constituído por quatro imperativos institucionais: universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado, ou seja, “nonrelativism”, “unrestricted sharing of scientific knowledge”, “freedom from economic or political motivations and strictures” e “emphasis on methodical doubt, arguability, and testability”, respectivamente.

Essas normas¹⁴, como aponta Stehr (1978), são – tanto para críticos quanto para apoiadores do trabalho de Merton – um importante fundamento teórico para os anos iniciais no processo de constituição da Sociologia da Ciência ao, segundo Sklair (1970), definir tanto metodologicamente quanto ideologicamente o seu contexto. Essa importância também é apontada por Knorr-Cetina (1991, p. 523, tradução livre) ao destacar que **as normas mertonianas são princípios que orientam o trabalho científico, constituindo uma espécie**

14 A normas mertonianas, por sua vez, seriam melhor viabilizadas em um contexto democrático e liberal, já que a sociedade norte-americana é apontada por Merton como exemplo de ambiente no qual o desenvolvimento da ciência se torna viável devido ao funcionamento pleno dos valores e normas referentes ao *éthos* científico (SANTOS, 1989), além de possibilitar que a ciência opere de forma apropriada já que é o único tipo de sociedade no qual há um grau suficiente de liberdade para que os cientistas possam desenvolver seus trabalhos livres de restrições impostas que tenham origem em outras instituições da estrutura social que não da própria ciência (SKLAIR, 1970).

de verdades normativas que estão acima de qualquer influência dos cientistas e que constituem, por sua vez, os fundamentos teóricos de um ideal a respeito da produção de conhecimento que viabiliza a concepção de que

as descobertas científicas devem ser publicadas (comunismo), sendo o conhecimento submetido à critérios impessoais de avaliação (universalismo) em um ambiente social no qual interesses pessoais são sobrepostos por procedimentos científicos (desinteresse) como, também, no qual a crítica isenta de valores políticos, econômicos e pessoais é permitida e encorajada (ceticismo organizado).

Orozco e Chavarro (2013, p. 146, tradução livre) afirmam que é a partir do conceito de *éthos* científico que Merton se propõe a desenvolver a “concepção de ciência como estrutura social organizada em torno de normas que caracterizam e condicionam o comportamento dos cientistas no exercício da profissão” o que, por sua vez, pressupõe o caráter obrigatório dos quatro imperativos. Desse modo, **qualquer violação a esses valores é alvo de punição pela comunidade científica já que além de vinculadas ao comportamento científico são, também, normas tanto morais quanto técnicas** e, nesse sentido, “o seu desrespeito conduz a que, para além da indignação moral, a ciência entre num processo de disfunção cumulativa até ao colapso” (SANTOS, 1989, p. 143).

Segundo Stehr (1978, p. 174) os quatro imperativos morais delineados por Merton “provide a foundation for the social relations of science, and the professional identity of individual scientists and therefore constitute important elements of the sociocultural structure of science” o que, por sua vez, demonstra o interesse de Merton em desvendar as relações sociais na atividade científica em detrimento de um maior interesse pela lógica das descobertas científicas, ou seja, das leis, axiomas e conceitos (FETZ; DEFACCI; NASCIMENTO, 2011). E isso, por sua vez, leva a compreender “as quatro normas identificadas por Merton [...] mais como ideais do que como normas operatórias” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 22).

Stehr (1978) ainda destaca o fato de que esses quatro imperativos mertonianos não são apenas meros princípios morais, já que além de visarem regular o comportamento e as relações sociais no âmbito da comunidade científica procuram também estabelecer parâmetros e aspectos institucionais que definam os objetivos da ciência. Por consequência, a produção do conhecimento tendo em vista que essa estrutura normativa da ciência delineada por Merton tem como principal consequência o desenvolvimento de um sistema de gratificações e recompensas na ciência que define, por sua vez, a forma como se estruturam relações sociais na comunidade científica.

É nesse sentido, que se pode entender essas normas – ou imperativos – como os elementos que na abordagem mertoniana caracterizam a ciência como um sistema social

distinto dos demais, já que são as responsáveis pela estabilização e regulação do sistema. Além disso, servem como elementos de proteção de possíveis abusos que surjam no âmbito interno da comunidade científica, além de também asseguram “sua autonomia com relação aos microcosmos sociais do entorno; elas são, ademais, homogêneas e uniformes” (SHINN; RAGOUE, 2008, p. 21).

Assim, pode-se pensar o ***éthos científico mertoniano como um consenso moral*** constituído pelo conjunto de códigos sociais que normatiza e prescreve um tipo ideal de conduta científica e que orienta o interesse dos cientistas na busca objetiva e impessoal por conhecimento ao facilitar o entendimento claro das regras institucionais e dos mecanismos de gratificação e recompensa da estrutura social na qual a ciência se constitui como instituição autônoma e com características distintas de outras estruturas sociais.

A respeito dos mecanismos de gratificação e recompensa na ciência. Ben-David (1978) destaca que o desenvolvimento de estudos a seu respeito tem origem na constatação feita por Merton sobre a natureza problemática do sistema de recompensa. A incongruência entre o comportamento mesquinho e egoísta de cientistas em contextos de disputa e o imperativo mertoniano do comunismo resultou no forte interesse em compreender a relação existente entre recompensa e comportamento dos cientistas (BEN-DAVID, 1979) como, também, o interesse pelas violações ao princípio do universalismo e o processo de acumulação de vantagens na comunidade científica (HARGENS, 2004).

Um dos primeiros estudos mertonianos a respeito do sistema de recompensa foi conduzido por Stephen Cole e Jonathan Cole. Em artigo publicado no ano de 1967, os autores apresentam os resultados de uma pesquisa que tinha como objetivo estudar a relação entre quantidade e qualidade dos trabalhos de 120 físicos, sendo que a preocupação que orienta a pesquisa é compreender como os cientistas respondem aos diferentes padrões¹⁵ de publicação (COLE; COLE, 1967).

Partindo desses diferentes padrões, os autores constataram que o sistema de recompensa não opera da mesma forma em todos os departamentos que fizeram parte da pesquisa. De forma geral, observou-se que a qualidade tem um peso maior que a quantidade nos sistemas de recompensa, principalmente em centros com maior prestígio. No entanto, quando observados os sistemas de recompensas em centros/departamentos de menor prestígio, o critério quantidade ganha maior peso. Assim, os autores concluem que os sistemas de

15 Os padrões ao quais os autores se referem diz respeito à questão de que “some scientists produce only a small number of papers which are judged to have contributed a great deal to their discipline while others have produced a long list of publications have contributed relatively little” (COLE; COLE, 1967, p. 378).

recompensa atuam de formas distintas entre os departamentos estudados sem, necessariamente, desequilibrar esse sistema, tendo em vista que ele continua exercendo seu papel de recompensar os cientistas de acordo com a forma como esses desempenham seus papéis para o avanço da ciência (COLE; COLE, 1967).

Essa conclusão volta a ser discutida em Cole e Cole (1968) quando os autores operam a distinção entre *visibility* e *awareness*, ou seja, entre as capacidades de ser visto e de reconhecer o outro, sendo que tal distinção diz respeito ao que faz o sistema de recompensa operar de forma justa: o seu sistema de comunicação, uma vez que

Communication is necessary for scientific advance and is also the basis for the operation of the reward system. Thus it is crucial in motivating individual scientists. One of the greatest rewards that a scientist can receive is the knowledge that his work has been read and used by his colleagues -that it has made a difference [...]. The individual scientist there fore becomes deeply concerned with the visibility of his work (COLE; COLE, 1968, p. 398, grifo nosso).

Comunicação, por sua vez, diz respeito à circulação de ideias e, desse modo, *visibility* e *awareness* tornam-se aspectos fundamentais para compreender como os sistemas de recompensa operam.

Assim, Cole e Cole (1968) constataam que a visibilidade estaria intrinsicamente relacionada com quatro fatores: qualidade das publicações¹⁶, a quantidade de recompensas recebidas, o prestígio do departamento o qual o pesquisador faz parte e relevância da especialidade que estuda. Por outro lado, esses mesmo fatores explicam muito pouco a capacidade de reconhecer o outro (*awareness*), sendo que essa capacidade estaria muito relacionada com aspectos com a idade do cientista e a sua posição no departamento, sendo que quanto mais elevadas maior seria sua capacidade de reconhecer o outro.

Shinn e Ragouet (2008) apontam que é com base nos estudos que se desenvolvem após a pesquisa dos Coles que Merton retoma de forma sintética os estudos sobre os sistemas de recompensa e os utiliza com fundamento para conceituar o que ele denominou de efeito Mateus¹⁷, sendo esse

A intensificação dos incrementos de reconhecimento pelos pares dos cientistas de grande reputação por contribuições particulares, em contraste com a minimização ou recusa desse reconhecimento para os cientistas que ainda não deixaram sua marca (MERTON, 2013, p. 205).

O efeito Mateus refere-se à desigualdade entre cientistas que tem origem no grau de reconhecimento dos trabalhos produzidos, já que reconhece o fato de que – se tratando das contribuições científicas – os maiores ganhos são obtidos por **cientistas com reputações bem**

¹⁶ A qualidade na abordagem mertoniana é definida de acordo com o número de citações.

¹⁷ O termo efeito Mateus deriva do “Evangelho segundo Mateus (13:12 e 25:29) [...] para todo aquele que tem, mais será dado e ele terá abundância; mas daquele que não tem, será tirado inclusive o que tem” (MERTON, p. 204).

estabelecidas, enquanto que cientistas de menor renome retêm menores ganhos de reconhecimento (RESTIVO, 1981).

Segundo Merton (2013) o efeito é mais visível em dois casos específicos: co-autorias e descobertas múltiplas já que é o autor mais conhecido que tende a receber maior crédito pelo trabalho (MERTON, 2013). Assim, o impacto do efeito Mateus no sistema de comunicação na ciência propõe a hipótese de que uma determinada contribuição científica quando introduzida por um cientista que esteja no topo da hierarquia da comunidade científica tende a ter maior visibilidade que outros trabalhos de cientistas que se encontram em posições inferiores. Porém, quando os nomes de outros cientistas aparecem associados ao nome de um cientista do topo, os primeiros tendem a alcançarem posições mais prestigiosas e, desse modo,

Merton desenvolve assim toda uma argumentação tendente a confirmar o caráter funcional do efeito Mateus, em particular, no plano do progresso. Como o progresso da ciência implica a comunicação de ideias, o efeito Mateus favoreceria a publicação de cientistas eminentes e contribuiria para uma aceleração da circulação de trabalhos de primeiro plano. O desenvolvimento da ciência encontrar-se-ia dessa maneira facilitado (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 41).

Os trabalhos desenvolvidos a partir dessa perspectiva, segundo Sklair (1970), procuram demonstrar que os mecanismos de recompensa que se instituem na comunidade científica estão diretamente relacionados com as normas institucionais do *éthos* científico e não, necessariamente, em demonstrar as anomalias existentes entre o tipo ideal mertoniano e a competição na comunidade científica, já que procuram legitimar o programa estrutural-funcionalista mertoniano para a Sociologia da Ciência

De acordo com Orozco e Chavarro (2010), a abordagem mertoniana destaca que a ciência como instituição tem desenvolvido um sistema de comunicação que tem origem no século XVIII quando a *Royal Society of London* consolidou os mecanismos de divulgação científica como, por exemplo, livros, compêndios enciclopédicos e as revistas científicas, meios esses que por sua vez possuem um conjunto de parâmetros e rituais tanto para a proteção dos direitos de propriedade quanto para a acumulação de conhecimento, entre eles o processo de avaliação dos artigos e o uso de citações e notas de rodapé.

Essa **institucionalização da produção científica**, segundo Orozco e Chavarro (2010, p. 148, tradução livre), tem como resultado a “aparição de papéis autorizados, como o de editores, editoras e avaliadores” que são, na verdade, a manifestação de uma “estrutura social de validação e comunicação pela qual a ciência se faz confiável” ao possibilitar o pleno funcionamento do sistema de recompensa.

Posto isso, por que resgatar a sociologia da ciência da ciência mertoniana é importante para o presente projeto de tese?

A abordagem mertoniana inaugurou a Sociologia da Ciência, predominando até meados da década de 1970. Assim sendo, entender seus principais elementos teóricos (vide resumo no Quadro 01) torna-se fundamental para compreender as transformações que se dão na disciplina ao longo dos anos e, conseqüente, as abordagens contemporâneas – mesmos sendo elas de oposição aos pressupostos fundadores dessa disciplina. Além disso, a abordagem mertoniana foi responsável em introduzir na Sociologia a preocupação em discutir a ciência, mas não dos seus produtos e sim das condições institucionais em que se dá a produção do conhecimento.

Quadro 1 - Síntese da abordagem mertoniana

Aspectos Centrais	Síntese
Ética puritana	O <i>éthos</i> puritano e seus dogmas encontram ressonância no processo de secularização da ciência, favorecendo o surgimento da ciência moderna. Valores utilitaristas também são observados nesse processo.
<i>Éthos</i> científico	Significa a naturalização da ciência como algo isolado do resto da sociedade. A ciência enquanto sistema distinto e separado da sociedade seria regida pelas suas regras e valores (universalismo, comunismo, desinteresse e ceticismo organizado). As normas mertonianas apresentam um tipo ideal de como funcionaria a ciência e constituiriam normas tanto morais quanto técnicas. Essas também seriam responsáveis pela estabilização e regulação da estrutura científica.
Sistema de recompensa	Diz respeito ao impacto da relação quantidade versus qualidade e a forma como sistema de recompensa opera a partir da distinção entre a capacidade de ser visto e a capacidade de reconhecer o outro. São identificados quatro fatores que influenciaram o sistema: qualidade das publicações (medida por meio do número de citações), quantidade de recompensas recebidas, o prestígio da instituição e a relevância da especialidade que estuda. Há também o “efeito Matheus”, ou seja, o reconhecimento da reputação como fator que impacta no sistema de recompensas.

Fonte: elaborado pelo autor

2.2.2 A encruzilhada kuhniana

A abordagem mertoniana preconiza uma divisão entre epistemologia e sociologia no estudo da ciência, ou seja, a primeira responsável pelos conteúdos cognitivos enquanto que a segunda estaria encarregada em estudar a sua organização social, configurando a sociologia da ciência como uma disciplina oposta à filosofia da ciência. Ao mesmo tempo em que Merton desenvolve sua abordagem, começa a se destacar nos Estados Unidos – no campo da filosofia da ciência – o empirismo lógico que contribui para fortalecer essa divisão proposta por Merton, já que seus partidários argumentam que o conteúdo cognitivo da ciência é, exclusivamente, um conteúdo lógico. Porém, a partir da década de 1960 essa perspectiva passa a sofrer fortes críticas e é, nesse contexto, que surge o trabalho de Thomas S. Kuhn (1922 – 1996) influenciado, principalmente, pela tradição francesa de filosofia da ciência¹⁸ e,

¹⁸ Notadamente, os trabalhos de Gaston Bachelard (1884-1962) e Alexandre Koyré (1892-1964).

com isso, Kuhn, ao mobilizar a história da ciência, procura explicar a dinâmica da ciência a partir dos seus conteúdos cognitivos e dos fatores sociais relacionados a esses conteúdos (VINCK, 2007; SHINN; RAGOUET, 2008).

Kuhn (1974) se opõe à visão do cientista objetivo, sem preconceitos, àquele que examina os fatos de forma a se manter fiel à eles e somente à eles. Além disso, segundo o autor, o pesquisador parece conhecer alguns aspectos dos resultados de seus projetos de pesquisa de modo que

se o resultado aparece depressa, ótimo. Se não, ele lutará com os seus instrumentos e com as suas equações até que, se for possível, lhe forneçam os resultados que sejam conformes com o seu modelo e que ele tinha previsto desde o começo (KUNH, 1974, p. 54, grifo nosso).

E ainda, afirma que não é apenas no seu trabalho de investigação que o pesquisador mostra essa convicção¹⁹, mas também **nas reações aos trabalhos de outros pesquisadores**, seja pela aceitação ou pela rejeição desses trabalhos e, para Kuhn (1974, p. 55), “preconceito e resistência parecem ser mais a regra do que a exceção no desenvolvimento científico [...]”, sendo que não se tratam de características exclusivamente individuais, mas também da própria comunidade científica e que tem origem no processo de formação dos cientistas²⁰, isto é, diz respeito às **convicções existentes antes da investigação**, dizem respeito ao **dogma científico**. Esse, por sua vez, pode tanto frear a inovações científicas como pode, também, constituir-se como condição para o desenvolvimento da ciência de forma a possibilitar a sua continuidade e vitalidade, já que ao mesmo tempo em que define quais problemas devem ser analisados determina, também, a natureza das soluções aceitáveis para eles (KUNH, 1974).

O dogma científico, segundo Kuhn (1974, p. 56), também exerce a função de revolução, isto é, de transformar a ciência tendo em vista que a maior parte das descobertas “são respostas a um fracasso prévio usando as regras do jogo estabelecido”, ou seja, resistir à mudança do dogma significa é, ao mesmo tempo, manter o *status quo* e abrir caminho para o avanço científico e, desse modo, a ciência não progride por meio da acumulação, mas sim devido às rupturas (KUNH, 2017).

As **rupturas**, por sua vez, **têm origens tanto cognitivas quanto sociais**, já que essas compõem o paradigma vigente e é esse conjunto de crenças – um dogma – que deixa de sofrer ataques e passa a ser explorado de forma a desenvolvê-lo, mostrando-se mais ou menos

19 Convicção relativa aos fenômenos que a “natureza lhe apresenta e relativamente à maneira como podem ser encaixados na teoria” (KUNH, 1974, p. 54).

20 “A educação científica “semeia” o que a comunidade científica, com dificuldade, alcançou até aí – uma adesão profunda a uma maneira particular de ver o mundo e pratica a ciência. Tal adesão pode ser, e é, de tempos em tempos, substituída por outra, mas nunca pode ser facilmente abandonada” (KUNH, 1974, p. 55).

estável até que ocorra uma nova ruptura/revolução científica (KUNH, 2017). Ou ainda, como aparece em Kuhn (1974, p. 67- 72)

Os praticantes duma especialidade científica madura aderem profundamente a determinada maneira de olhar e investigar a natureza baseada num paradigma. O paradigma diz-lhes qual o tipo de entidade com que o universo está povoado e qual a maneira como essa população se comporta; além disso, informa-os de quais as questões sobre a natureza que podem legitimamente ser postas e das técnicas que podem ser devidamente aplicadas na busca por respostas a essas questões. [...] dado um paradigma, os cientistas esforçam-se, usando todas as suas capacidades e todos os seus conhecimentos para o pôr cada vez mais de acordo com a natureza. [...] Tem que existir algo que diga ao cientista onde procurar e por que procurar, e esse algo, que pode muito bem não durar mais que essa geração, é o paradigma que lhe foi fornecido com a sua educação de cientista.

Hacking (2017) enfatiza que paradigma não diz respeito a um conceito em si, mas sim uma forma de compreender os elementos que permitem a um grupo se manter unido ou desfazer-se e, em um sentido mais amplo, o termo paradigma é constituído por diversos tipos de comprometimentos e práticas que, para Kuhn, são, por exemplo, as generalizações simbólicas, os modelos e os exemplos. Ou, como destaca Vinck (2007), paradigma significa modelo.

O que se pode observar é que Kuhn não está preocupado com uma abordagem normativa – até então predominante tanto na filosofia quanto na sociologia da ciência –, mas sim com uma abordagem predominantemente descritiva e isso, por sua vez, significa mostrar que **a atividade científica não é algo totalmente distinto de outras atividades sociais** diante do argumento que àquela ocorre em um sistema social que favorece determinadas orientações cognitivas em detrimento de outras e que controla tanto seus membros quanto suas atividades (SHINN; RAGOUET, 2008). Ou seja, as revoluções científicas têm uma estrutura na qual o paradigma se constitui como núcleo central. Esse, por sua vez, inicia sua transformação na medida em que as anomalias ganham forma e resultam na crise que é superada à medida que um novo paradigma surge (HACKING, 2017).

Porém, o que nos importa aqui e que justifica essa seção em se tratando da sociologia da ciência, é a porta que Kuhn abre para **introduzir os fatores sociais na construção dos fatos científicos**, já que a noção de paradigma torna tangível a **conexão entre as dinâmicas sociais, institucionais e cognitivas** e isso, por sua vez, promove a diversificação e a reorientação de pesquisas sobre as dinâmicas sociais da ciência que passam a elaborar explicações tanto em termos teóricos quanto socioculturais.

2.2.3 A sociologia da ciência crítica bourdieusiana e o conceito de campo científico

De forma distinta à Merton, Bourdieu mostra que a ciência não é um espaço harmônico, já que a mesma é profundamente influenciada por distintas lógicas, entre elas a do mercado e

isso, por sua vez, também contrasta com a abordagem kuhniana de entender a comunidade científica²¹ centrada em um único objetivo (VINCK, 2007; SHINN; RAGOUET, 2008), sendo que, como aponta Bourdieu (2004a, p. 21), “é preciso escapar à alternativa da ciência pura, totalmente livre de qualquer necessidade social e, da ciência escrava, sujeita a todas as demandas político-econômicas” e, assim, Bourdieu passa a pensar a ciência a partir da **perspectiva de campo social, lugar de uma luta competitiva por acumulação de um capital simbólico – o crédito científico –, e pelo controle da autoridade científica** (VINCK, 2007).

O conceito de campo é, antes de mais nada, um operador que permite a Bourdieu pensar de modo relacional em Sociologia, sendo que esse conceito

remete a um sistema de relações objetivas entre posições, o qual é independente das populações definidas por essas relações e irredutível às intenções dos indivíduos ou mesmo às relações que de interação que eles mantêm (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 125, grifo nosso).

Assim, na sociologia bourdieusiana, todo campo é um espaço de concorrência que se estrutura em torno de desafios e interesses específicos e no qual os agentes ocupam posições distintas em função do volume e da estrutura do capital social, cultural, econômico e simbólico que eles detêm (SHINN; RAGOUET, 2008) e, desse modo, “qualquer que seja o campo, ele é um objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2004a, p. 29).

O campo científico, desse modo, como um campo específico da estrutura social, é um “sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores – é o lugar e o espaço de uma luta concorrencial” (BOURDIEU, 1994, p. 122). Ou seja, **o campo científico é compreendido por Bourdieu como um espaço de conflitos no qual distintas forças estabelecem uma relação concorrencial entre si na disputa pelo monopólio do poder.**

Posto isso, o campo científico pode ser entendido como um espaço social no qual diferentes agentes e instituições ocupam uma posição de poder que foi adquirida por meio de **um processo histórico de disputas de forma a obterem a autoridade científica e, assim, decidirem sobre os “rumos” do campo.** E, desse modo, assumir que o campo científico é um espaço de luta significa

21 Para Bourdieu (2004b, p. 68) a noção de comunidade “designa outro aspecto importante da vida científica: todos os que estão envolvidos num campo científico podem, em certas condições, dotar-se de instrumentos que lhes permitem funcionar como comunidades e que têm como função oficial professar a salvaguarda dos valores ideais da profissão de cientista. São as instituições científicas, as instituições de defesa corporativistas, de cooperação cujo funcionamento, composição social, estrutura organizacional (direção, etc.) devem ser compreendidas em função da lógica de campo; há também todas as formas organizacionais que estruturam de modo duradouro e permanente a prática dos agentes e das suas interações [...], e é necessário obter os meios de estudar essas instituições, sabendo bem que não contêm o princípio da sua própria compreensão e que, para as entender, é preciso compreender a posição dos seus participantes no campo”.

também recordar que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse às práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas” senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos (BOURDIEU, 1994, p. 123).

Porém, que luta é essa?

Bourdieu (1994) afirma que é uma **luta em torno dos monopólios da autoridade científica e da competência científica concedidos a um determinado agente**. Assim, a luta científica se dá devido às posições contrárias nas quais os agentes são confrontados a partir da existência de hierarquia no campo

O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico (...). Em todo campo se põem, com forças mais ou menos desiguais, segundo a estrutura de distribuição do capital no campo (grau de homogeneidade), os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados (BOURDIEU, 1994, grifo no original).

Desse modo, Bourdieu (2004a) distingue **duas formas de poder** no campo que corresponderiam a **duas espécies de capital científico: um temporal e outro científico**. O primeiro está relacionado ao poder institucional/político e diz respeito à posição hierárquica ocupada nas instituições científicas e ao poder sobre os meios de produção e reprodução que ela propicia. Já o segundo, está diretamente relacionado ao reconhecimento de um determinado conjunto de pares, ou seja, há um prestígio pessoal institucionalizado e que é razoavelmente independente do primeiro tipo de poder. Ou ainda, como aparece em Bourdieu (2004b, p. 82), “a estrutura da relação de forças constitutiva do campo é definida pela estrutura de distribuição de duas espécies de capital [...] que intervêm no campo científico”, ou seja, “um capital de autoridade propriamente científica e um capital de poder sobre o mundo científico, que pode ser acumulado por vias que não puramente científicas [...]”, sendo, respectivamente, o capital científico e o capital científico institucionalizado (uma espécie de capital burocrático), mas ambos são, necessariamente, meios pelos quais se acumula capital e se obtêm autoridade científica (BOURDIEU, 2004a; 2004b).

Para Bourdieu (2004a, p. 36) o **capital científico** – tido como puro – é adquirido e acumulado, principalmente, “pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas”, já o **capital científico da instituição** é obtido, essencialmente, por meio das estratégias políticas que apresentam como aspectos comuns “exigirem tempo”, como, por exemplo, “participação em comissões, bancas [...], colóquios [...], cerimônias, reuniões, etc”, sendo que é “difícil de dizer se [...] sua acumulação é o princípio (a título de compensação) ou o resultado de um menor êxito na acumulação da forma mais específica e mais legítima do capital científico”.

Assim, na luta pelo reconhecimento – acumulação de capital – no campo científico, os **vencedores, portanto, são aqueles que dominam o campo de forma que conseguem ocupar posições que lhes permitem impor uma determinada definição de ciência** “segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem” (BOURDIEU, 1994, p. 128). Ou seja, o quanto o agente é capaz de impor sua autoridade científica é o que define sua posição hierárquica no campo de modo que **o que é considerado científico é, na verdade, resultado de determinações dos agentes que dominam o campo científico**. Assim, a **autoridade científica** entendida como “espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (BOURDIEU, 1994, p. 127) é o que **permite ao agente ocupar determinada posição na hierarquia do campo**.

Por sua vez, essa posição adquirida se dá a partir de julgamentos a respeito da capacidade científica, essa podendo ser avaliada/medida por meio de três aspectos relacionados ao agente, a saber: (1) sua capacidade técnica; (2) seu poder social; e (3) por sua competência científica. Assim, acumular capital significa, de fato, “fazer um nome, um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, mas que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum” (BOURDIEU, 1994, p. 132).

Nesse sentido, a autoridade científica – entendida como um tipo específico de capital – diz respeito ao reconhecimento e o ao prestígio que o agente acumula ao longo do tempo e que pode ser tanto transmitida quanto reconvertida em outras formas de capital, sendo que Bourdieu define duas espécies distintas de capital (BOURDIEU, 1994).

Nesse contexto, Bourdieu (1994) mostra que o campo científico não é tão harmônico, já que o pesquisador luta para formar um “capital” intelectual inicial certificado por um título, sendo que com esse capital fará “investimentos” de pesquisa em instituições mais ou menos prestigiadas. **A competição no campo científico, desse modo, assemelha-se à competição no campo econômico no qual a luta é desigual e depende da estrutura da distribuição do capital e do reconhecimento científico dos participantes da luta**. Assim, o campo científico é marcado por um constante jogo de interesses onde os novatos buscam ganhar a estima de seus professores para que estes lhes garantam cartas de recomendação que os ajudarão a obter bolsas, prêmios, bem como acesso a instituições renomadas.

Essa relação de disputa estabelece, também, duas posições no campo: os **dominantes** e os **dominados**. Os primeiros procuram reproduzir a ordem científica definida entre si (estratégias de conservação) de forma a manter o *status quo* enquanto que os

dominados/novatos podem atuar por meio de estratégias de sucessão ou de subversão, sendo que todas são estratégias que visam o poder (BOURDIEU, 1994).

As estratégias de sucessão, segundo Bourdieu (1994, p. 138), são “próprias para lhes assegurar, ao término de uma carreira previsível, os lucros prometidos aos que realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados”, sendo que nesse tipo de estratégia os dominados “realizam o ideal oficial da excelência científica pelo preço de inovações circunscritas aos limites autorizados” e, assim, “estabelecendo uma carreira previsível”. Já por meio de estratégias de subversão os dominados buscam uma “redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação”, sendo que ao desafiarem a ordem estabelecida no campo, os novatos que adotam as estratégias de subversão

só poderão “vencer os dominantes em seu próprio jogo” se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos em curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema (BOURDIEU, 1994, p. 138).

No entanto, para Bourdieu essas **não são escolhas individuais** tendo em vista que “é o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida” (BOURDIEU, 1994, p. 138). Ou seja, o **campo científico** é “um mundo social” (BOURDIEU, 2004a, p. 21) e, como tal, “**é um campo de forças dotado de uma estrutura**” e essa, por sua vez, é definida “pela distribuição desigual do capital” que se faz sentir ao regular “as possibilidades que lhes estão abertas conforme estejam pior ou melhor situados no campo” (BOURDIEU, 2004b, p. 52-53, grifo nosso).

Além disso, o autor enfatiza que independentemente da estratégia – seja ela de conservação ou de subversão – a propensão de escolha é “tanto mais dependente das disposições em relação à ordem estabelecida quanto maior for a dependência da ordem científica em relação à ordem social dentro da qual ela está inserida” (BOURDIEU, 1994, p. 139) e, assim, qualquer escolha científica é, também, uma “estratégia social de posicionamento orientada para a maximização do lucro específico, indissociavelmente social e científico, dado pelo campo” (BOURDIEU, 2004b, p. 88).

Bourdieu (2004b, p. 80) afirma que o “o capital científico é produto do reconhecimento dos concorrentes”, ou seja, “um acto de reconhecimento que dá tanto mais capital quanto mais reconhecido é aquele que o realiza [...]” e é nesse sentido que o “o capital científico funciona como um capital simbólico de reconhecimento”, sendo esse – o capital simbólico –

um conjunto de propriedades distintivas que existe na e pela percepção de agentes dotados de categorias de percepção adequadas, categorias que se adquirem principalmente através da experiência da estrutura da distribuição desse capital no

interior do espaço social ou de um microcosmo social particular como o campo científico.

Bourdieu, dessa forma, figura no centro do seu modelo explicativo a noção de capital simbólico ao considerar o campo científico como “um mercado de bens simbólicos” no qual os cientistas lutam entre si com o objetivo de “maximizar seu ganho simbólico”, ou seja, a busca por reconhecimento passa a ser uma busca por crédito que, por sua vez, pode ser acumulado e investido (VINCK, 2007).

Assim, “capital simbólico atrai capital simbólico: o campo científico dá crédito aos que já o têm”, ou seja, “são os mais conhecidos que mais beneficiam dos ganhos simbólicos [...]” (BOURDIEU, 2004b, p. 81), sendo que esse capital simbólico possibilita que determinado agente desfrute de uma distinção no campo podendo, por sua vez, ser convertido em outros tipos de capital como, por exemplo, o econômico (VINCK, 2007), já que seu poder está diretamente relacionado com “o volume e estrutura do capital de diferentes espécies” e com o fato de a “estrutura de distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes científicos” (BOURDIEU, 2004b, p. 53).

Em suma, na sociologia bourdieusiana, toda ação do agente científico, mesmo que cognitiva, é, antes de mais nada, uma estratégia que tem como objetivo aumentar sua dominação no campo, sendo que seus argumentos e justificativas estão diretamente relacionados com a sua posição no campo e, assim, a produção de novos conhecimentos e resultados válidos está diretamente relacionada com o fato de que os agentes científicos estão em uma competição e que se controlam mutuamente (VINCK, 2007).

O Quadro 02 apresenta uma síntese desta seção.

Quadro 2 - Síntese da abordagem bourdieusiana

Aspecto	Síntese
Ruptura	Rompe com o pressuposto mertoniano da ciência “encapsulada” e desinteressada. Propõe a ciência enquanto campo social, lugar de uma luta competitiva por acumulação de um capital simbólico – o crédito científico –, e pelo controle da autoridade científica.
Campo científico	Espaço de conflitos no qual distintas forças estabelecem uma relação concorrencial entre si na disputa pelo monopólio do poder. Desse modo, o campo científico pode ser entendido como um espaço social no qual diferentes agentes e instituições ocupam uma posição de poder que foi adquirida por meio de um processo histórico de disputas de forma a obterem a autoridade científica e, assim, decidirem sobre os “rumos” do campo.
Lugar de luta	Campo científico é um lugar de luta (mais ou menos desigual) em torno dos monopólios da autoridade científica e da competência científica concedidos a um determinado agente. Dominantes <i>versus</i> dominados. É uma luta pelo reconhecimento – acumulação de capital – no campo científico.
Formas de poder e acumulação de capital	Poder institucional/político (capital científico institucionalizado) e poder científico (capital científico). O primeiro pode ser acumulado por vias não exclusivamente científicas.
Autoridade Científica	É o que permite ao agente ocupar determinada posição na hierarquia do campo, sendo uma “espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital” (BOURDIEU, 1994, p. 127).

	Diz respeito ao reconhecimento e o ao prestígio que o agente acumula ao longo do tempo e que pode ser tanto transmitida quanto reconvertida em outras formas de capital
--	---

Fonte: elaborado pelo autor

2.2.4 As novas abordagens em Sociologia da Ciência

Apesar de Bourdieu contribuir para um primeiro ponto de inflexão na Sociologia da Ciência, sua abordagem se insere em um contexto que ainda prioriza em suas análises a compreensão dos fatores institucionais (campo científico enquanto estrutura determinante da sua dinâmica interna) da ciência. Nesse sentido, é a partir da década de 1970 que a Sociologia da Ciência vê surgir uma nova geração de pesquisadores que procuram romper com o domínio funcionalista e institucional nesse campo de estudos (DUBOIS, 2001; VINCK, 2007; SHINN; RAGOUET, 2008).

Essa nova geração de pesquisadores, ao romperem com a tradição institucionalista, dirigem suas análises para as conjunções existentes entre fatores sociais e cognitivos nos processos de produção do conhecimento, ou seja, os conhecimentos científicos são, essencialmente, produção sociais, sendo que o processo de pesquisa é descrito como relativo – no caso do programa forte – ou contingente – para as abordagens construtivistas²² (DUBOIS, 2001; VINCK, 2007), essas últimas entendidas, também, como abordagens etnográficas do trabalho empírico (SHINN; RAGOUET, 2008) ou abordagens microssociológicas das práticas científicas (GINGRAS, 2013).

As abordagens construtivistas²³ – em Sociologia da Ciência – não negam por completo o Programa Forte, mas preconizam uma mudança de objeto ao não mais dirigirem sua atenção única e exclusivamente à “ciência feita, pelas tomadas de posição dos cientistas”, mas sim “pela ciência **“no curso em que é feita”**”, pelas práticas científicas *in situ*”, ou seja, o analista passa a preocupar-se com **“o contexto local do trabalho científico, suas condições sociais, materiais e técnicas”** (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 72, grifo nosso).

Essas perspectivas, por sua vez, constituem um conjunto de correntes muitas vezes conflituosas entre si, mas que ao mesmo tempo apresentam diversos pontos de convergências,

22 Em suma, na perspectiva relativista os enunciados científicos têm origem em produções sociais determinadas tanto pelas crenças de grupos sociais quanto pelas estruturas sociais. Por outro lado, na perspectiva construtivista os enunciados científicos são produções sociais que são explicadas por meio dos processos que levam à essas construções (VINCK, 2007).

23 A proposta construtivista em Sociologia da Ciência “insiste sobre a dependência da ciência com relação ao contexto social local e sobre a ideia de que a natureza e os enunciados sobre a natureza são redutíveis a puras representações individuais. [...] O construtivismo vem sustentar a recusa de um pensamento e de uma atividade científica dotada de uma dinâmica específica e distinta das outras atividades de conhecimento, ao mesmo tempo em que vem apoiar a ideia segundo a qual a comunidade científica não constituiria, em nada, um campo à parte” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 62).

sendo que muitos dos autores que constituem a nova sociologia da ciência podem ser situados em mais de uma perspectiva, já que “suas tomadas de posição, evolutivas, não podem ser exclusivamente exprimidas por uma delas (SHINN; RAGOUET, 2008).

Assim, na presente tese, optamos por abordar a nova sociologia da ciência (DUBOIS, 2001) a partir de dois grupos: o Programa Forte – na proposição de David Bloor (2009) – e as abordagens construtivistas – especificamente Bruno Latour e Steve Woolgar (1997), abordando, também, aspectos gerais das contribuições de Knorr-Cetina e Michael Lynch. Essa sistematização tem, por sua vez, como objetivo elencar os principais elementos dos avanços e desdobramentos em Sociologia da Ciência que possam contribuir para a compreensão do fenômeno de interesse desta tese.

2.2.4.1 David Bloor e o Programa Forte

O Programa Forte é formalizado em 1976 com o livro *Knowledge and social imagery* de David Bloor. No entanto, o seu surgimento se deu a partir de um processo de mudança teórica que inclui, pelo menos, três campos distintos, a saber: Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Ciência e Filosofia da Ciência (SCHWINDEN, 2010), de forma que representa uma “ruptura com a linha mertoniana e recusa a limitação da sociologia da ciência à análise das instituições científicas” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 57) ao se constituir como um programa de pesquisa que visa analisar as “práticas científicas [...] como um jogo de linguagens específicas do qual é possível identificar as regras e convenções tácitas”, isto é, “os consensos sociais que codificam o trabalho científico” (VINCK, 2007, p. 173, tradução livre).

Em 1964 foi fundado, na Universidade de Edimburgo (Escócia), o departamento de *Science Studies Unit*²⁴ que tinha como objetivo fornecer formação científica interdisciplinar para os estudantes de engenharia. O grupo que ficou conhecido como Escola de Edimburgo foi o responsável por um novo modo de pensar a atividade científica ao se opor à tradição mertoniana que estudava a ciência como um conjunto de normas e valores, ou seja, como uma instituição e sem se preocupar com o conteúdo das teorias científicas, sendo que essa tarefa era delegada para a filosofia da ciência – incumbida de definir os métodos adequados a atividade científica como, também, os critérios de validade do conhecimento científico (DUARTE, 2007; SCHWINDEN, 2010).

²⁴ Ao longo dos anos 1960, o sistema educacional superior inglês passou por algumas transformações estruturais que tinha, entre os seus objetivos, promover o ensino interdisciplinar envolvendo tanto ciências naturais quanto humanas.

Seus membros²⁵, influenciados principalmente pelos trabalhos de Kuhn²⁶, defendiam que a sociologia não deveria estar restrita às pesquisas institucionais, mas que também deveria investigar o conteúdo e natureza do conhecimento científico ao conceder à sociologia “a tarefa de atingir o “coração” da atividade científica” (DUARTE, 2007, p. 13), ou seja, o que ficou conhecido como Programa Forte consistia em explicar não apenas as condições institucionais do conhecimento científico, “mas também a sua configuração como um reflexo do contexto histórico e social em que esse conhecimento é obtido” e, dessa forma, elaborar análises da atividade científica que estivessem mais atentas tanto aos aspectos sociológicos quanto aos epistemológicos (SCHWINDEN, 2010, p. 53). Porém, representa, também, um rompimento com a proposta de Kuhn, já que ao preconizar a influência de processos sociais rompe com a perspectiva objetiva intrínseca à essa abordagem (DUBOIS, 2001).

Assim,

Todo conhecimento [...] é conjectural e teórico. Nada é absoluto ou final. Portanto, todo conhecimento é relativo à situação local dos pensadores que o produziram: as ideias e conjecturas que são capazes de conceber; os problemas que os afligem; o jogo entre os pressupostos e as críticas em seu ambiente; seus propósitos e objetivos; as experiências que têm e os padrões e significados que aplicam (BLOOR, 2009, p. 238, grifo nosso).

Bloor (2009), dessa forma, nega a ideia de um único *éthos* científico como forma de padronizar a atividade científica e argumenta pelo **relativismo do conhecimento científico já que esse é determinado socialmente**, ou seja, ele é relativo devido ao fato de sua elaboração e desenvolvimento estar subordinada à diversidade do contexto social.

Essa nova perspectiva, segundo Vinck (2007, p.181, tradução livre, grifo nosso), define a **ciência** como “**um sistema de crenças, relativas aos grupos sociais que lhe integram**”, sendo que nessa perspectiva – tida como relativista – “as convicções de físicos nucleares não são menos sociológicas que àquelas dos feiticeiros africanos”, ou seja, “**os conhecimentos são, na verdade, crenças**” que são explicadas a partir dos grupos sociais que as constroem e pelos interesses sociais que as animam”.

Isso, por sua vez, representa uma forte ruptura com a tradição institucionalista (na Sociologia da Ciência) e racionalista (na Filosofia da Ciência) tendo em vista que tanto as

25 Entre eles Barry Barnes, David Bloor, Stephen Shapin e Donald Mackenzie.

26 Para Bloor e outros membros do Programa Forte, a contribuição de Kuhn ressalta o caráter cultural da atividade científica, ou seja, a noção de paradigma permite dar ênfase às variações culturais no que diz respeito aos usos das categorias e teorias científicas enquanto que a abordagem mertoniana refuta essas variações (VINCK, 2007). Shinn e Ragouet (2008, p. 56-7) apontam que o que o programa forte retêm de Kuhn pode ser resumido em quatro pontos: “(1) que as comunidades científicas são complexos inseparavelmente sociais e cognitivos; (2) que os cientistas são, tal como todo ator social, arraigados a representações preconcebidas da natureza; (3) que eles decidem a propósito de sua adesão paradigmática em função de razões externas à lógica e (4) que conhecimento científico não pode escapar das ciências sociais, como tinha proposto os sociólogos funcionalistas”.

crenças quanto as teorias científicas adquirem um mesmo estatuto epistemológica, ou seja, **as teorias científicas deixam de serem uma forma privilegiada de falar sobre a realidade** (DUARTE, 2007; SCHWINDEN, 2010) tendo em vista que para o Programa Forte não há “impedimentos teóricos nem técnicos” na Sociologia para a tarefa de definir a natureza do conhecimento científico” e, desse modo, as empreitadas sociológicas nesse campo “não precisam nem devem ficar restritas à explicação dos desvios de conhecimento ou aos aspectos que não toca o conteúdo das teorias tidas como válidas” (SCHWINDEN, 2010, p. 55).

E, dessa forma, dentro das diretrizes do Programa Forte **tanto crenças** – independentemente do seu tipo – **quanto teorias científicas**

São tomadas como passíveis de investigação sociológica. Assim, sendo, tanto a crença em átomos como em espíritos da floresta passam a ser matérias de pesquisa para os cientistas da sociedade. [...], ou seja, causas sociais determinam o corpo de conhecimento compartilhado em uma sociedade (DUARTE, 2007, p. 14, grifo nosso).

Ou seja, o que se diz aqui é o fato de que filósofos da ciência vinham tratando de forma assimétrica os produtos científicos, sendo que quando algo se comportava como o modelo havia previsto a explicação se dava via as leis naturais. Porém, quando algo dava errado recorriam a aspectos contingentes como, por exemplo, elementos políticos, sociais e econômicos (SCHWINDEN, 2010) e, desse modo, a agenda proposta pelo programa forte visa combater essa assimetria²⁷, sendo que para isso Bloor (2009) define quatro princípios que visam privilegiar uma abordagem simétrica em Sociologia da Ciência, a saber:

- a) Casualidade: diz respeito ao fato do interesse pelas condições que resultam nas crenças;
- b) Imparcialidade: refere-se à necessidade de explicar as dicotomias entre verdade e falsidade, racionalidade e irracionalidade, sucesso ou fracasso;
- c) Simetria: pressuposto que os mesmos tipos de causas devem ser utilizados para explicar tanto crenças falsas quanto verdadeiras; e
- d) Reflexividade: princípio que preconiza a autoanálise a partir dos mesmos pressupostos que se utilizam para analisar o conhecimento científico.

Esses quatro princípios, por sua vez, são delineados não só como uma forma de garantir uma abordagem simétrica, mas também apresentam o intuito de atribuir ao Programa Forte a neutralidade e objetividade intrínseca às ciências naturais, já que uma das principais preocupações desse programa de pesquisa é **aproximar a Sociologia da Ciência às ciências**

²⁷ O aspecto da assimetria representa, também, a crítica do Programa Forte à Sociologia do Conhecimento de Mannheim considerada como “fraca” devido ao fato de preconizar a assimetria entre ciência e cultura (DUBOIS, 2001)

naturais, sendo uma forma de **garantir credibilidade** à proposta (DUBOIS, 2001; SCHWINDEN, 2010) já que para os cientistas do Programa Forte

Há tantas concepções de ordem natural das coisas quanto há diferentes interesses sociais. Quando duas teorias científicas se opõem, a disputa não se manifesta apenas por meio da divergência entre os membros da comunidade científica, mas também através de uma divergência de interesses enraizados na diversidade cultural dos sistemas culturais internos à comunidade científica (DUBOIS, 2001, p. 32, tradução livre).

Desse modo, a escolha entre duas teorias não se dá apenas por meio da avaliação de evidências empíricas e racionais, mas envolve, também, a intervenção de interesses sociais anteriores aos cientistas, já que a escolha entre dois paradigmas é, antes de mais nada, a escolha entre dois modos de vida distintos e incompatíveis cabendo, assim, ao sociólogo orientar suas investigações de forma objetiva e simétrica (DUBOIS, 2001; SHINN; RAGOUET, 2008).

Mendonça (2014, p. 108), por sua vez, afirma que o objetivo maior de Bloor consiste na defesa em poder “analisar a natureza interna do conhecimento científico, ou seja, **“a sociologia tem de ser vista como capaz de analisar o conteúdo especificamente cognitivo da ciência, e não apenas suas causas externas”**”, residindo nesse aspecto a principal distinção do Programa Forte em relação às abordagens discutidas nas seções anteriores.

As críticas ao Programa Forte, por sua vez, residem principalmente no aspecto casual dessa abordagem, dada a intenção velada de Bloor em “tornar a sociologia da ciência uma ciência empírica à maneira das ciências naturais” (MENDONÇA, 2014, p. 109), ou seja, Bloor em sua obra declara-se constantemente comprometido com “elementos integrantes da concepção racionalista de ciência [...], dentre eles a visão causal da ciência”, influenciado principalmente pelos trabalhos de Karl Popper e Thomas Kunh e, assim, predominando a perspectiva dedutivista em sua proposta (GOMES, 2010, p. 24).

Apesar das críticas, o Programa Forte ilustra a renovação que se inicia na abordagem sociológica da ciência a partir da década de 1970, pois traz o sociólogo em cena. Porém, a noção de explicação casual pode assumir sentidos diferentes, além de negligenciar questões que dizem respeito a relativa autonomia da comunidade científica, no sentido que a ciência é marcada, quase que exclusivamente, pela influência de fatores externos, ou seja, todo conhecimento produzido é produto de forças externas à comunidade científica e é justamente

a partir dessa limitação que as abordagens construtivistas – principalmente a proposta etnográfica – começam a ganhar forma (SHINN; RAGOUET, 2008).

A síntese dos principais aspectos referentes ao Programa Forte pode ser encontrada no quadro 03.

Quadro 3 - Síntese do Programa Forte

Aspecto	Síntese
Ruptura	Rompe com a perspectiva de uma sociologia da ciência mertoniana preocupada apenas com as condições institucionais na produção do conhecimento. Também faz contraposição à perspectiva determinista de campo científico. A sociologia tem de ser vista como capaz de analisar o conteúdo especificamente cognitivo da ciência, e não apenas suas causas externas.
Para além da dimensão sociológica	A Sociologia da Ciência não se deve ater apenas aos aspectos sociológicos da produção do conhecimento (Merton e Bourdieu), mas também procurar compreender os aspectos epistemológicos.
Crenças	Atribui ao conhecimento científico a característica de serem convenções que seriam explicadas a partir dos grupos sociais que as constroem e pelos interesses sociais que as animam. Assim, as crenças também seriam passíveis de investigação sociológica. Assim, os produtos científicos seriam, predominantemente, reflexo de fatores externos à comunidade científica.
Simetria entre resultados esperados e inesperados	Mesma forma de tratar os resultados, independentemente de serem esperados ou não pelo modelo. Para isso, são estabelecidos quatro princípios de simetria: causalidade, imparcialidade, simetria e reflexividade. Aqui visa-se assegurar às crenças condições de validade universais, já que o Programa Forte tem como uma de suas preocupações a aproximação entre Sociologia da Ciência e Ciências Naturais.

Fonte: elaborado pelo autor

2.2.4.2 As práticas científicas em cena: a proposta antropológica para a Sociologia da Ciência

Em 1979, Bruno Latour e Steve Woolgar inauguram com a obra *La vie de laboratoire* os estudos etnográficos – também denominados de antropológicos – na Sociologia da Ciência, esses orientados por perspectivas nas quais se procura **estudar a produção de conhecimentos a partir do cotidiano científico sem diferenciar o social e a técnica, além de preconizarem o laboratório como o *locus* principal de análise das práticas científicas.**

Os laboratórios, para Latour e Woolgar (1997), dizem respeito ao **ambiente onde os fatos científicos são produzidos** e, por isso, importa compreender as interrelações entre pesquisadores e os objetos que o circundam como, também, dos produtos resultantes dessas relações. Assim, surge em cena **o pesquisador situado no laboratório** como ponto de partida para compreender a produção do conhecimento científico tendo em vista que os autores se perguntam

que diabo essa gente está fazendo? De que estão falando? Para que servem essas divisórias, esses tabiques? Por que esta sala está mergulhada na semiobscuridade, enquanto as bancadas estão fortemente iluminadas? Quem são esses animais que guincham nas gaiolas? (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 35).

Porém, o que é esse laboratório?

Latour e Woolgar (1997, p. 66) argumentam que o laboratório é o local que se apropria “do gigantesco potencial produzido por dezenas de outros domínios de pesquisa”, ou seja, toma emprestado “um saber bem instituído” e o incorpora “sob a forma de uma aparelhagem ou de uma sequência de manipulações”. Adiante, os autores destacam que o laboratório é o responsável por **tornar concreta toda uma rede de saberes** e um processo contínuo de produção de conhecimento, já que

a cadeia de acontecimentos à qual toda curva deve sua existência é muito longa para que um observador, técnico ou pesquisador dela se recordem. E, no entanto, cada uma das etapas é crucial: caso seja omitida ou mal desempenhada, todo o processo é reduzido a nada (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 67).

Shinn e Ragouet (2008) destacam que Latour e Woolgar deixam evidente que sua visão antropológica objetiva **descrever a atividade científica a partir de quem as produz considerando ao mesmo tempo os objetos que circundam a atividade científica e os resultados da prática científica** como, por exemplo, os artigos. Assim, Latour e Woolgar (1997, p. 207) se diferenciam das abordagens anteriores ao **atribuírem protagonismo ao pesquisador**

O que motiva os pesquisadores? Por que pesquisadores são levados a operar inscrites, a escrever artigos, a construir objetos e a ocupar diferentes posições? Qual é a razão que leva um pesquisador a passar de um objeto a outro, de um laboratório a outro, o que faz escolher este método, esta parte dos dados, aquela forma estilística, aquele caminho analógico?

Desse modo, os autores se afastam de motivações normativas e explicações institucionais na tentativa de responder a essas perguntas e procuram compreender o comportamento dos pesquisadores ao **direcionarem maior atenção à forma como esses se percebem**, como eles “designam seu próprio comportamento” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 208). Ou seja, a partir de suas práticas científicas (GINGRAS, 2013), já que explicar a ciência a partir das normas oferece indícios apenas de grandes tendências no sentido de que seria uma postura supérflua e, desse modo, “são tamanhas as forças econômicas que cercam o pesquisador, a um só tempo capitalista independente e empregado” que é preciso apreender suas práticas nessa posição de forma a buscar melhor compreender como se dá a construção do conhecimento, mas sem se prender apenas às questões de normativas (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 263).

Assim, nessa busca deve-se **mobilizar elementos que permitam compreender o motor das práticas científicas**: “a procura por credibilidade e seu crescimento cada vez maior” e são, justamente, os elementos mobilizados pelos atores envolvidos na produção do conhecimento que compõem a prática científica e os processos envolvidos na produção dos fatos científicos (SHINN; RAGOUET, 2008) e, desse modo, a noção de credibilidade se torna um importante elemento analítico para Latour e Woolgar (1997).

A noção de credibilidade alarga a noção de crédito científico em Bourdieu, já que rompe com o pressuposto de que a competição se daria em um universo regrado, além de estar muito mais relacionada com o momento presente, ou seja, a capacidade atual de praticar ciência²⁸ (DUBOIS, 2001; SHINN; RAGOUET, 2008). Ou seja, Latour e Woolgar retomam o modelo de Bourdieu e propõem uma nova versão que procura levar em conta a **diversidade das práticas científicas e a pluralidade das motivações dos atores** com o intuito de compreender como o capital simbólico se reproduz, mas ao mesmo tempo “recusam a análise unidimensional do processo de acumulação do crédito e o fato de não levar em consideração o conteúdo da ciência” e, dessa forma, “propõem substituir a noção de crédito pela noção de credibilidade” (VINCK, 2007, p. 137).

Desse modo, para Latour e Woolgar (1997), o crédito é secundário tendo em vista que no discurso dos cientistas observa-se que a referência feita ao crédito diz respeito a um “modelo econômico de produção de fatos” e, nesse sentido, ao retratar a trajetória de um pesquisador, os autores enfatizam que os investimentos feitos em sua pesquisa não eram uma forma de reconhecimento, mas sim tratavam-se de “recursos materiais que deveriam ser rapidamente reinvestidos em novos inscrites e na produção de dados numéricos, de artigos e de fatos” e, assim, “se os investimentos no trabalho de Dietrich não se mostrassem rentáveis, ele perderia sua credibilidade” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 219).

Sob essa perspectiva, a atividade científica se resumiria a atividade de um investidor capitalista de modo que é preciso que o pesquisador “tenha acumulado previamente um estoque de credibilidade”, ou seja, “quanto maior é esse estoque, maiores serão os lucros que o investidor recolherá, aumentando, assim, um capital em constante aumento”. Porém, essa seria apenas uma parte de um ciclo mais amplo, já que

Se restringirmos a motivação par a ciência à busca de um reconhecimento, o caso de Dietrich seria evidentemente o relato de um fracasso. Depois de ter investido por dez anos, ele permanecia praticamente desconhecido: seu nome foi citado menos de oito vezes por ano; ele não recebeu qualquer prêmio e fez poucos amigos. Mas se estendermos a noção de crédito à noção de credibilidade, descobrimos então um caso exemplar de sucesso na carreira. Dietrich tem boas referências, produz dados confiáveis usando dois tipos de métodos e atualmente trabalha em uma área nova e importante, em uma instituição que dispõe de meios gigantescos. Se, do ponto de vista da busca de reconhecimento, a carreira dele é pouco invejável, do ponto de vista do investimento de credibilidade, sua carreira foi um magnífico sucesso” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 220).

Vinck (2007) afirma que enquanto a noção de crédito em Bourdieu – e, de forma geral, na sociologia da ciência tida como clássica – enfatiza a autoridade científica da qual dispõe a

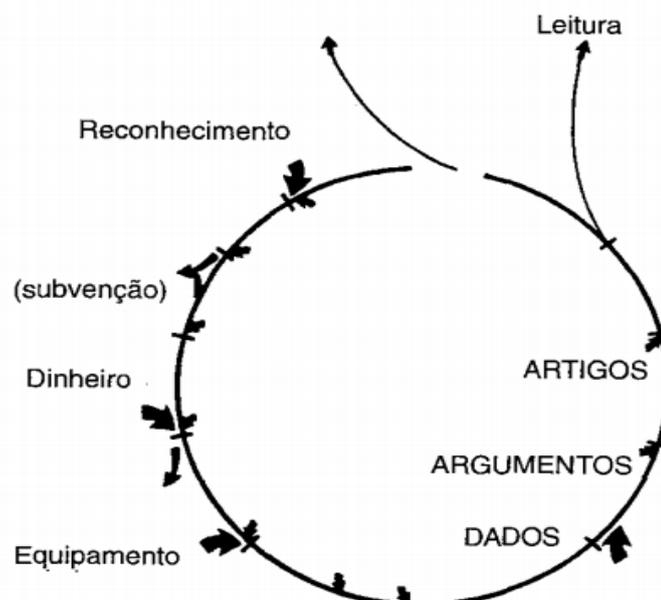
²⁸ “O crédito-reconhecimento refere-se ao sistema de reconhecimentos e de prêmios que simbolizam o reconhecimento, pelos pares, de uma obra científica passada. A credibilidade baseia-se na capacidade que os pesquisadores têm para efetivamente praticar a ciência” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 220).

elite científica, a **noção de credibilidade dá conta do fato de que os outros pesquisadores – que não fazem parte dessa elite – continuam a trabalhar.**

Latour e Woolgar (1997) destacam que a noção de credibilidade se aplica tanto à produção científica em si – os fatos – quanto à influência de fatores externos e, desse modo, é um recurso que permite relacionar tanto fatores internos quanto externos nas análises sociológicas da ciência, ao permitir os deslocamentos entre os diferentes aspectos intrínsecos às relações sociais na ciência. Além disso, de acordo com Vinck (2007, p. 137), a noção de credibilidade também se aplica “às estratégias de investimentos em instrumentos, de hipóteses, de colegas, de publicações e de lugares”, sendo que o investimento “pode se traduzir por meio de publicações, mas igualmente por meio de jovens pesquisadores bem formados e de equipamentos bem avaliados”.

Por sua vez, todas essas produções são “convertidas em um **ciclo de credibilidade** sob a forma de reconhecimento pelos pares e de novas fontes de investimentos para manter e desenvolver a atividade” (VINCK, 2007, p. 137, grifo nosso), ou seja, como defendem Latour e Woolgar (1997), a noção de credibilidade pressupõe um processo de conversão de uma forma de credibilidade em outra, sendo que esse processo de conversão está representado na Figura 1²⁹.

Figura 1 - Ciclo da credibilidade



29 A figura representa a conversão de um tipo de capital em outro, necessário para que um pesquisador progrida em uma área científica. O esquema mostra que o objeto da presente análise é o círculo completo, e não uma seção particular. Como acontece com o capital monetário, o âmbito e a velocidade da conversão são o critério máximo que permite estabelecer a eficácia de uma operação. Pode-se observar que os termos correspondem às diferenças abordagens (por exemplo, econômicas e epistemológicas) estão unificados nas fases de um ciclo único (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 225).

Fonte: Latour e Woolgar (1997, p. 225)

A ideia de um ciclo está diretamente relacionada com o fato de que o reconhecimento faz parte de um processo de investimento em credibilidade, já que integra um modelo econômico mais amplo no qual se dá a produção dos fatos científicos (VINCK, 2007) e, assim, para compreender o que significa a diferença entre crédito como reconhecimento e crédito como credibilidade “é preciso distinguir o processo de concessão do reconhecimento do processo de avaliação da credibilidade” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 224).

Desse modo, a noção de credibilidade “torna possível a conversão entre dinheiro, dados, prestígio, referências, áreas dos problemas tratados, argumentos, artigos etc.” tendo que sua análise não se concentra apenas em um de seus aspectos, mas sim preconiza o fato de que “cada uma dessas facetas é somente uma parte de um ciclo sem fim de investimento e conversão” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 224).

No entanto, essa abordagem não trata de uma racionalidade econômica para explicar as práticas científicas, pois não visa propor um “modelo de comportamento no qual os indivíduos fazem cálculos para maximizar lucros”, já que esses elementos estão em constante transformação e, desse modo, não podem ser considerados pontos de partida para compreender as práticas científicas, sendo o que importa é o fato de que

como o ciclo de credibilidade é um círculo único através do qual uma forma de crédito pode ser convertida em outra, pouco importa que os cientistas coloquem em primeiro lugar, para justificar suas motivações, o amor pela ciência ou o financiamento. Seja qual for a seção do ciclo que tenham escolhido privilegiar ou considerar como o objetivo de seu investimento, eles terão necessariamente que passar por todas as outras seções (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 234)

Assim, **o reconhecimento não se dá unicamente por meio do trabalho em si, mas também da mobilização dos recursos necessários no ciclo de obtenção e manutenção da credibilidade**, sendo que essa também depende dos comentários entre pares. Porém, é preciso notar que as avaliações entre pares não ocorrem por meio da imposição de um “sistema especial de normas de reconhecimento dos trabalhos alheios”, mas sim devido ao fato de existir uma interdependência que tem como base a necessidade que um tem do outro “para aumentar sua própria produção de informação³⁰ confiável”, ou seja, o processo de comentar e ser comentado é, antes de mais nada, “a avaliação de credibilidade que pode estar investida

30 A respeito da informação, Latour e Woolgar (1997, p. 230) mencionam que ela “tem de útil e de crucial é que ela permite engendrar uma nova informação – a concessão de reconhecimento é somente uma preocupação secundária para o pesquisador”. Latour e Woolgar preconizam que a atividade científica deve ser descrita como um conjunto de práticas discursivas e, assim, os inscritos (publicização dos resultados de pesquisas) são os esforços dos cientistas em dar facticidade a conjecturas e especulações, ou seja, torná-las um saber aceito de modo que há uma relação entre os processos de inscrição literária e a significação dos inscritos entre os pares (SHINN; WOOLGAR, 2008).

nas declarações de um indivíduo” e, assim, o ciclo de credibilidade nos fornece base para compreender os interesses dos pesquisadores em conhecer as pesquisas dos outros por meio da identificação dos elementos que mobilizam para justificar suas práticas científicas no processo de produção dos fatos científicos (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 226-7).

Os autores de “A vida de laboratório” procuram dar continuidade – de forma mais radical – à simetria proposta pelo Programa Forte (DUBOIS, 2001), porém ao abordarem o funcionamento da comunidade científica como um mercado de credibilidade deixam um hiato nessa proposta, principalmente se pensarmos que nessa caracterização pode estar contida a “descrição de uma atividade de trabalho cujo objetivo último é domesticar a natureza para domesticar a audiência e reproduzir-se enquanto produtor de ciência”, porém não se pode tirar a relevância da sua proposta de simetria por meio da suspensão “de toda referência a estruturas ou a regras que determinam as condutas dos atores, existentes, de certa maneira, fora deles” (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 73-7).

Partindo dessa limitação é que Knorr-Cetina e Lynch vão propor estudos de laboratório mais próximos ao princípio de extensão da simetria, ambos inspirados nas abordagens etnográficas do laboratório e no modelo da etnometodologia (VINCK, 2007; SHINN; RAGOUET, 2008).

Em 1981, Knorr-Cetina publica os resultados de uma pesquisa que se deu em um laboratório de biologia, sendo que seu estudo procurou reconstruir os processos de decisão e negociação que estão relacionados à prática científica *in locu* (SHINN; RAGOUET, 2008). Para ela, **os cientistas são parte integrante dos laboratórios, no sentido que são elementos do mesmo e, dessa forma, o laboratório é, em si mesmo, um dispositivo que transforma “elementos (humanos, materiais, conceituais...)” tornando-os “maleáveis e contribuindo para que o laboratório se constitua como uma espaço de novos fenômenos, um novo campo fenomenológico e um instrumento de reconfiguração de elementos naturais, técnicos e sociais”,** ou seja, um dispositivo pelo qual emerge um novo aspecto “que não é natural nem social. [...] Ele produz uma sócio-natureza, isto é, um mundo que é ao mesmo tempo natural e social” (VINCK, 2007, p. 216).

Partindo do pressuposto de que as **produções cognitivas não são “provided for us but created by us”,** Knorr-Cetina (1981, p. 3, grifo mosso) se propõe a estudar como essas produções são criadas em um laboratório, sendo que entende os **produtos científicos como um processo de construção** pelo qual é possível a proposição de uma teoria empírica do conhecimento e, assim, a tese em consideração é de que o processo de pesquisa deve ser entendido como construtivo, ou seja,

os produtos da ciência são construções contextualmente específicas que levam a marca da contingência situacional e da estrutura de interesse do processo pelo qual são geradas e que não podem ser adequadamente compreendidas sem uma análise de sua construção. Isso significa que o que acontece no processo de construção não é irrelevante para os produtos que obtemos. Isso também significa que os produtos da ciência devem ser vistos como altamente estruturados internamente através do processo de produção, independentemente da questão da sua estruturação externa através de algum jogo ou incompatibilidade com a realidade (KNORR-CETINA, 1981, p. 5, tradução livre).

Porém, o que significa essa estruturação interna dos produtos científicos?

A autora se baseia na ideia a qual **os fatos científicos não são entidades dadas e apreendidas pelos cientistas** como propõe a corrente realista em Filosofia da Ciência, **mas sim entendo-os como fabricados/criados em locais destinados para tal tarefa** e, no caso de seu estudo, esses locais seriam os laboratórios, locais esses nos quais o termo “verdade” assume o significado de “fazer acontecer”, ou seja, apesar de referências ao que é verdade ou não ser recorrentes à linguagem dos cientistas, seu uso no cotidiano do laboratório não se refere a aspectos epistemológicos, mas sim à **preocupação dos cientistas em tornar as coisas funcionais no sentido de produzirem resultado** (KNORR-CETINA, 1981).

Desse modo, “o **vocabulário dos cientistas** sobre como as coisas funcionam, o motivo pelo qual eles funcionam ou não, os passos a seguir para fazê-los funcionar” não diz respeito e nem reflete um tipo de “verificacionismo ingênuo”, mas **é de fato um “discurso apropriado para a manufatura do conhecimento em uma oficina denominada laboratório”**. Diante disso, o sucesso em fazer as coisas funcionarem é uma busca muito mais constante do que o da verdade epistemológica, sendo que essa busca é “constantemente convertida em créditos na vida científica por meio da publicação de seus resultados” e, assim, o que é “reforçado como um objetivo concreto e viável da ação científica é o sucesso em produzir resultado” e não, necessariamente, “o ideal distante da verdade que nunca é alcançado” (KNORR-CETINA, 1981, p. 4).

E, desse modo, afirmar que os **produtos científicos** são internamente estruturados significa dizer que eles **são resultado de processos de fabricação que “envolvem cadeias de decisões e negociações por meio das quais seus resultados são derivados”**, isto é, “produto científico pode ser entendido como estruturado em termos de várias ordens ou níveis de seletividade” (KNORR-CETINA, 1981, p. 6, grifo nosso).

A seletividade, por sua vez, preconiza o fato de que seleções prévias podem ser confrontadas justamente devido ao fato de serem seleções, isto é,

Se os fatos científicos são fabricados no sentido de que eles são derivados de decisões, eles podem ser defabricated pela imposição de decisões alternativas. Na inquirição científica, a seletividade das seleções incorporadas ao trabalho científico anterior é um tema para uma investigação científica adicional. Ao mesmo tempo, as seleções de trabalhos anteriores constituem um recurso que permite que a inquirição

científica prosiga: eles fornecem as ferramentas, métodos e interpretações sobre os quais um cientista pode desenhar no processo de sua própria pesquisa (KNORR-CETINA, 1981, p. 6, tradução livre).

Segundo Knorr-Cetina (1981), os produtos científicos não são apenas resultados de decisões pontuais, mas sim de um processo de tomada de decisão que tem como elemento dinamizador a seletividade que impacta, também, decisões futuras e, dessa forma, esses produtos apontam para novos problemas que já são eles mesmos portadores de suas soluções tendo em vista que o trabalho científico requer “o reinvestimento de trabalhos anteriores em um ciclo em que as seleções geradas pelo trabalho científico e seus materiais equivalentes sejam eles próprios o conteúdo e o capital do trabalho” e, a partir disso, pode-se argumentar que “o que é reproduzido nesse ciclo é a seletividade *per se*” configurando, assim, uma forma de “autocapitalização” em relação à seletividade que aparece como uma condição prévia para a acumulação de resultados científicos (KNORR-CETINA, 1981, p. 6).

O que Knorr-Cetina (1981) afirma é que ao nos questionarmos como os cientistas produzem e reproduzem seu conhecimento colocamos em discussão a ação científica e isso, por sua vez, nos leva a olhar o mais próximo possível “o processo de fabricação do conhecimento” e, para isso, devemos nos deixar livres das ferramentas que são normalmente utilizadas para intermediar a negociação com a realidade social para possamos “mergulhar diretamente no fluxo da ação científica” (KNORR-CETINA, 1981, p. 21). Ou seja, entender os cientistas como “reasoners”, como sujeitos racionais e criadores do conhecimento que estão inseridos em locais no quais não há uma única racionalidade, mas sim uma pluralidade de possibilidades de ação científica.

Para fundamentar sua proposta, Knorr-Cetina (1981) discute a ação científica a partir do cientista como um *reasoner*, sendo que suas principais proposições estão sintetizadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Síntese das principais teses de Knorr-Cetina (1981)

O cientista como...	Síntese
<i>Practical Reasoner</i>	As operações cognitivas são entendidas como uma epistemologia empírica construtivista, sendo que a produção do conhecimento envolve um processo social de negociação situado no tempo e no espaço, ou seja, o processo de fabricação do conhecimento não envolve uma lógica de tomada de decisão individual. Assim, estudar a prática científica significa compreender os eventos nos quais os cientistas estão envolvidos e as suas decisões no sentido de buscar compreender o conteúdo de suas práticas.
<i>Indexical Reasoner</i>	O termo “ <i>indexicality</i> ” é utilizado para se referir à contingência situacional e localização contextual da ação científica. Essa localização contextual revela que os produtos da pesquisa científica são fabricados e negociados por agentes específicos e em um determinado momento e local e que esses produtos se encontram envolvidos pelos interesses particulares desses agentes e por interpretações particulares e não, como comumente se imagina, por valores universalmente válidos. Ou seja, a contingência e a contextualidade da ação

	científica demonstram que os produtos da ciência carregam a marca de uma lógica de ação muito mais local ao invés de serem consequência de alguma racionalidade científica universal. Assim, elementos como regras variáveis, mudanças de critérios de decisão, idiosincrasia de pesquisa local e estratégias distintas são aspectos que integram uma lógica oportunista de pesquisa – o que não necessariamente significa tirar vantagem ou falsificar dados e resultados, mas sim uma forma de ação científica que procura criar condições para “fazer acontecer”.
<i>Analogical Reasoner</i>	O significado do raciocínio analógico reside no fato de que ele traz conhecimento de um caso familiar, bem conhecido e claro, em uma situação pouco clara, menos familiar e problemática. Esse raciocínio orienta a lógica oportunista da pesquisa como parte do processo de recontextualização e transformação de um produto científico, isto é, a relação analógica mobiliza um recurso que cria uma oportunidade de sucesso: a explicação para um fenômeno desconhecido assimilando-o com um conhecido.
<i>Socially Situated Reasoner</i>	A ação científica é impregnada de contexto e a produção do conhecimento não se dá de forma isolada. Ela é local, mas é também permeada por contexto. Assim, o cientista como reasoner é socialmente situado, ou seja, sua prática remete além do local de ação laboral e de sua especialidade e, dessa forma, a comunidade científica específica não é a organização contextual relevante da produção científica, mas sim os campos “transcientíficos”. Esses, por sua vez, não são estáveis e transcendem as redes de especialidades, sendo atravessados e sustentados por uma rede de recursos que constituem a rede de relações sociais em que os cientistas situam suas ações laborais.
<i>Literary Reasoner</i>	Os achados científicos podem ser vistos como compostos complexos de seleções que estão contextualmente contingentes no sentido indexado ilustrado anteriormente. É claro, também, que uma vez que as seleções do laboratório foram cristalizadas em um resultado científico, as contingências e seleções contextuais a partir das quais foi composta não podem mais ser diferenciadas. Na verdade, os próprios cientistas realmente descontextualizam os produtos de seu trabalho quando os transformam em descobertas relatadas no artigo científico. Esse último sendo um processo de conversão (ou perversão) com o qual a circulação de objetos científicos deve ser associada em uma realidade marcada por ações locais, contextuais e socialmente situadas. O processo de conversão, por sua vez, pode ser entendido como um mecanismo de conexão social - mediado pela fissão e fusão de interesses - que opera em campos transcientíficos.
<i>Symbolic Reasoner</i>	O raciocínio científico é entendido como um raciocínio simbólico, ou seja, sustentado pelas interpretações dos cientistas em relação aos discursos que permeiam sua área de pesquisa. Não se trata de apreender a natureza, mas sim de construir socialmente o conhecimento científico. Assim, não se pode distinguir a natureza do social, mas sim de compreendê-los de forma interligada e interdependente (sócio-natureza).

Fonte: elaborado pelo autor com base em Knorr-Cetina (1981).

A proposta da autora utiliza constantemente da etnometodologia, principalmente quando recorre ao conceito de indexicalidade que “lhe permite sublinhar a influência do contexto na produção dos fenômenos cognitivos”, além de reforçar de que esses fenômenos estão “irremediavelmente marcados pelas condições de sua produção, a tal ponto que é impossível apreender-lhes o sentido sem retornar ao contexto”. Por sua vez, esses argumentos aproximam-se das proposições do trabalho de Michael Lynch que “sustenta fortemente a indissociabilidade dos produtos com relação ao processo de produção” (SHINN; RAGOUET,

2008, p. 78) com o intuito de compreender as realizações científicas a partir de práticas situadas no âmbito do laboratório, isto é, de processos locais (VINCK, 2007).

Lynch (1985, p. 3) argumenta que, com poucas exceções, a literatura dos estudos da ciência aborda as práticas da ciência como algo que deve ser explicado por meio de uma linguagem que exclui a tarefa laboral em si, não no sentido de ignora os ambientes laborais, mas sim ao explorarem a realização prática das pesquisas diárias e, desse modo, fornece uma versão descontextualizada da prática científica ao abstraírem aspectos cotidianos e sociais da organização institucional e científica da ciência. Ou seja, “é como se o que os cientistas fazem como cientistas nas suas práticas cotidianas” não fosse algo problemático para compreender a ciência de forma mais ampla.

Desse modo, Lynch (1985) propõe um exame do trabalho científico e da fala técnica no laboratório como objeto próprio da investigação sociológica de modo que a inquirição científica é entendida como o estudo do trabalho técnico e da discussão técnica no “chão do laboratório”, ou seja, um estudo detalhado da prática científica *in locu* - na medida em que implica um ambiente referencial de objetivos e eventos – que é organizada socialmente de forma a não se limitar às formulações de método científico.

Para tal, Lynch a redefinição³¹ de quatro conceitos, a saber:

- a) Comunidade científica (*scientific community*): essa é identificada na cena local de sua produção técnica, ou seja, no “*shop work*”. A produção científica é investigada em termos de sua relação com os elementos materiais da pesquisa científica;
- b) Fatos científicos (*scientific facts*): são tratados como realizações sociais devido ao fato de serem compreendidos como inseparáveis dos processos de pesquisa que os produzem, ou seja, são entendidos em relação ao contexto das atividades práticas;
- c) Inquirição científica (*scientific inquiry*): refere-se à tangibilidade do trabalho técnico e da fala técnica, ambos sendo descritos como momentos de raciocínio e planejamento dos eventos que caracterizam os projetos de pesquisa; e
- d) Métodos científicos (*scientific methods*): ao invés de um passo-a-passo, os métodos passam a ser descritos como cursos específicos de ação com recursos em mãos e, assim, as rotinas de pesquisas são descritas/apresentadas, também, com suas interrupções, erros, reparos e abandonos ocasionais. Em outros termos, os métodos não são entendidos como procedimentos ideais, objetivos e livres de erro, mas sim

31 Lynch (1985) propõe a reformulação de termos que são comuns ao estudo da ciência. Porém, enfatiza que não são apresentados como categorias de análise, mas sim como dispositivos textuais que visam orientar o leitor em relação aos pressupostos que fundamentam o seu trabalho, já que essas redefinições surgiram ao longo da pesquisa.

como constituintes práticos de práticas reais no sentido de que cada experimentação é observada como uma realização única diretamente interligada com seu praticante.

Assim, a proposta etnometodológica³² em Sociologia da Ciência diz respeito ao fato de que “a pesquisa resulta da mobilização de trocas, de práticas técnicas e de metodologias amplamente fundadas nas competências tácitas, uma espécie de senso prático comum” e, de fato, “ao mesmo tempo em que produzem fenômenos cognitivos, os pesquisadores produzem a ordem social local que marca seus produtos” (SHINN; RAGOUEZ, 2008, p. 78).

Segundo Vinck (2007, p. 201-2), para o modelo da etnometodologia os enunciados científicos são produções locais que “emergem da dinâmica interacional entre os membros da situação – os quais compartilham competências, especialmente linguísticas”. Em outros termos, os enunciados científicos são “realizações práticas, contingenciais e situacionais” e, assim, essa proposta não tem a pretensão de “dar conta de dinâmicas científicas que transcendem as situações locais estudadas”.

Ainda segundo Vinck (2007, p. 238), essa proposta enfatiza que a explicação de um enunciado científico não se dá a partir da pesquisa de forças sociais exteriores, mas sim a partir da situação presente e local, já que os únicos elementos os quais se recorrem para explicar esses enunciados estão relacionados com o que fazem e o que dizem os atores no contexto preciso onde eles se encontram e, assim, a pesquisa científica não é outra coisa que “o estudo do curso tangível da ação e das conversas”.

Por fim, as abordagens antropológicas (sintetizadas no Quadro 5) destacam a importância de compreender os produtos da ciência a partir das práticas científicas e é justamente essa perspectiva que marca o ponto de inflexão em Sociologia da Ciência quando observamos as perspectivas anteriores, já que essa abordagem contribui para a renovação dessa disciplina a partir dos anos 1970. Assim, ela dá base para estudar o fenômeno proposto tendo como ponto de partida a vivência de atores do campo, dando ênfase ao seu protagonismo na dinâmica do campo científico e, dessa forma, dá suporte para compreender o processo de transformação do campo científico da Administração do Brasil a partir dos atores que o constrói.

32 Vinck (2007, p. 238-9) sintetiza essa proposta da seguinte forma: observado o trabalho e as conversas em situação, Lynch “leva em conta a tangibilidade de materiais e objetos manipulados em laboratório. Ele aprende a dominar certas técnicas de análise utilizadas pelos pesquisadores, observa os eventos que correm no trabalho, descreve a sequência de atividades, registra a troca espontânea de expressões e conversas. Ele volta sua atenção para as palavras e ações que surgem em torno dos problemas que aparecem na prática, artefatos discursivos, expressões de incerteza emitidos pelos pesquisadores e conversas. Conversas são analisadas como componentes da ação. A pesquisa etnometodológica difere de abordagens que produzem relatórios descontextualizado (formas de pensamento, padrões de comportamento, relações de influência, formas de organização)”.

Quadro 5 - Síntese das abordagens antropológicas

Aspecto	Síntese
Ruptura	Em relação ao programa forte, o laboratório é preconizado como lócus de análise das práticas científicas, ou seja, aspectos sociais e técnicos inerentes ao contexto interno da comunidade científica.
Pesquisador situado e o seu protagonismo	Significa descrever a atividade científica a partir de quem as produz e de compreender o comportamento dos pesquisadores tendo como ponto central a forma como esses se percebem no local em que as práticas científicas ocorrem. Local esse que para Latour e Woolgar é o laboratório.
Credibilidade	“Motor das práticas científicas”. A busca por credibilidade substitui a noção bourdieusiana de “crédito científico”. Diferentemente da perspectiva normativa boudieusiana, a noção de credibilidade preconiza a diversidade das práticas científicas e a pluralidade das motivações dos atores. A noção de credibilidade pressupõe um processo de conversão de uma forma de credibilidade em outra (ciclo da credibilidade – figura 1). O reconhecimento não se dá unicamente por meio do trabalho em si, mas também da mobilização dos recursos necessários no ciclo de obtenção e manutenção da credibilidade.
Pesquisador integrado ao laboratório (dimensão sócio-natural do laboratório)	O mundo do laboratório é também um mundo social de modo que os cientistas são parte integrante do mesmo. Isso significa dizer que o laboratório é um dispositivo transforma elementos e se constitui como um espaço de reconfiguração de elementos naturais, técnicos e sociais.
Estruturação interna dos produtos científicos e os fatos científicos	São fabricados/criados em locais destinados para tal tarefa. Assim, o termo “verdade assume o significado de “fazer acontecer”, já que os cientistas seriam movidos pela preocupação em tornas as coisas funcionais no sentido de produzirem resultado. O vocabulário dos cientistas é o “discurso apropriado para a manufatura do conhecimento em uma oficina denominada laboratório” (KNORR-CETINA, 1981, p. 4). Posto isso, os produtos científicos são internamente estruturados justamente por serem o resultado de um processo de fabricação que envolve uma cadeia de decisões e negociações de onde derivam os resultados.
Pluralidade de possibilidades de ação científica	Os cientistas devem ser entendidos como “ <i>reasoners</i> ”, como sujeitos racionais e criadores do conhecimento que estão inseridos em locais no quais não há uma única racionalidade, mas sim uma pluralidade de possibilidades de ação científica. Estudar a prática científica compreender que a produção do conhecimento envolve um processo de negociação situado no tempo e no espaço (<i>practical reasoner</i>); que seus produtos são fabricados e negociados e carregam uma lógica muito mais local ao invés de serem consequência de uma racionalidade científica universal (<i>indexical reasoner</i>); que mobiliza elementos de familiaridade como recurso para criar a oportunidade de sucesso na explicação de um novo fenômeno (<i>analogical reasoner</i>); que a ação científica é impregnada de contexto e de relações sociais (<i>socially situated reasoner</i>); que os produtos são intencionalmente descontextualizados quando publicados (<i>literary reasoner</i>); e o conhecimento é socialmente construído e sustentado por um raciocínio simbólico atribuído pelas interpretações dos cientistas (<i>symbolic reasoner</i>).
O processo de produção do conhecimento	Aqui o processo se refere que não se limita ao protocolo imposto pelo método científico. Significa estudar a pesquisa enquanto ela é feita. Assim, a fala técnica no laboratório constitui-se enquanto objeto da investigação sociológica.

Fonte: elaborado pelo autor

A Sociologia da Ciência, como descrito anteriormente, passou por uma transformação que resultou na desconstrução de uma ciência enquanto espaço autônomo, isento e neutro para uma proposta de saber socialmente construído, situado e não mais neutro.

Ao estudar o laboratório – ambiente nato das ciências naturais – as correntes antropológicas destacam a centralidade do fazer ciência e dos seus fazedores para a compreensão dos modos de agir na ciência, ou seja, analisar as práticas científicas.

Nas ciências sociais, em especial na França, esse debate em torno das práticas ganha força a partir dos anos 1990. As perspectivas das práticas são diversas e constituem diferentes sociologias das pragmatistas, mas têm-se atribuído uma denominação comum a essas perspectivas sob o nome de Sociologia Pragmatista Francesa, assunto da seção que segue.

2.3 SOCIOLOGIA PRAGMATISTA FRANCESA

Procurou-se, na seção anterior, apresentar os principais desdobramentos teóricos no campo da Sociologia da Ciência e, para tal, a opção foi traçar um percurso histórico entre 1930 e meados de 1980. O intuito não foi um levantamento sistemático e detalhado de toda produção científica nesse campo, mas sim apresentar os principais marcos no mesmo. Isso, por sua vez, é em si mesmo uma limitação, mas ao mesmo tempo foram escolhas conscientes com base no que considera-se ser uma perspectiva mais geral desse campo, procurando partir de sua consolidação como campo de estudos até chegar no momento em que passa por profundas transformações: década de 1970 e 1980.

Porém, essas mudanças não se passaram apenas na Sociologia da Ciência. Dodier (2005, p. 239) aponta que a partir da década de 1970 a Sociologia – em especial a francesa – passa por um processo de reconfiguração intelectual a partir do

cruzamento de diversas correntes de investigação, encontrando-se algumas já largamente desenvolvidas em outros países mas retomadas em França sob uma forma específica (o interacionismo e a etnometodologia, nomeadamente), e estando outras em formação (a nova sociologia das ciências).

Essas mudanças foram – e estão sendo – impulsionadas pela perspectiva de um retorno do ator³³ na análise sociológica, no sentido de compreender os cursos de ação de suas práticas com base em uma perspectiva microsociológica (TOURAINÉ, 1996).

A sociologia e a história das ciências, como aponta Dodier (2005, 244), também passam por esse processo de reconfiguração e com as etnografias de laboratório – a partir da década de 1970 – começaram a construir uma nova imagem da prática científica de modo que esses trabalhos “quiseram alargar [...] o espectro das operações empreendidas concretamente no trabalho científico” e, assim, voltando-se para a prática científica atribuindo aos pesquisadores a capacidade crítica de julgamento.

³³ Primeira publicação em 1984, no original em francês “Le retour de l’acteur”.

A sociologia pragmatista também se desenvolve a partir desse deslocamento da análise macrossociológica para a análise microssociológica (DODIER, 2005) e, segundo Vandenberghe (2006), a sociologia pragmatista diferencia-se de outras abordagens sociológicas ao resgatar o papel do ator nos estudos sociais e ao enfatizar a ação no centro da análise por reconhecer que os indivíduos (atores) são críticos e reflexivos, ou seja, os modos como as pessoas justificam suas decisões são fundamentais para a análise da ação. Segundo Boltanski e Thévenot (1991) as pessoas são capazes de realizar críticas sobre suas práticas e justificá-las em um determinado contexto. Côrrea (2014, p. 46) aponta que para Boltanski e Thévenot “é preciso atentar para o modo com os próprios atores, em situações de disputa, tecem e confeccionam o social através de investigações axiológicas”.

Cefai (2009) aponta que a sociologia pragmatista francesa surge da convergência entre diferentes áreas do conhecimento³⁴. Assim, nas próximas seções procuro apresentar as bases epistemológicas e sociológicas da sociologia pragmatista francesa, como também suas primeiras propostas teórico-metodológicas e seus desdobramentos recentes.

Diante do que foi exposto, a premissa dessa proposta é de que entre as abordagens sociológicas da ação, a sociologia pragmatista francesa mostra-se a mais alinhada com a perspectiva de Sociologia da Ciência que é adotada nesse projeto. Desse modo, a seguir são destacados seus principais elementos e, para tal, optou-se em trazer sua base filosófica – o pragmatismo clássico – e os principais conceitos que, no presente momento, parecem contribuir para abordar o fenômeno a ser estudado como, por exemplo, os momentos de prova e a análise processual dos dispositivos.

2.3.1 O pragmatismo clássico

O pragmatismo é uma contribuição filosófica originária dos Estados Unidos cuja origem é atribuída a Charles Sanders Peirce (1839-1914), William James (1841-1910) e John Dewey (1859-1952). Por sua vez, é Peirce quem cunha o termo pragmatismo – mais tarde optando por *pragmaticismo* para diferenciar sua filosofia daquela que vinha sendo desenvolvida por James. No entanto, apesar de Peirce ter forjado os primeiros elementos do pragmatismo em sua versão clássica, é a filosofia de James – ampliada posteriormente por Dewey – que mais se desenvolveu após esse período de gestação, principalmente por meio de

³⁴ Cefai (2009) cita, entre outros, a filosofia, a antropologia da ciência e os estudos ator-rede. Boltanski 2011 (apud REZENDE, 2017, p. 40) destaca que “epistêmico-metodologicamente” a proposta da sociologia pragmatista francesa se apoia em “posicionamentos advindos do pragmatismo clássico americano [...], do interacionismo simbólico e da etnometodologia”.

filósofos como Donald Davidson (1917-2003) e Richard Rorty (1931-2007) (GHIRALDELLI JR., 2007).

O pragmatismo clássico apresenta dois temas comuns: a experiência e a verdade (GHIRALDELLI JR., 2007), tendo por finalidade posicionar-se como alternativa às intermináveis discussões metafísicas que pouco contribuíam para a efetiva ação do pensamento humano sobre o mundo e como um método de análise dos elementos que levam à ação (COSTA; SILVA, 2011).

O pragmatismo situa-se por uma tentativa de compreender “como o conhecimento, o saber racional, está relacionado com a ação humana, com a conduta humana, atribuindo-lhe uma finalidade racionalmente prática” (NASCIMENTO, 2011, p. 43). Assim, como argumenta Cometti (2010), o pragmatismo configura-se por ser, antes de mais nada, uma filosofia da inquirição por meio de sua concepção de *inquiry*, sendo essa um dos principais conceitos que marcam o nascimento e o desenvolvimento da filosofia pragmática³⁵.

Ghiraldelli Jr (2007) destaca que a noção de experiência é assimilada no pragmatismo clássico às noções de interação e relação, já que é por meio dessa noção que os pragmatistas clássicos procuram superar os dualismos metafísicos como, por exemplo, realidade *versus* aparência, corpo *versus* mente e sujeito *versus* objeto. Porém, os três autores clássicos apresentam compreensões relativamente distintas a respeito da noção de experiência.

Peirce concebe a **experiência** com aspecto corretivo do pensamento, já que na busca de tornar nossas ideais mais claras deve-se “considerar os efeitos práticos que possam pensar-se como produzidos pelo objeto de nossa concepção” (PEIRCE, 1983, p. 5). Ou ainda, a observação de que “a máxima do pragmatismo afirma que uma determinada concepção difere de outra na medida em que possa modificar diferentemente nossa conduta prática” (PEIRCE, 1983, p. 56).

A noção de experiência em Peirce é entendida como **experimento** (GHIRALDELLI JR., 2007), ou seja, experimentalista devido ao fato de que a ideia que se dá na nossa mente é fruto de nossa experiência, sendo essa a mediação entre objeto e o seu significado (ideia) (COSTA; SILVA, 2011) e, assim, o pragmatismo peirciano visa constituir-se como um “método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo”, já que o “objeto de um signo é uma coisa; o sentido outra”, ou seja, “o objeto é a coisa ou ocasião, mesmo indefinida, à qual o signo se há de aplicar; o

35 Cometti (2010) argumenta que com Peirce o pragmatismo surge muito mais como um método do que como uma doutrina, já que sua proposta não se caracteriza necessariamente por uma crítica às correntes metafísicas, mas sim pela centralidade do elemento *inquiry* que, por sua vez, se constitui como ponto de partida para um reconceituação da racionalidade, de uma teoria da ação e de uma filosofia da invenção e da criatividade.

sentido é a ideia que ele liga ao objeto, tanto por via de mera suposição, ou ordem, ou asserção” (PEIRCE, 1983, p. 6). Isso, por sua vez, destaca o fato de que o pragmatismo de Peirce é essencialmente um método para “detectar o significado dos conceitos intelectuais” (SANTAELLA, 2004, p. 76) tendo em vista que a máxima pragmática

considera quais efeitos, que podem ter certos comportamentos práticos, que concebemos que o objeto da nossa concepção tem. A nossa concepção dos seus efeitos constitui o conjunto da nossa concepção do objeto (PEIRCE, 1993, p. 13).

Desse modo, o conceito de experiência em Peirce apresenta duas acepções, uma primeira refere-se às categorias de pensamento e a segunda refere-se à vida prática. Porém, ambas são indissociáveis devido ao fato de que **o pragmatismo se centra na busca pelo significado prático dos conceitos, ou seja, o pragmatismo peirceano acentua o caráter concreto do pensamento em ato das experiências** (CUNHA, 2003; SANTAELLA, 2004; COSTA; SILVA, 2011).

Por sua vez, James não nega a concepção dada por Peirce à noção de experiência, mas aproximou o termo à **noção de vivência** (GHIRALDELLI JR., 2007), já que para ele a perspectiva pragmática é um método que busca “o valor prático na experiência com a qual se encontra os caminhos passíveis para modificação das realidades”. Assim sendo, as experiências sempre “se dão em uma exterioridade” e, com isso, James tenta romper a dicotomia corpo e mente ao defender que a interação entre esses dois termos “é a própria experiência, e que um dos seus termos é o sujeito que conhece, e que o outro é o objeto conhecido”, ou seja, “o pensamento-de-um-objeto e o o-objeto-pensado” (FEIJOO, 2013, p. 847).

Com isso, James argumenta que nossas ideias fazem parte de um fluxo de experiências que dão sentido à realidade e, assim, a sua concepção de pragmatismo é um método de trabalho que abre caminho para mais trabalho ao atribuir sentido dinâmico e concreto aos pensamentos e ideias, ou seja, procura alcançar a dinâmica do real - tendo em vista que

converte a noção absolutamente vazia de uma relação estática de “correspondência” [...] entre nossos espíritos e a realidade, nas de um comércio rico e ativo (o que se pode seguir em detalhe e compreender) entre os nossos pensamentos peculiares e o grande universo das demais experiências, nas quais desempenham seus papéis e têm sua utilidade (JAMES, 1979, p. 18).

É devido a isso que a noção jamesiana de experiência relativiza o termo ao dar ênfase a um universo de possibilidades, já que a realidade é entendida como algo que está sendo feito e que aguarda seus aspectos futuros tendo em vista que o método pragmático significa uma “atitude de orientação”, ou seja, “a atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das categorias, das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos,

consequências, fatos” (JAMES, 1979, p. 21). Além disso, o autor enfatiza que se seguimos o método pragmático não há nada absoluto e imutável e, assim, o método desdobra-se como **“uma indicação dos caminhos pelos quais as realidades existentes podem ser modificadas”** (JAMES, 1979, p. 20, grifo nosso), isto é, as experiências indicam os caminhos pelos quais as realidades existentes podem ser modificadas, mas não em sua totalidade e sim em uma parte dessa realidade – pequenas experiências –, já que enquanto “o racionalismo apega-se à lógica” e o empirismo “aos sentidos externos” o

pragmatismo está disposto a tomar tudo, a seguir ou a lógica ou os sentidos e a contar com as experiências mais pessoais e mais humildes. Levará em conta as experiências místicas se tiverem consequências práticas (JAMES, 1979, p. 30)

Nesse sentido, em James as concepções de subjetividade e a objetividade não constituem em si mesmas classificações das experiências, mas sim a suas possíveis origens devido ao entendimento que elas “dependem dos nossos propósitos temporários”, ou seja, a noção de experiência ganha um caráter relativo já que “para certos propósitos é convencional tomar as coisas em um conjunto de relações, para outros propósitos em outro conjunto” (JAMES, 1979, p. 225).

James (1979) ilustra que o próprio corpo humano é exemplo dessa natureza ambígua da experiência tendo em vista que o corpo pode ser tratado, em alguns momentos, como fazendo parte da natureza exterior – como algo puramente físico, objetivo – e em outras vezes ele é pensado como o “eu” – como algo humano, dotado de sentido subjetivo. Porém, essa relativização não significa necessariamente o entendimento da experiência como algo essencialmente individual devido ao fato de que essa noção não diz respeito a algo de “intrínseco na experiência individual”, mais sim que “é sua maneira de comporta-se umas com as outras; seu sistema de relações [...]” que a caracteriza, “e todas essas coisas variam com o contexto que julgamos oportuno considerá-las” (JAMES, 1979, p. 230).

Dewey, com o intuito de superar a dicotomia entre experiência e natureza³⁶, procura desenvolver o termo **experiência** de forma a torná-lo mais amplo e mais próximo da realidade social e, para tal, aproxima-o ao **campo da prática social**, ou seja, experiência para Dewey diz respeito ao **conjunto de relações/transações que colocam o sujeito em relação ao seu ambiente, não sendo o sujeito algo distinto da natureza, ele é também a natureza** (GHIRALDELLI JR., 2007; COMETTI, 2010; NASCIMENTO, 2011).

Segundo Dewey, “a experiência é *da* tanto *em* a natureza”, ou seja,

36 Aqui, a dicotomia diz respeito àquela que tem como origem a oposição entre racionalismo e empirismo. Dewey considera que ambos separam os conceitos experiência e natureza. A experiência, para os racionalistas, se resume a algo superposto à natureza, formando um tipo de véu ou tela que nos separa da natureza. Já para os empiristas, a natureza é entendida como algo material e mecanicamente determinado (NASCIMENTO, 2011).

Não é a experiência que é experienciada, e sim a natureza – pedras, plantas, animais, doenças, saúde, temperatura, eletricidade, e assim por diante. Coisas interagindo de determinadas maneiras são a experiência; elas são aquilo que é experienciado. Ligadas de determinadas outras maneiras com outro objeto natural – o organismo humano –, elas são, ademais, como as coisas são experienciadas. Portanto, a experiência avança para dentro da natureza; tem profundidade. É também dotada de largura indefinidamente elástica (DEWEY, 1980, p. 5, grifo no original).

Isso, ontologicamente, significa **romper com as dicotomias que surgem a partir da separação entre natureza e sociedade, sujeito e objeto, já que a noção de experiência traz consigo o entendimento que a vida é, ao mesmo tempo, social e natural** (MOSTAFA, 2013). Por sua vez, no que diz respeito a uma epistemologia de cunho pragmático, significa um rompimento com o dualismo entre mente e conhecimento, ou seja, o conhecimento não é mais entendido como uma representação que a mente faz da realidade³⁷ (NASCIMENTO, 2011).

Como destaca Nascimento (2011, p. 55, grifo nosso), o conceito de experiência em Dewey nos permite entender que “tudo que existe é resultado de **um processo de relações mútuas**, pelos quais os corpos agem uns sobre os outros, modificando-se reciprocamente”. Ou, como aponta Araújo (2009, p. 6), “a experiência tem um sentido vital”, isto é, ela é a interação com o meio, sendo que conhecimento e ação não podem ser separados.

Os seres humanos, dessa forma, **estão na natureza e, em cooperação com outros elementos que constituem a natureza, agem de forma a desenvolver instrumentos pelos quais organizam sua vida**, ou seja, toda ação humana se dá a partir da experiência sendo aquela uma intermediária entre o abstrato/conhecimento e o concreto/prático uma vez que

[...] para estar apto a atribuir significado aos conceitos deve-se poder aplicá-los à existência. Ora, é por meio da ação que essa aplicação se torna possível. E a modificação da existência que resulta dessa aplicação constitui o verdadeiro significado dos conceitos. O pragmatismo está, por conseguinte, muito distante daquela glorificação da ação pela ação [...]” (DEWEY, 2007, p. 229).

A ação, para Dewey, é necessariamente um processo, um fluxo contínuo de experiências no qual adicionamos novas ações e avaliamos seus resultados e, desse modo, a realidade é entendida como uma “feitura humana” na qual experiência é um encontro de corpos, já que essa – a experiência – diz respeito ao que os sujeitos fazem e como eles fazem (NASCIMENTO, 2011; MOSTAFA, 2013), isto é, a experiência inclui

aquilo que os homens fazem e padecem, aquilo que eles se esforçam por conseguir, amam, crêem e suportam, e também como os homens agem e sofre a ação, as maneiras pelas quais eles realizam e padecem, desejam e desfrutam, vêem, crêem, imaginam – em suma, processos de experienciar. [...] não admite divisão entre ato e matéria, sujeito e objeto, mas os contém numa totalidade não analisada. “Coisa” e “pensamento”, como diz James no mesmo contexto, são de sentido único; referem-

37 Dewey compreende a consciência humana como algo não dado, “mas sim construído num longo e dramático processo. [...] O conhecimento é um processo natural, não deve ser visto como algo resultante de um sujeito representacionista, mas sim como produto das relações das existências ou dos diversos eventos [...]” (NASCIMENTO, 2011, p. 53).

se a produtos discriminados pela reflexão a partir da experiência primária (DEWEY, 1980, p. 10).

Porém, é preciso demarcar que para Dewey (1980, p. 15) o ato de experienciar não é a experiência em si devido a observação de que o primeiro diz respeito a apenas “uma porção selecionada da experiência real”, enquanto que a experiência em si não se reduz à aparência do ato imediato. Isso, por sua vez, nos leva a **ir além do ato presente e pensar tanto o passado e futuro como fontes que “dão sentido ao presente”** (DEWEY, 2007, p. 241), já que para compreender determinada experiência e seus resultados práticos deve-se ir além da porção limitada de tempo e espaço em que ela se dá, não se ater ao presente é condição fundamental para compreender a experiência que circunda o ato de experienciar.

Assim sendo, a experiência se constitui por meio das relações mútuas entre coisas e os seres em um ambiente – a natureza – no qual as ações efetuam e sofrem consequências ao estabelecerem relações recíprocas que, ao darem sentido à vida e aos modos de existência, transformam-se em conhecimento. A experiência é, antes de tudo, um modo de existência da natureza e, dessa forma, agir é ao mesmo tempo experienciar “a” e “na” natureza com intuito de dar sentido prático à razão, tornar concreto o abstrato, de exercer a pluralidade criativa e transformativa do mundo.

Essa perspectiva da experiência está diretamente relacionada com o fato do pragmatismo clássico ser considerado, antes de mais nada um método, porém não um método de “investigação, mas inquirição³⁸”, já que não é um método que tem objetos ulteriores pré-determinados, mas sim constituindo-se como uma “possibilidade de análise” que não se orienta pela busca de algo definido, possuindo como “único objetivo tornar nossas ideias claras, a partir daquilo que estamos em contato a todo tempo”, isto é, “a partir dos significados que afetam a nossa conduta” (COSTA; SILVA, 2011, p. 22).

Peirce enfatiza que inquirição é um processo estimulado pela dúvida e que objetiva chegar a um estado de crença³⁹, sendo que ambas não se confundem, mas sim se inter-relacionam, ou seja,

A dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual lutamos para nos libertar e para passar ao estado de crença; enquanto este último é um estado calmo e satisfatório que não desejamos evitar ou mudar para uma crença em outra coisa qualquer. Pelo contrário, não nos agarramos com tenacidade à crença meramente,

³⁸ Tradução para *inquiry*. A diferença já é marcada em Peirce quando ele afirma que enquanto a investigação pressupõe uma busca determinada por algum vestígio, a inquirição é uma atividade aberta, que não pressupõe uma busca por algo definido.

³⁹ A crença não resume unicamente pela diferença entre a sensação de duvidar e de acreditar, sendo que há uma diferença prática: “nossas crenças guiam nossos desejos e moldam nossas ações” e, assim, “o sentimento de acreditar é mais ou menos uma indicação certa de se haver estabelecido em nossa natureza algum hábito que determinará nossas ações” (PEIRCE, 2008, p. 43).

mas sim ao estado de acreditar justamente em que acreditamos (PEIRCE, 2008, p. 43).

Nesse sentido, o que Peirce (2008, 44) defende é que ambas têm efeitos positivos sobre nós, porém diferentes. A crença nos posiciona em condições de agir enquanto que a dúvida “nos estimula a agir até que o estado seja destruído”, ou seja, até que o estado de crença seja alcançado – sendo esse processo denominado de *inquirição* – os sujeitos estão em permanente devir.

Para James (1979, p.22) o método pragmático é a busca da verdade, sendo essa o que estabelece uma relação satisfatória com a realidade. O que importa são as aplicações práticas das crenças, aquilo que dá sentido à vida, já que as ideias são elas próprias partes de nossas experiências e “tornam-se verdadeiras na medida em que nos ajudam a manter relações satisfatórias com outras partes de nossa experiência [...]”.

Desse modo, podemos perceber que em James o *inquiry* é o próprio método pragmático pelo qual se estabelecem elementos que orientam nossa relação com o mundo, isto é, a busca constante por novas crenças tendo em vista o confronto entre verdades velhas e verdades novas que se dá ao longo da experiência. Em suma, como destaca Nascimento (2011, p. 50), “a verdade deriva de ideias e crenças, que ao se consolidarem através de nossas experiências tornam-se verdade velhas”, tendo em vista que novas crenças surgem ao estabelecerem “relações mais satisfatórias com a realidade” e, assim, resgata-se a ideia de que o pragmatismo é mais que um método, “é uma atitude, uma orientação, uma teoria da verdade”.

Dewey (1938) afirma que toda **inquirição deve ser temporal e espacialmente contextualizada, sendo que a ideia de separação completa entre a ciência e o ambiente social é uma falácia**. Diante disso, o método procura antes de mais nada construir conclusões comuns que servem como estabilizadoras da experiência e não, necessariamente, como harmonizadoras, já que qualquer problema social tem origem em situações sociais reais que são em si mesmas conflitivas e confusas e que não se encerram em si mesmas devido ao caráter dinâmico e transformativo da natureza.

Desse modo, diversas interpretações e fins alternativos são possíveis, pois a investigação dos fenômenos sociais supõe juízos valorativos por só poderem ser compreendidos a partir daquilo que são capazes de promover e, assim, existem tantas interpretações possíveis como, também, consequências possíveis. Ou seja, o que se quer dizer é que toda situação problemática, uma vez analisada, está conectada com seus fins ulteriores e esses, por sua vez, só podem ser delineados com base em seus resultados práticos (DEWEY, 1938).

Inquiry, segundo Cometti (2010, p. 19, tradução livre), “é provavelmente o que melhor caracteriza os caminhos abertos pelo pragmatismo” ao, principalmente, “se afastar de uma concepção estática da razão”, “privilegiar os processos e procedimentos de trabalho na constituição dos conhecimentos”, “colocar em evidência o caráter público dos fenômenos”, “dar ênfase ao papel desempenhado pela dúvida e o fato dessa ser indissociável da crença, já que articula e motiva a investigação”.

Assim, como destaca Dewey (1980, p. 25), o método intrínseco ao pragmatismo tem como resultado “criar e promover respeito pela experiência humana concreta e por suas potencialidades” e, desse modo, podemos pensar o pragmatismo como um método relacionado à uma visão de mundo que aceita a sua incerteza ao assumir um pressuposto de pluralismo dos modos de ser e existir ao preconizar um mundo em constante construção.

Postas a principais bases epistemológicas do que veio a constituir a SPF – e também a perspectiva epistemológica (via noção de experiência) e a postura metodológica (via noção de *inquiry*) da presente tese, a próxima seção visa delinear os aspectos sociológicos dessa perspectiva teórica que considerados relevantes para pensar o fenômeno de investigação da tese.

2.3.2 Sociologia da capacidade crítica, os momentos de prova e a análise processual dos dispositivos

Para Boltanski e Thévenot (1991) é imprescindível apresentar **como os próprios atores justificam suas ações diante de um cenário de disputas**. Corrêa (2014, p. 49) afirma que para Boltanski e Thévenot o foco nos momentos de disputa, também chamado de **momentos críticos** ou **situações de prova**, demandam, por parte dos atores, “uma atividade axiológica para a sua resolução” e que essa atividade ajuda no entendimento dos “modos de qualificação” que os atores utilizam para definir o que lhes é pertinente. E, assim, os autores levam a sério a capacidade dos atores de, na prática, definirem as propriedades e entidades que lhes importam.

Karam (2014, p. 95) aponta que para esses autores a “construção de acordos e as situações de controvérsias são objetos centrais [...]” ao enfocarem “a habilidade humana de construir associações entre aspectos relevantes e de alcançar acordos baseados em generalidades”. Desse modo, pode-se concluir que os atores sociais mobilizam sentidos diferentes do que é justo quando estão em uma situação de disputa e, desse modo, as ações só

podem ser justificadas levando em consideração as situações nas quais os indivíduos estão engajados.

Na busca de legitimar suas ações os atores apresentam argumentos para justificá-las ou fazer críticas, sendo que para isso tomam como referência valores que resultam de suas experiências de vida. Partindo dessa premissa, a teoria dos regimes de ação enfatiza as operações críticas e os modos de justificação e, assim, define o **imperativo da justificação como o alicerce que garante a sustentação e a coordenação dos indivíduos em uma situação de disputa**. Diante disso, os atores justificam suas escolhas e ações de forma a constituírem acordos legítimos que lhes permitam dar seguimento à sua vida, a sua ação individual perante os outros e, para isso, recorrem a distintas lógicas de justificação que dão sustentação à ação humana (MARTINS; AMARAL, 2009).

No livro “De la Justification”, Boltanski e Thévenot (1991) identificam inicialmente seis universos (*cités*) de justificação legítima que podem dar sustentação aos argumentos dos indivíduos constituindo, desse modo, diferentes significados de justiça: inspirada, doméstica, cívica, da opinião, mercantil e industrial⁴⁰. Cada cidade tem elementos com origem em obras da filosofia política que, no aspecto teórico, englobaria características específicas de cada universo. Para os autores, segundo Karam e Serva (2014, p. 4), esses seis mundos e suas respectivas grandezas envolvem “princípios, objetos e características específicas que são utilizadas para justificar um posicionamento individual frente a um desacordo”. Além desses seis mundos, Boltanski e Chiapello (1999) identificaram a emergência de uma outra *cité* denominada “por projetos” totalizando, assim, sete *cités*.

Lafaye e Thévenot (1993), por sua vez, discutem a possibilidade de uma *cité* ecológica ao propor a importância de analisar como os atores sociais constroem a noção coletiva no que diz respeito ao meio natural. Os autores, ainda, apontam a importância de compreender como que nos mais diversos contextos as justificativas passam do local para o geral, tendo em vista o estabelecimento do meio ambiente como um bem comum. Nessa análise, deve-se procurar compreender três fatores: diversidade de atores, os argumentos apresentados e os recursos utilizados.

Boltanski e Chiapello (2009) afirmam que vários regimes de justificação “podem coexistir dentro do mesmo espaço social, apesar de sua relevância poder variar de acordo com as características da situação”, sendo que “pessoas em situações específicas recorrem a essas

40 Na presente fundamentação teórica não se tem como objetivo detalhar o modelo das *cités*, aspecto já abordado com profundidade em teses anteriores como, por exemplo, Tonet (2014), Karam (2014) e Maciel (2016), mas sim apresentar um panorama geral dos principais elementos que marcam a proposta de Boltanski e Thévenot (1991).

ordens de grandeza como sustentáculo da legitimidade de suas operações críticas”. Ainda, segundo os autores, uma crítica ou justificação “pode ser considerada legítima quando o seu formulador puder mantê-la, quaisquer que sejam as características sociais que os seus interlocutores recém-chegados puderem apresentar”.

Tavares e Nunes (2006, p. 8) apontam que **a partir da compreensão dos processos de justificação da ação, pode-se notar que há múltiplos modelos de bens comuns que disputam legitimidade** de acordo com a “forma em que servem como parâmetros para mobilizar a ação e a postura crítica assumida em casos de conflito e negociação pelos atores sociais”. Os autores ainda ressaltam que não é apenas pela exposição de valores e ideias que os indivíduos validam suas argumentações, sendo que esses mobilizam, também, “seres (objetos ou coisas) de um “mundo comum” para referendar seus julgamentos, ou seja, provas consideradas válidas e legítimas para arbitrar ou neutralizar conflitos”. Boltanski e Thévenot (1991) afirmam que os valores reivindicados para justificação da ação ganham maior visibilidade nos momentos de disputa que, desse modo, configuram-se por ser propícios à sua identificação e qualificação.

Para Boltanski e Thévenot (1991) a questão do acordo é central já que a proposta teórica desenvolvida pelos autores procura identificar situações em que os atores identificam valores comuns e os reconhecem como legítimos para justificar seu posicionamento em situações de disputa. Em situações de desacordo os sujeitos engajam-se em torno desses valores de forma a identificarem provas que lhe permitam medir princípios de equivalência que, por si só, já não são mais suficientes. Além disso, para os autores, o engajamento dos atores não se encontra necessariamente fixo a um mundo específico, sendo que os mesmos podem circular em diversos mundos e isso nos leva a reconhecer as dimensões temporal e espacial na qual se dá o processo de engajamento dos atores.

A proposta presente em *De la justification* não diz respeito à perspectiva positivista de identificar as leis da natureza e relacioná-las com as estruturas individuais e coletivas, mais sim diz respeito à ação, ou seja, compreender as diferenças entre o mundo como ele é e o mundo como ele é considerado ser (mundo como é vivido/ “*experienciado*” pelos sujeitos) e, para isso, reconhece o fato de que há razões morais que sustentam essa relação. Por sua vez, essas razões morais são construídas socialmente e, desse modo, podem tanto serem quanto não serem reconhecidas e compartilhadas pelo coletivo (BOLTANSKI, 2009).

Para Queré (2009) falar em **ação** no contexto da sociologia pragmatista francesa refere-se a um **fenômeno que demonstra a dimensão de intervenção direta ou indireta sobre o estado das coisas**. É na ação em que se encontra a possibilidade de transformação no

estado das coisas e, assim, essa perspectiva substitui a dualidade ator/sistema ao reivindicar uma unidade entre agente e ambiente. Desse modo, a sociologia da ação permite deslocar a atenção no agente para o arranjo construído a partir de uma perspectiva de agente plural.

Deve-se, também, mencionar o caráter de **tensão no decorrer da ação**, já que os indivíduos, mesmo compartilhando valores semelhantes, enfrentam de maneira distinta as situações do seu dia-a-dia. Assim, uma abordagem teórica e metodológica que permita compreender como os atores envolvidos em situação de disputa procuram superar a tensão torna-se essencial para compreender os arranjos estabelecidos que permitem com que a ação prossiga o seu curso sem, por sua vez, omitir na análise a capacidade crítica⁴¹ dos sujeitos tendo em vista que esses são dotados de livre arbítrio (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

A questão do livre arbítrio está diretamente relacionada com o fato de que os sujeitos são capazes de fazer escolhas ou não se posicionar em situação de disputa. Os autores falam em “abrir e fechar os olhos”, ou seja, tanto participar ou omitir-se em uma situação de disputa é uma escolha feita pelos sujeitos e, por isso, ambas são legítimas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Observa-se, assim, que a proposta dos autores **não se resume apenas em analisar acordos e desacordos em situações de disputa, mas sim compreender como sujeitos se veem em um contexto de disputa e como esses, por sua vez, interpretam a realidade a partir de uma perspectiva de ação e interação entre os sujeitos e o mundo que os cerca**. Desse modo, as situações que ligam os atores a algum princípio geral permitem com que se possa analisar o “desenrolar” da ação.

Isso, por sua vez, dá ênfase no fato o qual **para que “sejam aceitáveis, as operações críticas devem mostrar que incidem sobre a realidade”**, ou seja, “devem pois apoiar-se em provas, concebidas como operações destinadas a qualificar ou a requalificar as entidades do mundo concreto” (DODIER, 2005, p. 243). Assim, **as provas constituem os momentos nos quais os sujeitos procuram dar sentido, qualificar ou justificar algo ou alguém** (CHATEURAYNAUD, 2004).

Dessa forma, nos momentos de prova – ou de crítica, como também são chamados – é onde emergem as tensões de modo que argumentos são expostos como, também, se dá a produção de justificativas que ancoram as ações (VANDENBERGHE 2006; CORRÊA;

41 Rezende (2017, p. 39) afirma que a proposta de uma sociologia da crítica ao invés de uma sociologia crítica representa uma mudança que “trouxe um conjunto de reflexões sobre as formas como a sociologia crítica realizava seus estudos empíricos. Essencialmente, essa reflexão propôs levar a sério o papel dos atores nos processos de realização das críticas. [...] A sociologia da crítica proposta se pauta, sobretudo, na rejeição da assimetria entre o sociólogo (iluminado pela ciência) e as pessoas comuns (iludidas – com visões deturpadas ligadas aos seus posicionamentos no campo)”.

DIAS, 2016) ou, ainda, diz respeito ao momento em que ganham visibilidade as tensões e/ou rupturas com a normatividade (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

Assim, segundo Dodier (2005, p. 262), os momentos de prova tornam-se momentos no quais as operações críticas dos sujeitos nos permitem “estabelecer ou interrogar a legitimidade dos poderes”, ou seja, “a margem de iniciativa conferida a certas instâncias para agir” e, desse modo,

Estas operações críticas apoiam-se em provas, destinadas a identificar as potencialidades concretas em que é susceptível que tais poderes repousem. Uma prova apoia-se ela própria num dispositivo, comporta por um certo número de entidades a que igualmente foram reconhecidos poderes com base em provas anteriores. Estes poderes podem ser atribuídos a entidades naturais, a objetos, a pessoas, a colectivos ou instituições. Existe assim um encastramento recíproco dos poderes e das provas: cada prova apoia-se em poderes e cada poder conferido a uma entidade apoia-se em provas. Esta propriedade geral das provas tem implicações decisivas que dizem respeito à legitimidade dos poderes.

Diante disso, o conceito de prova proposto por Dodier (2005, p. 264-5) traz consigo, imbricado, a questão do poder no sentido de que a análise de momentos de prova não diz respeito a uma estabilidade dos poderes, mas sim ao seu movimento no sentido de que “as tomadas de posição vão dando resposta às outras, seja para reforçarem, seja para se oporem” constituindo uma forma de arena na qual se dá o debate público em torno das controvérsias de modo que são os sujeitos que “doseiam [...] a natureza dos poderes que se propõem conferir a essas instâncias, para abordarem novas provas”.

As provas em si posicionam, também, em cena os objetos os quais as pessoas se envolvem em situações de julgamento (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), aqui considerados sob a **perspectiva processual dos dispositivos** no diz respeito a interação entre humanos e não-humanos (DODIER; BARBOT, 2016).

A introdução dos não-humanos como elementos importantes na análise social está relacionada com a proposta de que podemos melhor compreender em que consiste os indivíduos e os coletivos humanos ao explorar as múltiplas relações que se constroem e se estabelecem entre ambos de modo que as relações que travamos – nós humanos – com os não humanos diz muito de nós mesmos, essas relações são, na verdade, uma parte do que nós somos (THIERY; HOUDART, 2011).

A **análise processual dos dispositivos**, por sua vez, se propõe centrar a **análise dessas interações no trabalho normativos dos atores em torno dos dispositivos**, sendo aqueles – os **dispositivos** – entendidos como “um encadeamento de sequências destinado a qualificar ou a transformar estados de coisas por intermédio de um agenciamento de elementos materiais e linguísticos” (DODIER; BARBOT, 2016, p. 431). Já por **trabalho**

normativo, os autores “designam uma maneira geral de avaliações positivas ou negativas que os indivíduos fazem, de forma explícita, a respeito do estado de coisas” (DODIER; BARBOT, 2016, p. 426).

Essas definições, por sua vez, visam privilegiar a **heterogeneidade dos dispositivos** ao priorizarem – metodologicamente – a diversidade de caminhos que podem orientar o trabalho de descrição, além de dar ênfase a dimensão temporal dos dispositivos. Outro aspecto que essa proposta engloba é o fato de que **os dispositivos orientam a ação, mas também são orientados por ela tendo em vista que preconiza uma perspectiva de interação e, assim, dá ênfase não na análise de produtos dos dispositivos, mas sim em conhecer como os atores problematizam os dispositivos, isto é, o conjunto de “encadeamentos”/seqüências que dão suporte a cada dispositivo e o trabalho normativo dos indivíduos ao longo desse processo** (DODIER; BARBOT, 2016).

Assim, os dispositivos se constituem como elementos que **balizam o julgamento dos indivíduos em momentos de prova**, mas também são, em si mesmos, objetos de crítica por parte dos sujeitos à medida que já não mais oferecem elementos que justifiquem as tomadas de posição em momentos de prova e, conseqüentemente, a ação.

Por fim, ao pensarmos a proposta de tese, trabalha-se com a premissa a qual professores-pesquisadores que adotam abordagem críticas em seus trabalhos encontram-se em minoria tanto teórico-epistemológica quanto de espaços organizacionais dentro de um campo científico no qual predominam abordagens de base funcionalista e, com isso, eles passam por diversos momentos de provas. Em outras palavras, parece que ele precisa provar constantemente que merece estar no campo da Administração no sentido de que sua abordagem é relevante para pensar a Administração, embora seja oposta à daqueles que tem o domínio das organizações desse campo.

No entanto, dentro do espaço da crítica se observa a mesma situação. Ou seja, independentemente do contexto, os sujeitos estão em constante tensão no espaço científico. Porém, o que se pretende dizer com “espaço científico”?

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente proposta de pesquisa pode ser definida como sendo descritiva-interpretativa.

Uma pesquisa descritiva visa observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e/ou fenômenos de forma a expor as características de um determinado grupo social ou fenômeno. Deslauries e Kérisit (2008, p. 130) apontam que a pesquisa descritiva procura enfatizar “a questão dos mecanismos e dos atores (o ‘como’ e ‘o quê’ dos fenômenos)”. Já a interpretação diz respeito a análise e compreensão do fenômeno estudado por meio dos significados que caracterizam as interações entre sujeito e objeto (DENZIN; LINCOLN, 2006). Assim, a abordagem descritiva-interpretativa possibilita condições ao pesquisador de descrever e analisar fenômenos sociais partindo do ponto de vista dos atores sociais (pesquisados), ou seja, compreender o fenômeno a partir de experiências vividas pelos sujeitos e de sua maneira de interpretar a realidade.

A inquirição de realidades sociais por meio da compreensão e interpretação dos significados humanos e de seus processos de construção social caracteriza a presente proposta como qualitativa.

No que diz respeito às técnicas para coleta de dados, de acordo com Vergara (2010, p. 243), reconhecer que diferentes métodos podem ser complementares entre si significa assumir uma posição de triangulação metodológica, “ou seja, utilização de técnicas diversas relacionadas a um mesmo método, e entre métodos, isto é, utilização de métodos distintos”. Essa multiplicidade de métodos contribui para a compreensão em profundidade do fenômeno de estudo (DENZIN; LINCOLN, 2006; VERGARA, 2010). Desse modo, em um primeiro momento, propõem-se dois métodos para a coleta de dados: análise documental, observação não participante e entrevistas semi-estruturadas em profundidade.

O Quadro 06 apresenta os principais aspectos de cada um desses métodos.

Quadro 6 - Técnicas para coleta de dados

Técnica	Aspectos Gerais
Análise documental	Permite verificar e analisar documentos com objetivo de localizar, identificar, organizar e avaliar as informações do texto, sendo que pode ser utilizada tanto como uma técnica exploratória quanto como um meio de checar ou complementar dados que foram obtidos a partir de outras técnicas (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSNAJDER, 1999; PIMENTEL, 2001; MOREIRA, 2005). Cabe o pesquisador ser cuidadoso quanto à credibilidade das informações contidas e ter

	<p>consciência que essas, por sua vez, apresentam limitações devido ao fato de não substituírem por completo a inserção do pesquisador no contexto de formação e consolidação das informações registradas (CELLARD, 2008).</p> <p>Aqui utilizam-se chamadas de revistas e eventos, sites das associações e eventos, descrição de linhas de pesquisa de programas de pós-graduação e textos acadêmicos publicados, além de eventuais documentos/matéria técnica que possam surgir ao longo do campo.</p>
Observação não-participante	<p>Na observação o pesquisador observa “situações e comportamentos pelos quais se interessa”, sendo que nesse processo o pesquisador não pode restringir-se em apenas conhecê-los (JACCOUD; MAYER, 2012). Porém, na pesquisa qualitativa, observar não se constitui apenas nos atos de ver, ouvir, sentir, cheirar, mas também em examinar fatos e fenômenos que são objeto de estudo de forma a considerar o papel e a presença do pesquisador nesse processo. Assim, a possibilidade de apreender novos objetos e compreender com profundidade a realidade foco da investigação é que faz com que a observação se constitua em um elemento valioso na pesquisa qualitativa. (CRESWELL, 2010; JACCOUD; MAYER, 2012; VIANNA, 2003).</p> <p>A observação não-participante diz respeito ao tipo de observação na qual o pesquisador “atua apenas como espectador atento”. Nesse processo, o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho (GODOY, 2006).</p> <p>A observação não participante surge como meio de observar os atores no campo. Ou seja, frequentar eventos como, por exemplo, CEBEO, ENANPAD, ENEO, para observar como os sujeitos se posicionam na prática.</p>
Entrevista semiestruturada	<p>A entrevista é aqui entendida como um evento de intercâmbio dialógico. A entrevista deve ser concebida como um evento comunicativo pleno, dialógico e complexo. Isso, por sua vez, significa reconhecer a entrevista como resultado de um contexto complexo no qual o uso da linguagem vai além do fato de expressar informações, mas sim trata-se de um produto que surge da interação entre entrevistado e entrevistador (GODOI; MATTOS, 2006).</p> <p>A opção pela entrevista do tipo semiestruturada se dá pelo fato dessa permitir um maior grau de liberdade ao pesquisador, já que reconhece a participação ativa do pesquisador no momento da entrevista como também permite que o entrevistado tenha maior liberdade no fluxo de resgate das informações. Para Godoy (2006) nesse tipo de entrevista o entrevistador utiliza apenas um guia flexível de tópicos a serem abordados no momento da entrevista.</p> <p>A entrevista foi do tipo “em profundidade”, com o intuito de possibilitar ao entrevistado tempo de reflexão, além de visar o detalhamento profundo de seus posicionamentos.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

A respeito das técnicas é preciso enfatizar que elas não dizem respeito a apenas um ou outro objetivo específico, mas sim a todos. Ou seja, não foi adotada uma técnica para cada objetivo específico, mas sim todas as técnicas para todos os objetivos específicos.

Além disso, a análise documental teve um peso maior na elaboração do roteiro para as entrevistas semiestruturadas do que na análise dos dados, exceção feita a fonte “textos acadêmicos” que também teve um peso importante na análise dos dados ao darem suporte material ao meio como os sujeitos justificam sua forma de compreender o significado de “ser crítico” em Administração.

Quanto ao delineamento do campo, optou-se, no início, por considerar sujeitos de pesquisa apenas professores-pesquisadores vinculados à programas de Pós-Graduação em Administração e que se assumem como pesquisadores de perspectiva crítica ou que são vistos como tal.

Ao todo foram selecionados 31 (trinta e um) nomes para compor uma primeira lista. Essa escolha se deu a partir de alguns critérios, a saber:

- a) tradição no campo;
- b) mapeamento nos sites dos programas de pós-graduação;
- c) sugestões de outros professores-pesquisadores; e
- d) diversidades nas vinculações institucionais e perspectivas teóricas.

Com a lista estabelecida, os convites foram feitos por e-mail, sendo que houveram 23 (vinte e três) respostas afirmativas e, entre essas, 17 (dezesete) avançaram para a fase das entrevistas.

Esse procedimento se deu para compor o corpus das entrevistas. No entanto, para as técnicas de “análise documental” e “observação não-participante” os 31 (trinta e um) nomes foram mantidos. No entanto, nessa última há anotações referentes a apenas 11 (onze) nomes da lista.

Na análise documental foram consideradas as seguintes fontes para os 31(trinta e um) sujeitos:

- a) Currículo Lattes;
- b) Artigos publicados;
- c) Apresentação institucional nos sites dos programas de pós-graduação.

Esse levantamento contribui, principalmente, para compor o roteiro de entrevista, além de ter possibilitado identificar elementos que ao longo da análise vieram a compor os referenciais de ação.

A respeito da observação não-participante, diz respeito às observações feitas *in locu* de determinados sujeitos de pesquisa no ENANPAD 2017, o Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração 2017 e o CBEO 2018. Nesses eventos, procurou-se acompanhar as apresentações e falas da maior parte possível dos 31(trinta e um) sujeitos listados, mas nem sempre foi possível devido às apresentações que ocorriam ao mesmo tempo em sessões distintas ou pelo fato do sujeito não ter comparecido ao evento.

Essas observações foram feitas sem um roteiro estruturado, sendo que as notas foram feitas por base nos modos de agir e falar dos sujeitos e que poderiam ter alguma relevância para a compreensão do fenômeno de interesse.

Porém, ao longo do campo do delineamento do corpus de pesquisa, percebeu-se que atores relevantes não estavam inclusos nesse delineamento, esses sendo os alunos de pós-graduação – em especial os doutores em formação ou recém-formados.

Assim, compõem esse grupo 18 (dezoito) nomes, sendo que a técnica de escolha foi apenas a indicação (bola de neve) ou quando seu nome aparece mencionado em alguma entrevista (normalmente por ser orientando do entrevistado) ou nas outras técnicas de coleta de dados.

Algumas considerações sobre os doutores em formação ou recém-formados:

- a) Foi utilizada apenas a técnica de coleta “entrevista semiestruturada”;
- b) O roteiro de entrevista foi personalizado para cada um dos entrevistados de forma a ajudar na compreensão de algum aspecto que tenha surgido nas entrevistas com os professores-pesquisadores ou nas outras técnicas de coleta de dados;
- c) Enquanto que com os professores-pesquisadores as entrevistas foram feitas presencialmente (8) ou via videoconferência (9), nesse grupo as entrevistas ocorreram também por meio de conversas de texto/áudio (3), pessoalmente (7) e via videoconferência (8).

Ainda sobre as entrevistas, que totalizaram 35 (trinta e cinco), optou-se por não fazer a identificação dos entrevistados na tese, nem de forma direta e nem indireta. A ideia de não personificar as falas baseia-se na tentativa de construir uma narrativa que represente a construção de espaço coletivo, sendo que as diferenciações individuais de opinião são marcadas a partir da descrição do que foi identificado, observado e coletado e não da identificação do sujeito em si.

Tem-se consciência que padrões acadêmicos positivistas não estão sendo rigidamente seguidos, mas se adota tal postura visando a qualidade da narrativa que é proposta na análise dos dados. Com isso, percebeu-se que o texto ganhou em qualidade ao mostrar como as práticas (representadas por indivíduos) dizem respeito a uma dimensão mais ampla (que é representada) que é o espaço da crítica.

Ou seja, as práticas apesar de serem individuais não precisariam ser personificadas, já que não dizem respeito apenas a um ou outro indivíduo, mas sim as distintas formas de ação do coletivo que ao mesmo tempo são resultado das práticas que permeiam o espaço da crítica como também formadoras desse espaço.

Por fim, o roteiro de entrevista foi elaborado com base no referencial teórico e na análise documental. No entanto, ele não pode ser visto como um instrumento fixo, já que ao longo das entrevistas partes deles eram suprimidas ou tópicos eram acrescentados de acordo com a necessidade e rumo da entrevista.

Essas alterações “no calor do momento” foram fundamentais para ampliar a compreensão do fenômeno e condiz justamente com a perspectiva de *inquiry* inerente à

epistemologia pragmatista, ou seja, é uma atividade aberta e que não pressupõe uma busca por algo definido tendo em vista que privilegia os processos e procedimentos de trabalho enquanto o processo de justificação ocorre.

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS DE CUNHO METODOLÓGICO

Primeiro, é preciso considerar que a pesquisa procura compreender esse fenômeno no Brasil, não significando ignorar o contexto internacional. Por outro lado, é preciso considerar uma de suas particularidades principais: no Brasil a ideia de crítica em Administração está diretamente relacionada com a concepção de Estudos Organizacionais Críticos – classificação essa que já é controversa como, também, a própria discussão do que é crítica. Porém, essa delimitação se torna metodologicamente necessária para “cercar” o fenômeno de estudo.

Com isso, reconhecemos que o corte metodológico exclui diversos professores-pesquisadores que sim, podem ser considerados críticos, mas que ao mesmo tempo não são reconhecidos como tal justamente pela captura do termo “Estudos Organizacionais” por determinadas perspectivas críticas. E isso marca mais uma vez o elemento disputa nesse movimento, não necessariamente como algo negativo, mas sim como algo que caracteriza a dinâmica de constituição do que denominamos de espaço das abordagens críticas em Administração.

Em segundo lugar, a discussão proposta é interna. Isto significa dizer que nos propomos a compreender as origens, desdobramentos e atual configuração do fenômeno investigado considerando-o intrínseco à Administração. Não significa considerá-lo como fechado e imune à influência de outros campos, mas sim reconhecer que nosso objetivo aqui não é propor uma história das ideias, mas sim descrevê-lo e analisá-lo enquanto um espaço de práticas permeado por diferentes lógicas de ação. Estamos interessados em propor uma sociologia das práticas científicas, isto é, compreender o fenômeno a partir dos sujeitos.

E isso nos leva à terceira consideração: delimitar quais seriam esses sujeitos demanda um novo recorte metodológico. Entende-se que a dinâmica desse espaço é construída a partir de diferentes grupos e segmentos como, por exemplo, órgãos governamentais, associações de professores e alunos, legislações e regulamentações, estudantes, professores, coordenadores, entre outros. Porém, opta-se como recorte metodológico o grupo professores-pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em Administração – expandindo para doutores em formação ou recém-formados – pelo

entendimento que esses sujeitos se encontram no centro da dinâmica do espaço, ou seja, a partir de suas práticas torna-se possível identificar como se constituem as diferentes relações nesse espaço. Além disso, suas práticas não se restringem apenas ao ensino e a pesquisa à medida que também ocupam diferentes posições nos demais grupos, seja direta ou indiretamente.

Entretanto, como estudar as práticas desses sujeitos a partir da constatação de que se torna praticamente inviável acompanhá-las pessoalmente em um sentido mais restrito da proposta de “seguir os sujeitos e suas práticas”?

Metodologicamente, argumenta-se aqui que atribuir protagonismo aos sujeitos para estudar o fenômeno não significa necessariamente um esforço etnográfico no intuito de acompanhar suas práticas *in loco*, mas sim identificar suas tomadas de posições a partir de recursos discursivos que as ancoram, principalmente em momentos de prova. Para viabilizar essa identificação busca-se seguir os sujeitos e suas práticas a partir de outros meios que não o *in loco* como, por exemplo, produção científica, participação em eventos, blogs, documentos institucionais de acesso livre e redes sociais. Por fim, opta-se também por entrevistas semiestruturadas com o intuito de ampliar a compreensão do fenômeno a partir do posicionamento individual dos sujeitos a respeito do fenômeno investigado como, também, a identificação de momentos de prova.

Por fim, a crítica à Administração tradicional [funcionalista] – considerado com um elemento no qual emergem diferentes momentos de prova – está na gênese do fenômeno a ser estudado e atualmente ainda faz parte da sua dinâmica. Porém, ao invés de centrar unicamente na relação abordagens críticas – Administração tradicional, opta-se por também direcionar a análise para o debate dentro do espaço crítico com o intuito de compreender como se constitui a sua dinâmica interna. Tal direcionamento se torna oportuno a partir de uma primeira aproximação com o fenômeno a ser estudado na qual foi identificado um elemento de tensão interna do qual também derivam justificações e referenciais de ação, tensão essa que se dá em torno da discussão do que é “ser crítico” em Administração. É a partir dessa discussão que os posicionamentos individuais passam a ser apresentados pelos sujeitos, mas algo é unânime: ser crítico é não ser funcionalista.

3.2 O “SER CRÍTICO” EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL ENQUANTO PROBLEMA METODOLÓGICO

[...] tem alguns que colocam o CMS como marco inicial. Alguns tem a ideia de que a crítica [em Administração] no Brasil é importada. Será? Eu me pergunto. Só porque se baseou em estrangeiros deixa de ser nacional? Penso que nada é 100% nacional, mas também nada é 100% autêntico. [...] O conhecimento não tem dono nacional. Guerreiro [Ramos] e [Maurício] Tragtenberg começaram tudo isso. Pelo menos foi o que escolhemos como ponto de partida [...], como fundadores da crítica brasileira [em Administração]. Não tenho dúvidas. Mas será que ninguém antes fez isso? [...] é algo que precisamos reconhecer: eles não falavam em estudos organizacionais, de crítica na administração. Nós que olhamos de agora para trás e classificamos os dois. Será que eles concordariam? Não sei. Talvez por isso, tem gente que prefere colocar o CMS como início, já que se eles chamam a si mesmo de críticos [em Administração].

É um equívoco colocar o Guerreiro Ramos como autor epistemologicamente crítico. [...] Precisamos discutir o que é crítica de modo ortodoxo [...] está uma confusão que tudo é crítica e ao mesmo tempo nem tudo que diz ser crítico pode ser entendido como crítico.

Na análise das entrevistas, um primeiro aspecto controverso pode ser identificado em torno da delimitação de um ponto zero que, em uma perspectiva evolutiva, marcaria o nascimento da crítica em Administração no Brasil.

Os trechos destacados acima possibilitam inferir três aspectos que orbitariam em torno dessa controvérsia:

- a) há uma origem que pode ser identificada de forma consensual;
- b) há uma origem que pode ser identificada, mas não há consenso; e
- c) não há nem consenso do que seria crítica ou não e, portanto, não é possível delimitar sua origem.

Enquanto que o primeiro e o segundo aspectos estariam muito mais relacionados com a defesa de um mito fundador da crítica em Administração, o terceiro aspecto proporcionaria um salto reflexivo a respeito do tema.

Os dois primeiros ao defenderem a definição de uma possível origem da crítica em Administração no Brasil – seja ela consensual ou não – coloca em tela um problema que perpassa o espaço da crítica o qual se propõe estudar na presente tese: discussões que muitas vezes levam a lugar nenhum, ou seja, a becos sem saída⁴².

42 Essa perspectiva lembra o exemplo do esquilo dado pelo filósofo pragmatista William James. O filósofo pragmatista chega a um lugar em que dois grupos de filósofos estão engalfinhados em uma terrível discussão sobre um esquilo. Há um esquilo subindo em torno de uma árvore e um homem tenta segui-lo. Mas o esquilo se move rapidamente de modo que ele sempre consegue manter a árvore entre ele e o homem, uma vez que quando o homem roda em torno da árvore o esquilo também anda. Os filósofos estão divididos, eles querem decidir sobre a seguinte questão: o homem gira ou não em torno do esquilo? William James se coloca no exemplo como

Claro que não se coloca em questão a importância dessa discussão, mas se questiona, sim, qual o seu lugar para compreender o sentido da crítica⁴³. Isso se dá, justamente, por que a discussão a respeito de um possível mito fundador encontra-se intrinsecamente relacionado às percepções pessoais do que seria crítica em Administração – sejam elas de ordem epistemológicas, ontológicas, paradigmáticas, teóricas, metodológicas, etc – e que, de certo modo, direcionaria a análise para a categorização de diferentes correntes teóricas ditas críticas.

Sim, procura-se compreender essas diferentes correntes teóricas, porém negar esse caminho em um primeiro momento não é entendido como contraditório e o terceiro aspecto controverso dá base para o direcionamento analítico que se almeja delimitar a seguir.

Ao questionar o sentido da crítica, a terceira controvérsia permite retratar a constatação de um campo plural. Nas palavras de um dos entrevistados “é um salada-mista com frutas demais, mas não é como a que a gente compra na cantina. Essa aqui não tem harmonia. Quero dizer, os sabores não se combinam”.

Ora, se há diferentes sabores, há diferentes ingredientes que poderiam ser usados como, também, diferentes justificativas nas suas escolhas.

Porém, como conciliar a constatação de um espaço plural povoado por distintas concepções do que seria crítica e a necessidade metodológica de propor elementos mínimos para a identificação, descrição e análise de elementos que permitam compreender o movimento e o espaço das críticas em Administração no Brasil?

Para superar tal problema, argumenta-se pela necessidade de estabelecer elementos transversais – àqueles que perpassem as diferentes perspectivas críticas –, mas que ao mesmo tempo não se configurem enquanto excludentes. Ou seja, ao pensarmos o corredor de um

sendo o filósofo pragmatista. Entra no problema munido de um adágio da filosofia medieval: “quando há uma aparente contradição, faça uma distinção”. Então, usa disso para resolver o problema, a partir da técnica de distinguir perspectivas. James pergunta o que os filósofos querem dizer com a expressão “girar em torno” e, para visualizar as possibilidades, traça duas descrições do caso. Primeira: quando se toma o homem ocupando o norte, o sul, o leste e o oeste em relação ao esquilo, então se pode dizer que é correto falar que “ele gira em torno do esquilo”. Mas se o que está valendo é dizer que o homem, inicialmente, se coloca na frente do esquilo, depois à direita dele, atrás, à esquerda e finalmente na frente dele novamente, então não é verdadeiro dizer que ele “gira em torno do esquilo”. O filósofo pragmatista (no caso, James) não se desviou da questão, indo para um debate metafísico sobre “a natureza da verdade”. Também não aceitou a ideia de diferenciar radicalmente o termo “correto” do termo “verdadeiro”. Muito menos ficou atarantado sem fazer distinções. O filósofo pragmatista entrou na experiência vivida ali naquele momento e fez as distinções sobre uma descrição possível e sobre um redescrição possível. Resolveu o enigma de modo pragmatista. Em certo sentido, por dar um tipo de solução ao debate, apontando para o encerramento da polêmica, agiu de um modo que não seria errado dizer que foi também pragmático (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2010).

43 A fim de evitar-se um texto repetitivo em torno do termo crítica em Administração no Brasil, desse ponto em diante fica-se implícito que à toda menção de crítica está-se fazendo referência à crítica em Administração no Brasil. Casos contrários, serão tratados de forma explícita.

hotel como o elo de ligação entre os diferentes quartos, o que seria o elo de ligação entre as diferentes perspectivas críticas?

É a partir desse questionamento que se procurou compreender os dados coletados e como resultado desse esforço analítico foi possível a identificação de elementos comuns que permitem estruturar a análise dos dados, podendo ser eles sintetizados em duas perspectivas de análise principais.

- a) o sentido da crítica em Administração (qual a sua razão de existir?); e
- b) a direção da crítica em Administração (para onde ela nos leva?)

O **sentido da crítica** diz respeito ao modo como os professores-pesquisadores compreendem o lugar – ou o seu não-lugar – da crítica em Administração, sendo que constituem dois polos opostos: crítica *à* Administração *versus* crítica **na** Administração.

Apesar de trazer para análise uma perspectiva de dois polos que se opõem, essa proposta procura se orientar pelo pressuposto de que as formas de ação são plurais e dinâmicas. Trata-se de considerar então as práticas científicas plurais como também os elementos agenciados que as sustentam. Isso implica considerar os professores-pesquisadores enquanto sujeitos que colocam em prática diferentes estratégias de ação por meio do agenciamento de diferentes elementos que não estão necessariamente relacionados de forma homogênea/coesa com os sentidos da crítica descritos anteriormente nas alíneas “a” e “b”. Há uma diversidade de elementos que podem ser agenciados e reduzi-los à categorização de diferentes perspectivas críticas é perder de vista essa pluralidade.

Assim, para descrever o sentido de ser crítico, ao invés de abordar a crítica a partir de grupos – os quais se organizam em torno de uma determina teoria ou temática –, opta-se por centralizá-la como objeto de estudo no sentido de compreender como os sujeitos se inter-relacionam com esse sentido.

Adotar o sentido da crítica como objeto abre justamente a possibilidade de abarcar as formas plurais do seu sentido já que há a possibilidade de encontrar elementos sendo agenciados por um mesmo sujeito, mas que poderiam estar relacionados com perspectivas críticas distintas, por exemplo.

Para tal, empreende-se o esforço analítico de aprofundar a compreensão do par “crítica *à* Administração” e “crítica **na** Administração” e, para isso, a discussão do que

significa “não ser funcionalista” dá suporte para essa empreitada, justamente por ser o ponto comum que permite a distinção⁴⁴.

Assim sendo, essa escolha metodológica amplia a possibilidade de análise ao descolá-la de uma perspectiva de grupos que se opõem – no sentido de diferentes “correntes críticas” – para uma perspectiva de movimento do sentido da crítica enquanto objeto de estudo.

Com isso, a proposta aqui defendida é da tentativa de se desvencilhar da ideia de categorizar a crítica em Administração no Brasil e suas distintas perspectivas, para passar a analisar a sua dinâmica de constituição enquanto processo a partir do pressuposto de que o entendimento da crítica pelo sujeitos não se dá necessariamente a partir da sua concepção, mas sim a partir de elementos agenciados na ação que configuram a disputa em torno dela e seus efeitos práticos no espaço científico. E esses elementos permitem, também, a discussão da direção da crítica.

Em relação à **direção da crítica** em Administração, procura-se apresentar uma compreensão processual de construção do espaço da crítica ao adotar como estratégia analítica uma perspectiva geracional (que será melhor detalhada na análise dos dados).

A direção da crítica procura, também, possibilitar a compreensão que se tem do “futuro” dessa crítica e tem como ponto de partida a discussão que se institui no campo em torno do assunto internacionalização.

Durante as entrevistas, é na abordagem do tema internacionalização que os sujeitos mais se posicionam em relação a uma perspectiva de direção da crítica em Administração.

Esse tema foi pensando, nas entrevistas, como gatilho para a busca de elementos que possibilitassem melhor compreender a dinâmica atual do espaço da crítica, principalmente por ser um assunto recente e que impacta diretamente na prática profissional.

No entanto, o resultado foi outro: possibilitou meios para a ampliação da proposta inicial ao fornecer dados que proporcionam investigar o que esses sujeitos esperam para o futuro da crítica e referenciais de ação que podem ser – como já foi possível no sentido da crítica – caracterizados em dois polos principais: identidade da crítica versus autonomia da crítica.

⁴⁴ Abordar a questão a partir do sentido de “não ser funcionalista”. É um ponto comum entre os entrevistados e, por isso, penso que analisar o seu sentido pode justamente permitir identificar a pluralidade a qual me refiro e ao mesmo tempo manter a coerência argumentativa da análise.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS E OPERADORES ANALÍTICOS

A identificação de categorias gerais – sentido da crítica e direção da crítica – influenciaram diretamente na reformulação dos objetivos específicos da tese. Na proposta que foi qualificada, eles substituem os intuitos de “descrever e analisar as origens de estudos críticos em Administração”, “analisar o desenvolvimento e a configuração atual do espaço da crítica” e “discutir o significado de “ser crítico”.

A categorização empreendida mostrou-se muito mais adequada a perspectiva pragmatista da tese, pois ela surge dos dados coletados.

Essa categorização se divide em subcategorias, conforme o Quadro 07.

Quadro 7 - Categorização dos dados

Categoria	Subcategoria
Sentido da Crítica	Crítica à Administração Crítica na Administração
Direção da Crítica	1º geração 2º geração 3º geração

Fonte: elaborado pelo autor

Enquanto que na categoria sentido da crítica as subcategorias constituem-se, também, como operadores analíticos, o mesmo não ocorre na categoria direção da crítica. Nessa, cada geração é analisada a partir de operadores analíticos – que na análise são denominados referenciais de ação –, sendo que nas primeiras e segundas gerações esses operadores analíticos são definidos como identidade e autonomia e na 3ª geração é definido como “fortalecimento da crítica”.

Para abordá-los, parte-se do pressuposto de que os sujeitos se apoiam em referenciais normativos que orientam suas ações. Esses referenciais, por sua vez, configuram os dispositivos em torno dos quais os sujeitos se relacionam, seja ao referir-se ao dispositivo em si ou a conduta dentro do quadro de referências dos dispositivos (BARBORT; DODIER, 2016).

Os apoios normativos no quais os indivíduos se assentam para se posicionarem se constituem como a forma pela qual se empreende a análise dos dados.

Assim, a sua identificação e caracterização se dará a partir de quais elementos os sujeitos – no caso os professores-pesquisadores e os doutores em formação ou recém-formados – problematizam e consideram serem pertinentes, isto é, quais recursos materiais e linguísticos são agenciados para justificar a forma como compreendem o espaço da crítica.

No entanto, surgem diferentes elementos agenciados que podem ser “relacionados” a diferentes sentidos, mas que ao mesmo tempo formam grupos coesos que podem ser analisados a partir das categorias que foram propostas

Por fim, destaca-se que essa proposta de categorização precisa ser relativizada à medida que não permite generalizações ao representar, na realidade, polos majoritários.

Assim, se estivesse sendo proposta uma análise estatística, estaríamos falando de uma categorização que leva em conta os elementos que se encontram dentro do intervalo da curva normal, ou seja, excluem-se os elementos divergentes.

No entanto, esses pontos divergentes podem sim agregar valor à análise e serão mencionados e discutidos ao longo do texto quando considerados oportunos.

3.4 A NOÇÃO DE ESPAÇO CIENTÍFICO

Como já discutido na fundamentação teórica, a noção de campo científico guarda em si uma perspectiva determinista devido ao fato de que pressupõe um grau praticamente nulo de “escolha” por parte dos sujeitos. Ou seja, as regras do jogo já estão dadas, sendo que a escolha se dá dentro de um rol taxativo. Ou seja, a pluralidade – marca das perspectivas pragmatistas – não é contemplada na abordagem bourdieusiana.

Por outro lado, as perspectivas antropológicas na sociologia da ciência enfatizam a dimensão da prática científica enquanto contextualizada de modo a reconhecer justamente a pluralidade de motivações na prática científica. No entanto, se valem do laboratório como *locus* de pesquisa.

Se por um lado, o conceito de campo científico não satisfaz a perspectiva pragmatista empreendida nesta tese, do outro é o laboratório que não se adequa como *locus* para investigação.

É diante desse cenário que é proposta a noção de **espaço científico**.

A noção de espaço científico guarda em si a perspectiva de movimento e isso significa dizer que ele – o espaço científico – se constitui enquanto resultado de um processo de construção histórica empreendida pelos sujeitos que o compõem.

Processo esse marcado pela disputa, como delimitado por Bourdieu (2004a), mas – diferenciando-se dessa abordagem – na qual o sujeito está consciente de suas escolhas e as reconhece como tal, norteado por objetivos que não o de apenas obter posições de poder para o aumento de capital científico – seja ele puro ou institucional, mas sim como um processo de escolhas situado no tempo e no espaço (KNORR-CETINA, 1981) que não é fixo quanto a sua

trajetória. Ou seja, essas escolhas guardam sem si uma visão de mundo que aceita a incerteza ao assumir um pressuposto de pluralismo dos modos de ser e existir e ao reconhecer um mundo em constante construção.

Reconhece-se a diversidade desses objetivos e essa diversidade pode ser observada a partir de um operador analítico derivado da SPF: referenciais de ação ou, como em Dodier e Barbot (2016), referenciais normativos.

Ao incluir na noção de espaço científico o pressuposto da diversidade desses objetivos, reconhece-se, também, a pluralidade de racionalidades, ou seja, modos de pensar e agir, sendo que esses podem ser melhor compreendidos por meio da identificação, descrição e análise das justificações e estratégias de ação empreendidas pelos sujeitos.

Esses sujeitos mobilizam elementos (LATOUR; WOOLGAR, 1997) que contribuem para a compreensão do modo como interagem entre si e com o espaço científico, sendo que essa interação se dá em torno dos referenciais de ação, esses podendo ser identificados por meio da dimensão linguística (DODIER; BARBOT, 2016) dos dispositivos.

Por sua vez, as interações mencionadas anteriormente teriam efeitos práticos no espaço científico e esses efeitos podem ser caracterizados como a dimensão material (DODIER; BARBOT, 2016) dos dispositivos.

Posto isso, o espaço científico é uma construção social dos atores, constituindo em si mesmo um dispositivo, permeado por uma pluralidade de práticas científicas negociadas no tempo e no espaço, sendo que essas práticas podem ser identificadas, descritas e analisadas por meio de uma perspectiva processual dos dispositivos de modo a compreender o espaço científico enquanto um dispositivo com dimensões linguística e material.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1. O SENTIDO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO

Um argumento unânime entre os sujeitos de pesquisa é o de que “ser crítico” significa “não ser funcionalista”. Conforme Knorr-Cetina (1981) as práticas científicas são sustentadas pelas interpretações dos cientistas em relação aos discursos que permeia sua área de pesquisa. Assim, ao identificar o significado de “ser crítico” com a negação de “ser funcionalista” vê-se a possibilidade de compreender o sentido que isso ganha na prática desses sujeitos como, também, em as suas decisões.

Porém, antes de encaminhar essa discussão, é preciso descrever, de forma sintética, elementos centrais da perspectiva funcionalista na Administração para justamente, como destaca Chateauraynaud (2004), compreender ao que os sujeitos se referem e, nas palavras de Dodier (2005), identificar e analisar o **trabalho normativo operado pelos sujeitos para justificar a forma como interpretam e interferem no mundo social**, mundo esse que na presente tese é o **espaço científico**.

O funcionalismo, nas ciências sociais, enquanto paradigma refere-se à visão de mundo regulado e que procura explicar o *status quo* a partir de categorias de análise que priorizam principalmente a **ordem social, o consenso, a integração e coesão social** (BURREL; MORGAN, 1982).

Em teoria organizacional, Selznick sistematiza a concepção de organização com base em pressupostos funcionalistas. As organizações devem ser concebidas como “sistemas cooperativos, estruturas sociais adaptáveis, compostas de indivíduos no processo de interação, subgrupos e relações não convencionais e formais”, sendo que essas devem ser analisadas de forma estrutural e funcionalista com o intuito de relacionar “aspectos variáveis de organização [...] às necessidades estáveis e mecanismos autodefensivos” (SELZNICK, 1967, p. 42). Além disso, segundo o autor, deve-se levar em consideração a resistência como mecanismo a ser ajustado com base na elaboração de elementos constrangedores, sendo que os indivíduos devem ser despersonalizados para se ajustarem à organização.

Segundo Burrel e Morgan (1982) essa perspectiva funcionalista na Administração resulta em uma ciência que preconiza a **formulação de teorias e modelos gerenciais orientados para a eficiência econômica das organizações** elencando como necessidades intrínsecas ao seu funcionamento a integridade, o equilíbrio e a autoconservação.

Chanlat e Séguin (1983) argumentam que teoria organizacional ao elencar esses elementos como necessidades básicas das organizações contribuiu para uma concepção da organização ancorada em quatro aspectos, a saber:

a) sistêmica/sincrônica: as organizações são vistas como um conjunto das partes e o arranjo organizacional visa o **planejamento, coordenação e controle** das atividades para que os objetivos sejam alcançados, sendo que autoridade e hierarquia surgem como elementos centrais para a eficácia organizacional;

b) teleológica: a legitimidade organizacional está no alcance dos seus objetivos e esse, por sua vez, são a razão de ser da organização, sendo a fonte das diretrizes que orientam e planejam a ação como, também, dos critérios de avaliação da eficácia.

c) a-histórica: enfoque no presente, sendo que as **análises funcionalistas ocultam e marginalizam os fenômenos de causalidade e mudança**; e

d) integradora e harmônica: diz respeito uma concepção consensual da organização, ou seja, **a ausência de conflitos e disputas de poder** é compreendida como elemento-chave de uma organização ideal. A harmonia se tornaria possível por meio do compartilhamento e aceitação dos objetivos pelos seus membros.

Assim, o funcionalismo enquanto alvo da crítica pode ser resumido como àquele que impõe uma visão determinista das organizações, sendo essas a reunião de recursos direcionados a um objetivo específico.

Por sua vez, a análise das entrevistas permite delimitar duas formas de compreender o significado do par de oposição “crítica *versus* funcionalismo”. Uma muito mais relacionada com a ideia de crítica ao *management* e às áreas funcionais da Administração e uma outra que procura identificar a crítica como uma forma de repensar a agenda de estudos da Administração.

Quando digo que sou crítico, estou criticando a Administração. É externa a crítica, entende? Ela [a Administração] é ferramenta, é diagnóstico, é planejamento, estratégia. [...] Não faço Administração porque não estou pensando como melhorar ela. Ela é funcionalista e sempre será. Impossível mudar isso, entende? Ela não visa emancipação. Ela é a encarnação do capitalismo. O que ele procura é transformar a escravidão em uma falsa liberdade.

Marketing, finanças, produção, recursos humanos. Quatro, né? Nem lembro mais. Interessa muito pouco saber isso. Minhas pesquisas estão indo para outra direção. Distanciam-se do funcionalismo. Você sabe. Nem tem... É inviável, se torna impraticável pensamento crítico dentro da ADM. [...] Ela se preocupa com eficiência, lucro, produtividade, acionista. Tudo isso que reproduz a situação de exploração do trabalhador. Não se preocupa com a mudança real. ADM, isso que digo que crítico quando te falo do funcionalismo. Ela toda, a minha crítica engloba ela toda.

Relacionadas com o primeiro grupo, as falas destacadas acima representam justamente a ideia de um **anti-management** de forma que **a crítica ao funcionalismo é na verdade uma crítica à Administração** de forma a refutá-la como espaço possível da crítica. A crítica é entendida como algo externo a Administração e até mesmo inviável na Administração. Há, portanto, uma **negação da Administração como espaço possível de pensar criticamente as organizações**.

Para esse grupo, de forma geral, a crítica está direcionada muito mais à forma como a sociedade está organizada, pois a **crítica à Administração também pode ser entendida como uma crítica ao capitalismo** já que “as organizações são o local em que o capitalismo organiza parte da exploração [...] e o funcionalismo, por ser positivista e ignorar a dimensão histórica quer o *status quo* dessa situação”.

Esse é um recurso discursivo que passa a ser utilizado como **referencial de ação** para sustentar algumas concepções do lugar da crítica em Administração o que, na verdade, é o seu **não-lugar** justamente por entendê-la como algo inviável na Administração funcionalista. Ou seja, passa a ser utilizado como elemento para justificar posições no espaço científico relacionada ao status de crítica **à** Administração e não crítica **na** Administração.

Tal concepção se mostrou mais presente em professores-pesquisadores que se reconhecem mais próximos de abordagens marxistas. Porém, não é possível a generalização tendo em vista que outros que também aderem tal perspectiva discordam desse posicionamento como, também, há os professores-pesquisadores que não se reconhecem “marxistas” e que compartilham de elementos dessa perspectiva *anti-management*.

Os elementos agenciados em comum por esse grupo estão muito mais direcionados a uma ideia de crítica social (talvez clássica).

Nesse grupo, quando agenciada no sentido de não ser funcionalista, a **fonte teórica da crítica é entendida como externa à Administração mas ao mesmo tempo necessária à ela**.

Você não pode ser crítico em Administração tendo como apoio autores da Administração como os dos manuais. A crítica é social e por isso temos que buscar nas Ciências Sociais as ferramentas para fazer crítica [em Administração].

Isso implica necessariamente pensar quais seriam as origens da crítica social.

[...] as raízes estão nas sociais, mais na sociologia. Começou com Marx. Depois escola de Frankfurt. E deles foram para outras áreas, ciências. A crítica nasceu lá e depois se espalhou. Psicologia, Economia, Geografia, História, as humanas em geral e chegou na Administração.

Hoje, Bourdieu, Foucault e toda a corrente do “pós” isso e “pós” aquilo influenciam as ciências humanas no Brasil. Seja como crítica ou não. [...] Se você quer mesmo entender o nascimento oficial da crítica, você tem que ir no pensamento social

clássico. Durkheim não por ter influenciado as abordagens funcionalistas. [...] Weber é um que pode ser para um lado e para outro. [...] Marx não temos nem que falar. Você sabe. Ele é o cânone da crítica. E teoria crítica, principalmente a primeira geração [...].

Porém, qual o **lugar da crítica social na Administração**? Como ela é possível tendo em vista os argumentos que levam ao entendimento de que a crítica não faria parte da Administração?

Hoje estudamos as organizações e fazemos críticas às organizações, mas ela [a crítica] também é social. Não no sentido amplo e sim específico. As organizações são locais onde se estabelecem relações sociais. Elas também são objeto de estudo da Sociologia. Foi lá que se estabeleceu o funcionalismo e a crítica ao funcionalismo. Então eu volto a afirmar que é no campo da sociologia que tem origem a crítica que usamos na Administração.

A Administração parece ganhar o **rótulo “objeto de estudo”**, ou seja, ela por si só não se constitui enquanto finalidade, mas sim meio para pensar a aplicação de pressupostos teóricos advindos de uma declarada “teoria social” que, nesse grupo, se traduz por teoria crítica (sendo ela marxista e/ou frankfurtina).

A teoria crítica nos ajuda a pensar como o capitalismo se reproduz e a denunciar os seus problemas e se você for olhar, a administração é um desses problemas [...]. Sabe o porquê disso? [...] Ela é um método de exploração.

Assim, ela – a Administração enquanto objeto de estudo – não é fonte teórica, mas sim fonte empírica ao ponto de não ser vista como ciência já que “não produz teoria, mas sim ferramentas de gestão. O aluno estuda quatro anos para aprender a aplicar técnicas de gestão que são falsas teorias”.

Outro comentário segue na mesma direção:

Eu acho de uma grande curiosidade a discussão se é ciência ou não [a Administração]. Não serve para nada. Ela [...] é um grande conjunto de técnicas que são aplicadas com a finalidade de maximizar a mais-valia [...]. Ampliar as taxas de lucro, para isso que serve a Administração.

Por outro, um contraponto é feito por um dos entrevistados ao afirmar que “é equivocada a opinião de muitos dos meus colegas que negam a Administração sendo ciência [...] não compactuo com essa visão excludente”. E avança ao defender que “é possível uma crítica com base em propostas internas [à Administração], mas **ela não é fonte teórica *per si*, mas pode ter produtos teóricos críticos**”.

A noção de “**produtos teóricos críticos**” surge de forma indireta em outras entrevistas e pode auxiliar na compreensão de uma aparente contradição: se a Administração não é lugar próprio da crítica qual seria o lugar dos estudos críticos feitos por professores-pesquisadores em Administração?

Um dos entrevistados chega a tangenciar o assunto

Ao longo dos meus mais de 40 anos de carreira sempre me propus pensar as empresas com um olhar crítico e com isso digo fundamentalmente marxista. [...] Chegou um momento [...] que precisei refletir onde eu pretendia chegar com toda a minha produção acadêmica e percebi que eu desenvolvi uma proposta teórica para estudar os problemas que estudei. Sistematizei isso tudo, dei um nome [...] e atualmente oriento trabalhos nessa linha de pesquisa.

Ora, o produto teórico crítico é justamente o intuito de produzir conhecimento a partir da crítica à Administração, mas que, no entanto, não se identifica como pertencente à Administração por justamente tê-la como objeto de crítica. Ou seja, a noção de “produtos teóricos” guarda em si uma concepção da Administração enquanto ciência passível de produzir teorias, mas essas teorias surgiriam a partir da sua caracterização enquanto objeto estudo, isto é, a partir da experimentação de teorias oriundas de outras áreas.

E é justamente esse aspecto que pode ser identificado como um dos principais elementos de justificação para àqueles professores-pesquisadores que discutem a necessidade de criação de um espaço próprio para discussão desses produtos teóricos críticos, o que vem a caracterizar como justificativa para a defesa dos Estudos Organizacionais (Críticos) enquanto área autônoma em relação à Administração (funcionalista).

Um outro aspecto que pode ser destacado é o **sentido específico do que seria crítico** – neste polo, o da crítica à Administração – que estaria muito mais associado com uma perspectiva clássica de crítica – e de seus desdobramentos como, por exemplo, a teoria crítica frankfurtiana – do que necessariamente a outras abordagens também tidas como críticas em ciências sociais, estando essa **perspectiva clássica de crítica majoritariamente relacionada à agenda de base marxista** e pontualmente à weberiana.

Na Sociologia, é no pensamento marxista que se identifica a gênese da crítica social e ao fazer um paralelo com a Administração percebe-se a mesma relação. Isso não significa dizer que a crítica é necessariamente marxista, mas sim que a partir de dados do campo percebe-se que – para uma parte dos entrevistados – a identificação com “o não ser funcionalista” em Administração está intrinsecamente ligada com a perspectiva de uma crítica tida como de influência marxista em Administração.

Observa-se que essa identificação está diretamente relacionanda com a origem histórica da crítica em Administração que é justamente de influência marxista e é por isso que se caracteriza a seguir a relação entre “não ser funcionalista” e a perspectiva marxista de crítica social.

As perspectivas críticas em Administração se configuram enquanto campo de estudos a partir do último quarto do século XX e início do século XXI, mas suas raízes históricas podem ser identificadas no processo de constituição de correntes teóricas que de

desenvolveram a partir do século XIX principalmente na sociologia, economia e psicologia. Além de fundamentos teórico-epistemológicos, essas correntes teóricas também contribuem para a constituição de uma pauta temática de estudos e temas que irão caracterizar as perspectivas críticas em Administração (ALVESSON; BRIDGMAN; WILLMOTT, 2009; ALLARD-POESI; LOILIER, 2009; CHANLAT, 2013; NIZET; PICHAULT, 2015; VIDAILLET; BOUSALHAM, 2016).

Na sociologia e na economia, a obra de Karl Marx (1818-1883) se constitui como sinônimo de crítica justamente por ser opor a uma perspectiva de ordem natural da sociedade tendo como fundamento central sua crítica ao processo de acumulação do capital. A partir dessa crítica, se desdobram nas ciências sociais temas que passam a caracterizar uma pauta de estudos associada ao pensamento crítico social, podendo ser agrupados em três: exploração, alienação e ideologia⁴⁵ (CHANLAT, 2013; NIZET; PICHAULT, 2015).

Fortemente presente nas ciências sociais, **o pensamento social crítico de inspiração marxista só começa ganhar força na Administração a partir dos anos 70**. Tal resistência pode ser entendida a partir da forte influência da perspectiva funcionalista na sociologia norte-americana que, conseqüentemente, influenciou a formação da Administração enquanto disciplina acadêmica (ADLER, 2009; SCHERER, 2009; CHANLAT, 2013).

É preciso também levar em consideração que tal resistência também está diretamente relacionada com o momento político da segunda metade do século XX e que o modelo de Escolas de Negócios que se expandiu pelo mundo foi o norte-americano. Isso, por si só, justifica a resistência e o desinteresse nas abordagens marxistas na teoria organizacional associadas tanto a um pensamento de esquerda quanto à experiência socialista na União Soviética (CHANLAT, 2013).

Segundo Adler (2009) a gênese da crítica em Administração – e mais especificamente no que veio a se configurar como Estudos Organizacionais – está justamente nesse período de transformações macroestruturais na economia mundial (seção 2.1). As fragilidades do sistema produtivo capitalista abrem espaço para abordagens teóricas não-funcionalistas e entre elas a que se fez mais presente foi justamente àquela que se coloca contrária ao capitalismo: o marxismo.

Além dessa associação direta com o marxismo, o sentido de não ser funcionalista também pode ser identificado com a influência teórica da **Escola de Frankfurt**, sendo que

45 Esses temas podem ser identificados como sendo àqueles que irão constituir as principais questões em torno das quais a produção intelectual marxista ou de inspiração marxista irão se estruturar ao longo do século XX, principalmente nos trabalhos de Althusser, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Anderson, Papaïonnou e Lukacs (CHANLAT, 2013, p. 3).

essa não aparece necessariamente dissociada da primeira. Na verdade, o termo teoria crítica ao qual os entrevistados se referem está mais diretamente relacionada com o termo cunhado pela escola de Frankfurt à medida que “a marxismo nos oferece a base epistemológica do que a primeira geração frankfurtiana irá denominar de teoria crítica” e isso em Estudos Organizacionais significa que dizer que a teoria crítica

segue os pressupostos frankfurtianos, mas não se esgota neles. Trata-se de uma teoria que se baseia na dimensão epistemológica do materialismo histórico e no método dialético. Isso significa dizer que a TCEO⁴⁶ utiliza-se, ao mesmo tempo, de referenciais do marxismo, das análises frankfurtianas de primeira geração, dos estudos sobre Estado, poder e classes sociais, da psicologia sócio-histórica, da sociologia clínica crítica (ou psicossociologia crítica) e da psicanálise freudiana (FARIA, 2009, p. 510).

Poderia-se pensar justamente em um sentido natural do marxismo e a teoria crítica como algo semelhante, mas mesmo que a teoria crítica seja uma teoria marxista, elas não são a mesma coisa para os entrevistados e é, também, **fonte divergência nesse polo**. É preciso demarcar que “a Escola de Frankfurt ao recuperar a obra marxista trata de uma crítica à forma como o conhecimento tem sido produzido e a sua atual vinculação política e social com o capitalismo”. Porém, não se trata apenas de uma crítica teórica, mas também prática tendo em vista que “não se trata apenas de criticar a teoria dominante, mas de indicar as bases de transformação, de emancipação que são inerentes a um contexto histórico, político e social específico” (MISOCZKY, AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 193).

É uma releitura marxista e por isso são e não são a mesma coisa [...] e por ser essa releitura que te falei que às pessoas fazem confusão. Hoje o que temos de teoria crítica nos estudos organizacionais é frankfurtiana na sua quase totalidade.

O que eu tenho proposto em meus estudos é uma teoria crítica e com isso eu entendo uma releitura marxista. Frankfurt fez isso e deles o que mais influência minhas pesquisas é justamente a proposta de emancipação.

As teorias clássicas da Administração foram pensadas para explorar a mão-de-obra. [...] A teoria científica da Administração é uma ideologia capitalista e a crítica marxista desvela essa situação e visualiza a emancipação como forma de libertação [...] Quando você observa o contexto internacional temos o resgate das obras de Marx ali entre os anos 80 e 90. Também dos frankfurtinados [...] que querem justamente desvelar [...] a condição de exploração e alienação que sustenta o modelo de organização capitalista.

Nas diferentes entrevistas que abordam o tema é possível identificar que o termo **emancipação** aparece frequentemente relacionado à teoria crítica. Não nos cabe aqui discutir o que é emancipação. Porém, em torno desse termo é possível observar um aspecto de tensão – exemplo da divergência mencionada anteriormente – que é justamente **de qual emancipação se fala**.

⁴⁶ Conforme o autor, Teoria Crítica em Estudos Organizacionais

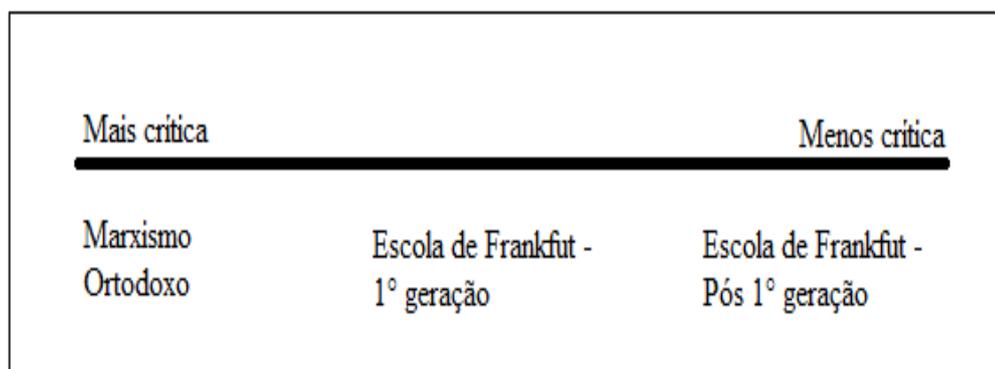
Um dos entrevistados esclarece essa situação ao dizer que a noção de emancipação foi sendo alterada ao longo das gerações da Escola de Frankfurt principalmente quando observamos que as análises de Habermas e de Honneth se distanciam da primeira geração.

“A depender da filiação teórica, o que queremos dizer com emancipação ganha um sentido totalmente distinto”, mas “quanto mais distante da primeira geração, menos marxista essa concepção é”. Por outro lado,

é muito chato isso, sabe? Só é crítico quem é marxista. Eu, por exemplo, pesquiso muito mais com Habermas do que com a primeira geração. Então vem ele e me diz: você não é crítica. [...] É uma tentativa de fechar a crítica e quem perde com isso é o campo.

Ao se oporem, os trechos são ilustrativos de uma disputa em torno do que é crítica que se faz presente nesse polo. Essa disputa por sua vez tem desdobramentos práticos no espaço científico da crítica em Administração que serão detalhados em momentos mais oportunos para a análise. No entanto, no momento, parece importante destacar justamente o sentido que essa disputa ganha dentro da teoria crítica à medida que **determinada abordagem pode ser considerada mais ou menos marxista, ou seja, com maior o menor grau de criticidade**, como ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Grau de criticidade



Fonte: elaborado pelo autor

Ou seja, a **crítica marxista continua sendo referencial para entender algo como crítico ou não – seja em relação à Administração ou entre professores-pesquisadores que compõem esse polo** – e, por isso, opta-se pela generalização “crítica marxista” sem diferenciá-la da crítica frankfurtina. Tal escolha não parece prejudicar o desenvolvimento da análise por não haver a preocupação em “classificar” a crítica, mas sim compreender os sentidos atribuídos aos sujeitos ao que significa “não ser funcionalista” e que nesse caso pode

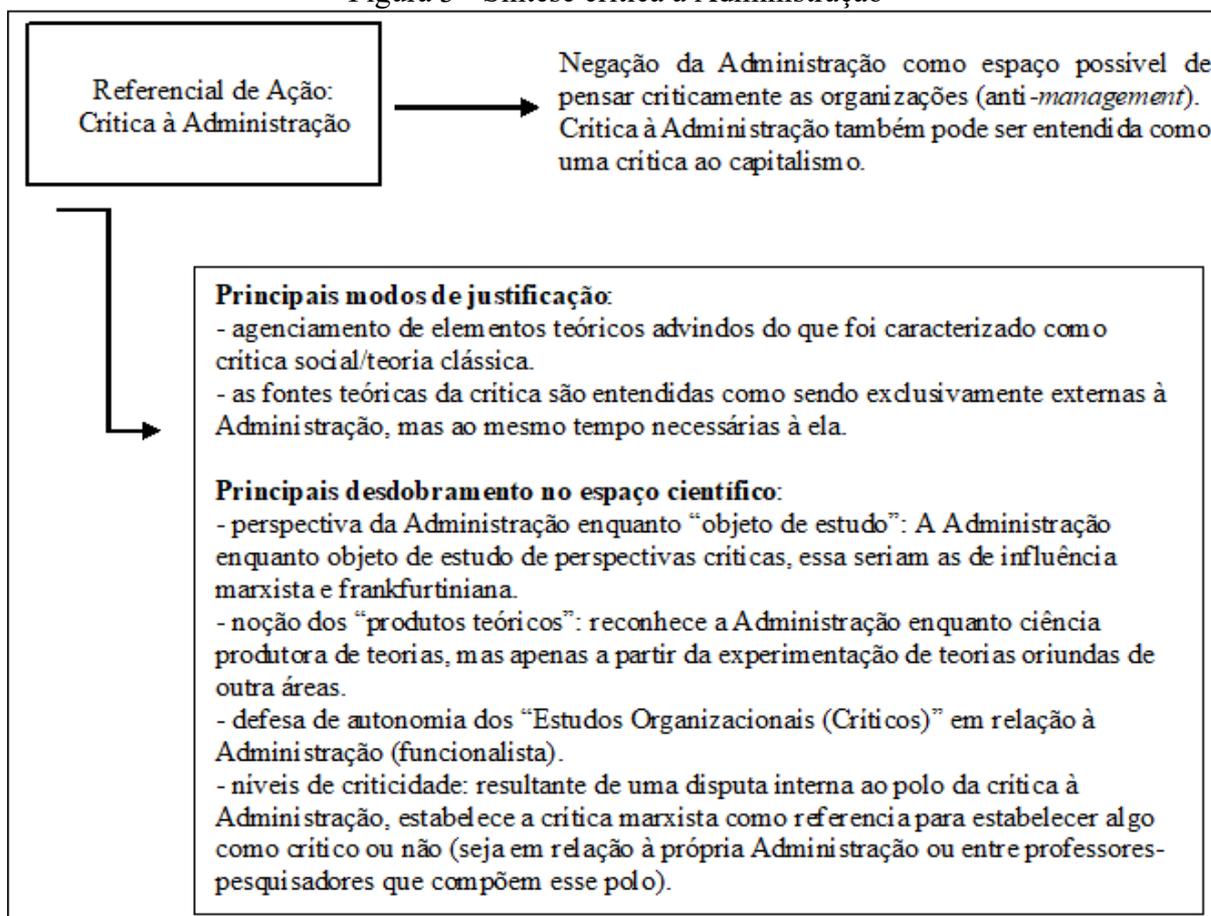
ser relacionado ao sentido de ser um crítico de influência marxista, independentemente da perspectiva teórica adotada pelo professor-pesquisador (ver síntese na Figura 3).

Desse modo, **o sentido de crítica marxista pode ser compreendido tanto pelo referencial teórico – marxista e/ou escola de Frankfurt – como, também, pelos grandes temas, a saber: exploração, alienação, ideologia e emancipação.**

Assim, o sentido de não ser funcionalista para esse grupo está diretamente relacionado a uma perspectiva que privilegia a mudança – no sentido de rompimento e superação do *status quo* e, para isso, adota-se um referencial teórico de base marxista.

A Figura 3 procura sintetizar os principais elementos decorrentes do dispositivo “crítica à Administração” enquanto referencial de ação, os principais modos de justificação que foram associados a esse dispositivo e os seus desdobramentos no espaço científico.

Figura 3 - Síntese crítica à Administração



Fonte: elaborado pelo autor

Benson (1987) argumenta que a influência marxista na teoria organizacional permite superar as limitações da hegemonia funcionalista por meio de uma concepção dialética das organizações pautada em uma agenda emancipatória. Assim, segundo Chanlat e Séguin (1987), ao privilegiar a mudança, a abordagem marxista em estudos organizacionais preconiza

uma concepção de organização orientada por seis aspectos, a saber: histórica, dialética, não-determinista, orientada pela *práxis* e de visão emancipadora.

Outro aspecto que ganha sentido de “não ser funcionalista” enquanto relacionado ao crítico social e a menção à Weber.

Esqueceram do Weber. [...] Burocracia, dominação, racionalidade foram assuntos que tiveram consequências na teoria geral da Administração, mas também por meio de um olhar crítico. A gente começa falando de racionalidade instrumental e substantiva como se o Guerreiro tivesse começado. Eu até entendo o motivo. Originalidade e etc, mas sem ele [Weber] não existira o Guerreiro, o Motta, e tudo que veio depois de estudos sobre racionalidade e burocracia. [...]⁴⁷

No entanto, essa menção contém em si mesmo uma questão de divergência ao ponderar o lugar de Weber na crítica social clássica.

Se você quer mesmo entender o nascimento oficial da crítica, você tem que ir no pensamento social clássico. Durkheim não por ter influenciado as abordagens funcionalistas. [...] Weber é um que pode ser para um lado ou para outro. [...] Marx não temos nem que falar. Você sabe. Ele é o cânone da crítica. E teoria crítica, principalmente a primeira geração [...].

“Ser para um lado ou para outro” problematiza justamente o fato de que a influência weberiana se faz presente tanto no *mainstream* quanto nas abordagens críticas.

Nesse aspecto não há mais nenhuma menção nas entrevistas. Porém, como esclarecem Nizet e Pichault (2015), para os teóricos tradicionais a burocracia é entendida como a forma mais racional e eficaz de organização, como também o que justificaria a concepção hierárquica da autoridade, porém, para os pesquisadores críticos, outros temas ganham maior atenção principalmente àqueles relacionados com a racionalidade (críticas que acusam a Administração de se limitar ao desenvolvimento de meios de gestão sem debater suas finalidades para além do escopo dos objetivos organizacionais e sem levar em conta outros tipos de racionalidade) e as formas de dominação (a Administração é uma das formas de dominação dos sujeitos e de reprodução do *ethos* capitalista).

O segundo significado de crítica ao funcionalismo se refere a pensar a crítica **na** Administração como forma de constituir uma agenda de estudos que leve em consideração problemáticas ignoradas pelo enfoque funcionalista.

Poder, história, conflito, exploração são temas que o *mainstream* não tem interesse. [...] O tradicional procura resolver problemas da organização a partir da instrumentalidade. Na defesa de um equilíbrio consensual. [...] O mercado é o norte e a sobrevivência a palavra de ordem. Pouco importa como, o que importa no final é sobreviver. Mas isso importa para a crítica, importa para nós que queremos melhorar a gestão, mas melhorar ela para as pessoas e não para o lucro. A crítica quer uma gestão mais humana, mais feliz, sem mentiras. Ela quer conciliar produtividade com bem-estar coletivo.

⁴⁷ Esse trecho de entrevista já foi mencionado anteriormente. No entanto, devido a sua relevância para o assunto abordado aqui se faz necessária a sua repetição para a análise que é empreendida.

O paradigma funcionalista concebe uma organização perfeita e para isso é preciso mascarar as fragilidades. A crítica encontra essas fragilidades. Leva até a superfície partindo de uma análise histórica. Por isso ela é importante para a Administração. Ao mostrar o que há de danoso no mundo corporativo, podemos pensar em formas de melhorar a convivência e o bem-estar para todos.

[...] ganância, exploração, concentração de riqueza sempre vai existir dentro do capitalismo. Hoje não enxergo outro tipo de economia. A administração é o capitalismo. Ela é parte de uma engrenagem maior. As empresas são o capitalismo. Como diminuir os prejuízos sociais, humanos, ambientais? Com estudos críticos. Por isso eles são importantes em uma ciência que é 99,9999% funcionalista. Eles precisam estar na Administração como estão em outras disciplinas [...] é isso que me deixa feliz, satisfeita. Saber que posso contribuir com uma Administração mais voltada para gente. Menos focada no acúmulo de capital e que vai em direção a uma sociedade justa.

O funcionalismo, para esse grupo, parece corresponder **a ideia de paradigma funcionalista, mais precisamente a uma crítica à forma como o conhecimento é produzido, mas sem necessariamente representar uma negação da Administração.**

Nesse grupo não se identifica uma negação à Administração enquanto espaço viável da crítica, mas sim a **proposta de explorar outras possibilidades na ciência Administrativa além do *maistream* funcionalista.** Isso, por sua vez, se configura como um referencial de ação distinto do anterior (crítica à Administração). Porém, quanto a fonte teórica dessa crítica não é possível identificar uma origem tão clara quanto no outro polo, inclusive é possível identificar referenciais teóricos convergentes.

Eu não compactuo com esses rótulos que eles tentam nos impor como “crítico domesticado”, “funcionalista fantasiado” e tudo isso aí que eles ficam espalhando. Se me afirmo como crítico eles jogam pedra. Só porque não sou marxista? Li muito a obra de Marx e de Frankfurt e me considero influenciado pelas ideias que li lá [...] só que é entre os pós-modernos que eu consigo identificar as melhores ferramentas para propor uma Administração mais humana, mas dialógica e mais coletiva.

Seu eu pegar agora e te mostrar as referências que cito nos meus trabalhos [você] vai encontrar Marx, Hockheimer, Habermas, Foucault, Dejours, Gaulejac [...] Guerreiro. Isso é pensar criticamente e não ficar se limitando a dizer que é marxista e ponto.

A discussão [da definição de crítica] formou muitos grupos [...] que disputam essa definição. Hoje talvez tudo se resuma a uma questão geracional. A minha geração [...] é fortemente influenciada pela teoria crítica [Frankfurt] [...] fomos nós os responsáveis por continuar os trabalhos do Guerreiro e do Maurício [Tragtemberg], [...] mas eu não me considero marxista. Sabe? Nem pós. Mas você sabe que olhando de hoje para trás dizer que é pós-moderno quer dizer que não é marxista?

É importante salientar que enquanto para o primeiro grupo identifica-se uma associação muito mais clara e direta ao marxismo – de forma até mesmo exclusiva – neste outro polo **os referenciais teóricos são mais plurais e não se restringem a uma determinada corrente teórica.** Isso, por sua vez, impõe uma certa dificuldade em identificar quais correntes teóricas caracterizariam melhor o polo “crítica na Administração”.

No entanto, como o objetivo aqui não é o de classificar a diferentes perspectivas teóricas, essa limitação não se constitui enquanto problema para a análise, mas algumas observações se fazem oportunas:

- a) os professores-pesquisadores, de forma geral, que reconhecem na Administração a possibilidade da crítica afirmam serem influenciados pelo pensamento marxista, mas também por outros referenciais teóricos;
- b) há uma **distinção entre influência temática e teórica**, já que há o reconhecimento de que parte dos temas estudados tem origem em uma agenda dita “marxista”, mas que esses temas são estudados a partir de outras perspectivas teóricas.
- c) há uma certa **recorrência da oposição “nós” e “eles”**, sendo estes o grupo identificado como marxista e que restringe a crítica à teoria marxista/frankfurtiana;
- d) o “nós”, por sua vez, assume uma **identidade própria** que pode ser relacionada a **ideia de uma crítica plural**, ou seja, não necessariamente restrita à ideia de uma crítica exclusivamente marxista.
- e) o “nós”, no entanto, **não implica em um grupo homogêneo**, mas sim a compreensão de diferentes fontes e caminhos para a crítica e não estabelece, necessariamente uma hierarquia entre as diferentes propostas teóricas para a crítica.

Para além das demarcações teóricas, a percepção de uma crítica na Administração também pode estar relacionada a uma **crítica marxista**, ou seja, para além da generalização do polo “crítica à Administração” é possível identificar uma **minoria** que partilha da perspectiva teórica desse polo, mas que não concordam com o sentido identificado como crítica à Administração.

Compreendo o entendimento de muitas pessoas que se dizem marxistas e que defendem a ruptura institucional dos Estudos Organizacionais Críticos com a Administração. Eles têm os seus argumentos que são válidos, mas eu tento ir por outro caminho. [...] A teoria crítica tem que fazer as pessoas felizes e não ser um muro das lamentações [...] Ela deve ser utilizada na Administração na compreensão do aspectos negativos das organizações e a partir disso para que a gente possa encontrar uma outra maneira de viver melhor.

O problema precisa ser atacado de dentro. Não é rompendo com a Administração que os meus colegas críticos resolverão o embate com paradigma dominante e os seus problemas intrínsecos. Precisamos refletir de dentro e não de fora para superar as contradições da gestão.

Essas menções se fazem relevantes por exemplificarem o elemento comum que permite a caracterização do polo “crítica na Administração”: análise das contradições no âmbito das organizações.

Se há uma pluralidade temática e teórica nesse polo, é no porquê da crítica na Administração que se encontra o elemento de ligação entre as diferentes perspectivas que compõem o sentido de crítica na Administração.

Direta ou indiretamente, os professores-pesquisadores que propõem uma crítica na Administração dizem estar interessados em **compreender as contradições no âmbito das organizações, mas essa pode ganhar significados distintos**, sendo os mais presentes:

- a) crítica à racionalidade instrumental;
- b) crítica às condições de trabalho (principalmente da dimensão psíquica);
- c) crítica às relações sociais dentro das organizações (controle, tomada de decisão, gênero, etc); e
- d) crítica às relações entre organizações e o seu entorno (sociedade, meio ambiente, instituições, política, etc.)

Importante notar que um significado não exclui o outro, mas que **a partir deles diferentes agendas de estudos são propostas e diferentes referenciais teóricos são utilizados**. Porém, todos dizem respeito à análise de contradições no âmbito das organizações, ou seja, a crítica – de forma distinta ao sentido da crítica à Administração – aqui se refere muito mais ao paradigma dominante na Administração e não, necessariamente, à Administração.

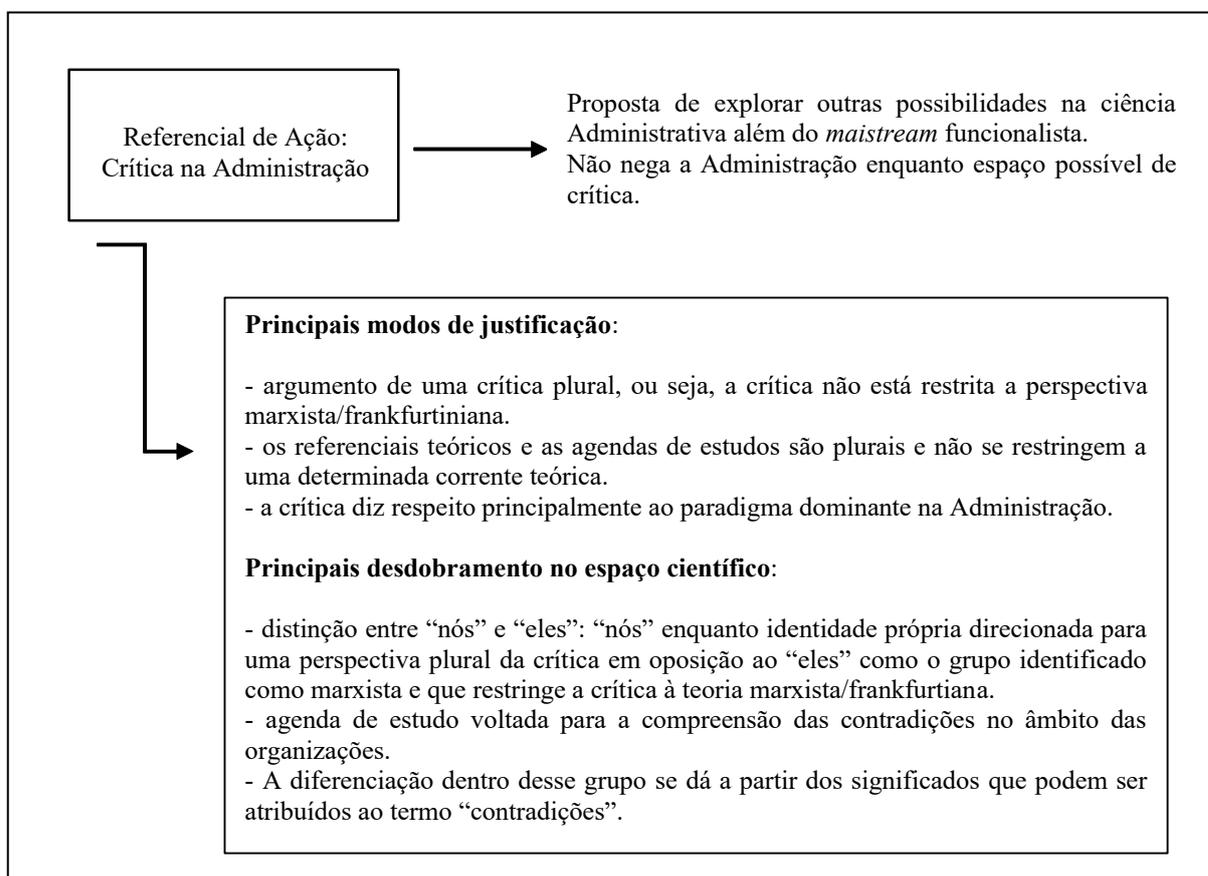
A Figura 3 procura sintetizar os principais elementos decorrentes do dispositivo “crítica à Administração” enquanto referencial de ação, os principais modos de justificação que foram associados a esse dispositivo e os seus desdobramentos no espaço científico.

Além disso, é importante destacar que a análise das contradições no âmbito das organizações também se fazem presentes no polo caracterizado como “crítica à Administração”, mas a diferença entre esse polo e o que caracteriza como “crítica na Administração” é que neste os distintos significados elencados nas alíneas anteriores são os meios pelos quais se propõem críticas na Administração enquanto que naquele esses significados são meios de crítica à Administração. Ou seja, tem por finalidade ou repensar a Administração ou criticar a Administração, respectivamente.

Posto isso, fica clara a distinção entre os dois polos e as dinâmicas que eles estabelecem entre eles e dentro deles. Entre eles, pela finalidade da crítica (à ou na

Administração) e dentro deles pelo nível de criticidade (crítica à Administração) ou pelos temas e referenciais teóricos (crítica na Administração).

Figura 4 - Síntese crítica na Administração



Fonte: elaborado pelo autor

4.2 A DIREÇÃO DA CRÍTICA EM ADMINISTRAÇÃO

A perspectiva de **espaço científico** empreendida nesta tese leva a considerar a ideia de processo via a noção de movimento. Essa, por sua vez, está diretamente ligada ao fato de que o espaço científico é permeado por uma pluralidade de práticas que o constroem e são construídas por ele, ou seja, um espaço que é por si só um dispositivo – na acepção apresentada por Dodier e Barbot (2016), mas também fonte de dispositivos.

Com isso, a análise processual dos dispositivos traz guardada em si o imperativo de compreender a dinâmica de construção do espaço científico com base a partir dos desdobramentos das práticas ao longo do tempo e como essas influenciam na sua dinâmica e são influenciados por ele como, também, a sua dinâmica atual e a sua direção.

Posto isso, com a proposta de analisar a **direção da crítica** em Administração, procura-se compreender a perspectiva que os professores-pesquisadores têm de passado,

presente e “futuro” dessa crítica tendo como ponto de partida a discussão que se institui no campo em torno da sua internacionalização⁴⁸. Essa discussão torna-se possível a partir de argumentos elaborados em torno dos temas nacionalização da crítica e internacionalização da crítica e que viabilizam, por sua vez, delimitar duas categorias analíticas: **identidade e autonomia da crítica** as quais constituem o percurso metodológico escolhido para análise.

Independentemente de se tratar de nacionalização ou internacionalização da crítica, é fortemente presente entre os professores-pesquisadores entrevistados a defesa de um pioneirismo da crítica em Administração no Brasil, **pioneirismo** esse associado aos nomes de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg.

Como discutido na abertura da análise, há também a discussão entre a ideia de crítica entre os dois autores relacionadas às suas escolhas teóricas e epistemológicas. Contudo, me proponho ater a um outro aspecto: o que significa reivindicar esse pioneirismo nacional – notadamente em relação ao CMS – da crítica em Administração?

Reafirmando o pressuposto de que **o sentido da crítica em Administração é um objeto em disputa**, argumenta-se que o esforço em compreender o significado dessa reivindicação e seus desdobramentos pode se mostrar promissor para compreender o movimento da crítica em Administração no Brasil. Principalmente, por permitir identificar como os sujeitos buscam **justificar** essa posição e qual a sua relação com as **práticas** científicas no espaço da crítica em Administração no Brasil.

Justificação e prática são alguns dos principais conceitos pragmatistas.

O primeiro se refere à **capacidade intrínseca aos atores de definirem as propriedades e entidades que importam no processo de elaboração do social**, ou seja, são os argumentos acionados/utilizados por esses e que fundamentam a forma como eles agem (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). No entanto, a compreensão de **justificação** empreendida na presente tese deriva da noção de **trabalho normativo** apresentada na perspectiva processual dos dispositivos de Dodier e Barbot (2016). Desse modo, **justificação passa a ser compreendida como sendo as “avaliações positivas ou negativas que os indivíduos fazem, de forma explícita, a respeito do estado de coisas”** (ibid., p. 426).

Enquanto justificação é a forma como se “justifica” a prática, essa é a ação *per si*. Na acepção apresentada por Frega (2016), a prática se constitui como sendo o que organiza

⁴⁸ Na proposta inicial, a discussão a respeito da internacionalização – tema atual no espaço da crítica – tinha-se como objetivo a análise da configuração atual desse espaço. No entanto, ao longo das entrevistas ao assunto tomou rumos distintos. Geralmente, quando o assunto era iniciado, surgiam respostas que centravam a reflexão em torno da nacionalização e internacionalização da crítica. Ao iniciar a análise dos dados, percebeu-se que essa discussão continha outras camadas que poderiam ser analisadas por meio das categorias identidade e autonomia da crítica.

a coerência e a dispersão das ações individuais e isso permite, também, a articulação entre regularidade e variação. Ou seja, **é que o indivíduo de fato faz e não apenas o que ele diz fazer.**

Postas essas considerações de âmbito teórico, volta-se para a análise dos dados. Porém, antes de dar prosseguimento é preciso mencionar que a discussão em torno do pioneirismo da crítica poderia ser também relacionada com o sentido de ser crítico, principalmente quando resgatado o trecho que segue.

[...] a crítica não é da Administração. Então não posso ser administradora e criticar o funcionalismo ao mesmo tempo? Não é isso que quero dizer [...]. Se eu falo que o Guerreiro e o Maurício eram críticos é porque eles faziam crítica social e não crítica administrativa. [...] estavam preocupados com a crítica à sociedade.

Porém, entende-se que seja mais presente a associação desse pioneirismo com a busca de uma certa **identidade dos estudos críticos em Administração no Brasil** como também de uma **demarcação de autonomia** em relação ao movimento que se observa nos países anglo-saxões no mínimo no que tange à questão do pioneirismo, mas que diverge em relação a uma agenda de estudos.

A respeito da identidade, ela adquire duas facetas

Tanto Guerreiro quanto o Maurício [Tragtenberg] foram pioneiros na crítica. [...] por outro lado [...] vejo que ao mesmo tempo que eles iniciaram a discussão eles também criaram duas vertentes distintas de estudos: uma sobre teorias da racionalidade substantiva e a redução sociológica e o outro com [...] propostas práticas de transformação da realidade via a autogestão e autonomia individual.

Essa distinção entre **possíveis “vertentes da crítica”** aparece de forma direta e indireta em outras entrevistas e pode ser identificada como uma primeira tensão dentro da crítica.

Já comentei com você [...] que é um equívoco classificar o Guerreiro como um teórico epistemologicamente crítico [...] ele propunha uma alternativa conciliadora reconhecendo o capitalismo como sistema principal e outros espaços organizacionais alternativos como forma de manter o equilíbrio entre as diferentes formas de viver e produzir [...] Bom, o capitalismo só se mantém devido às brechas. Tragtenberg era crítico ao propor a ruptura com o capitalismo, ao contrário do Guerreiro.

No entanto, como fica explícito na fala acima, é uma interpretação atual em relação ao passado, mas que ao mesmo tempo pode ser demarcada como um embrião da busca de identidade dos estudos organizacionais críticos.

Ao compartilharem um ponto em comum: não possuíam formação formal em Administração, são vistos muito mais como sociólogos e compõem, nas palavras de Paes de

Paula (2005, p. 13), “uma singular tríade⁴⁹ de estudiosos que comungam de uma visão crítica e não instrumental das organizações”.

Penso que os três [Guerreiro, Tragtenberg e Motta] foram verdadeiros intelectuais que construíram as bases da teoria crítica das organizações e que, com isso, seus trabalhos influenciaram o que hoje penso ser a primeira geração de teóricos críticos das organizações.

A fala acima representa um elemento que pode ser entendido como característico da busca pela identidade que, em primeiro momento, é entendida como uma questão geracional.

O autorreconhecimento como pertencente a uma suposta primeira geração de críticos se faz presente na fala dos entrevistados, como também o reconhecimento de uma primeira geração de críticos por parte dos entrevistados (neste caso, professores-pesquisadores entrantes/recentes no espaço científico).

Porém, **a perspectiva de geração não está necessariamente ligada apenas a uma perspectiva temporal, mas também espacial a medida que diz respeito aos espaços institucionais que são ocupados no processo de constituição do espaço e do movimento da crítica em Administração no Brasil**, sendo que podem ser delimitados três momentos distintos, a saber:

- a) 1º geração: embrião da crítica; a crítica chega na Administração.
- b) 2º geração: crítica conquista seu espaço nos principais centros; e
- c) 3º geração: interiorização⁵⁰ da crítica.

A ideia de geração aqui permite, também, voltar à discussão iniciada em torno de possíveis vertentes, pois há a compreensão de que a referida **primeira geração pode ser subdividida em dois grupos principais**: àqueles formados por professores-pesquisadores que se propõem, majoritariamente, a dar prosseguimentos a **uma agenda dita “guerreirista”** e àqueles que se propõem a dar seguimento a uma **agenda inspirada nas propostas de Tragtenberg**.

Antes de dar prosseguimento a essa linha de análise, é importante discutir o “lugar” de Prestes Motta nesse legado a partir da fala de um dos entrevistados

Talvez nem seja possível enxergar uma dissociação das figuras do professor Prestes Motta e do Maurício Tragtenberg [...] eles têm propostas muito próximas e, penso eu, o Motta é muito mais um discípulo do Maurício [...] eles conversavam muito [...] burocracia é o ponto de contato. Assim [...] se tu olhar bem de perto [...] podemos falar de temas de estudos e não da pessoa em si mesma.

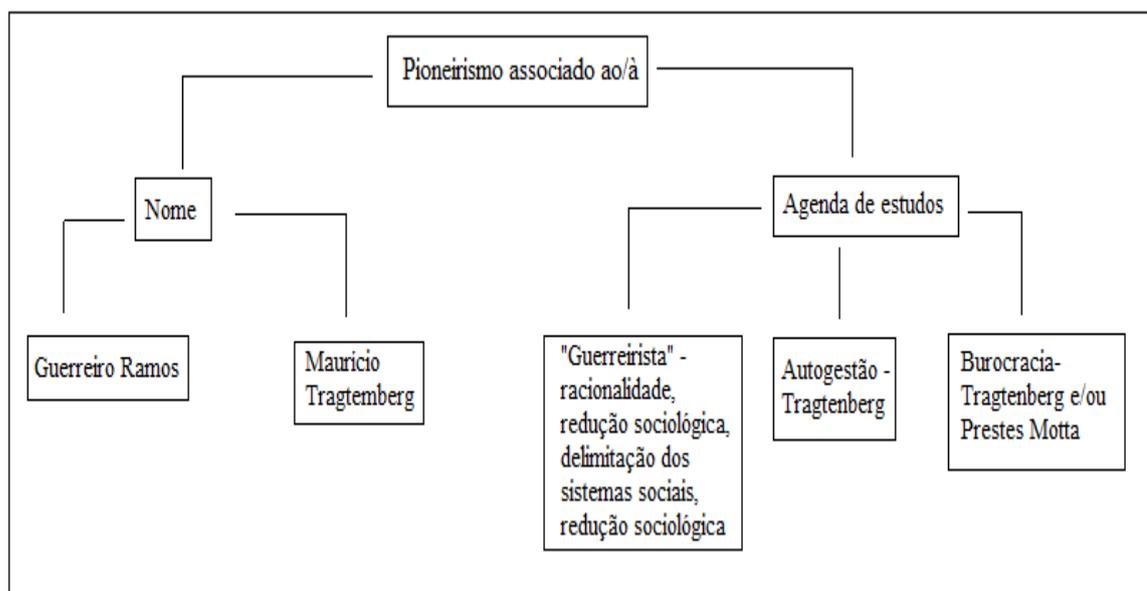
49 Diferentemente do que foi dito no início da sessão, aqui a pesquisadora coloca Prestes Motta em um “mesmo” patamar em que se encontram Guerreiro Ramos e Tragtenberg. Esse aspecto será discutido adiante.

50 Esse termo será delimitado e problematizado em momento mais oportuno. De modo geral, a interiorização aqui se relaciona ao estímulo dado, a partir da políticas públicas, à expansão e interiorização do ensino superior nos governos petistas.

Essa fala traz um alerta quanto a forma de tratar a questão da identidade em torno dos nomes que são citados nas entrevistas. É curioso notar que quando se fala em nomes, são muito mais recorrentes os de Guerreiro Ramos e o de Maurício Tragtenberg. Porém, quando se fala de temas e especificamente o da burocracia, o nome de Prestes Motta surge nas entrevistas normalmente associado ao de Tragtenberg, sendo que àquele muitas vezes parece ser “esquecido” quando se fala em figuras pioneiras, passando a ser lembrado apenas quando se fala de burocracia ou quando estimulado pelo entrevistador⁵¹.

Desse modo, a identidade pode ser caracterizada a partir de nomes e nesse caso são lembrados como mais frequência, pelo menos nas entrevistas, os de Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg ou por agenda de estudos, sendo o nome de Prestes Motta associado ao de Maurício Tragtenberg nos estudos críticos a respeito da burocracia, como ilustrado na Figura 3.

Figura 5 - Pioneirismo quanto ao nome versus agenda



51 Aqui, peço licença para a escrita em primeira pessoa. Ao longo da minha formação acadêmica, o nome Prestes Motta esteve ligado ao seu livro de Teoria Geral da Administração – na graduação – e como um estudioso do tema burocracia – na pós-graduação. No entanto, ele nunca me foi apresentado com um dos pioneiros, já que era dada uma ênfase maior ao legado de Guerreiro Ramos e, em menor grau, ao de Tragtenberg. Talvez isso se dá devido a ligação história entre Guerreiro Ramos e o programa de mestrado em Administração da UFSC.

Em primeiro momento, achei que era uma questão de “escola” na qual me formei. Conversando com outros colegas, alguns originários da UFRGS, essa hipótese foi confirmada. Uma dessa colegas da UFRGS relatou que “lá” a ênfase era dada no legado de Maurício Tragtenberg e Prestes Motta e a mesma me disse, em conversa informal, que muitos dos professores “ditos críticos” de lá “fazem cara feia” quando alguém tenta defender o legado de Guerreiro Ramos como teórico crítico.

Voltando para as entrevistas, é perceptível a ênfase dada a um ou outro nome, mas ainda não havia ficado claro para mim o motivo pelo qual isso ocorre. Essa distinção só ficou clara ao longo da análise, sendo que ela converge justamente com a ideia de diferentes correntes/tradições teóricas que se desenvolvem no espaço da crítica em Administração no Brasil.

Fonte: elaborado pelo autor

Parte da literatura na área coloca Prestes Motta como um dos pioneiros da crítica ou no mesmo patamar que Guerreiro Ramos e Tragtenberg – vide Bertero (2003), Paes de Paula (2005) e Vieira e Caldas (2007) como exemplos –, mas a partir das entrevistas é possível observar a distinção sistematizada na Figura 3 e que, por sua vez, deve ser melhor analisada em estudos futuros com a finalidade de sua refutação ou não.

O critério geracional que se pretende explorar leva a identificar Prestes Motta não como um dos pioneiros das perspectivas críticas no Brasil, mas sim como pertencente a uma suposta primeira geração. Para tal, utiliza-se como argumento a dificuldade em identificar – nas entrevistas – menções diretas que o coloquem junto a Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg. Além disso, há o trabalho de Amorim e Brüning (2015) que, ao analisarem as influências de Maurício Tragtenberg na obra de uma suposta primeira geração de pesquisadores em Estudos Organizacionais Críticos no Brasil (EOCs), a identificam nos trabalhos de Prestes Motta.

E o que seria essa primeira geração? O que a caracteriza?

A partir da entrevista, há os professores-pesquisadores que se autodeterminam como integrantes de uma primeira geração e há os que são vistos – pelos pares – como pertencentes a uma suposta primeira geração.

Porém, não se trata aqui de estabelecer uma lista de nomes, mas sim compreender o que caracteriza essa ideia de uma primeira geração.

Para isso, temos dois aspectos que se sobressaem nos dados. O primeiro relacionado justamente com a continuidade do legado Guerreirista e/ou de Tragtenberg datados em um momento histórico específico e o outro relacionado a “rota de fuga” desses professores-pesquisadores.

O primeiro já foi discutido anteriormente e, resumidamente, diz respeito a agenda de estudos que se propõem a pesquisar e que estão na origem das duas vertentes distintas que ganham forma ao longo das décadas de 80 e 90. Porém, independentemente da vertente ou proposta de agenda de estudos, há algo que pode ser identificado como o “cimento” que une os tijolos e permite dar uma base firme e segura ao movimento da crítica em Administração no Brasil.

“Eles [Guerreiro Ramos e Tragtenberg] se colocavam contrários à hegemonia positivista na Administração”.

“A delimitação dos sistemas sociais é fundamental para analisar e pensar outras formas de organizar que estão à margem [...] ignoradas pelo [...] *maistream* funcionalista.”

O que precisamos é reconhecer a importância de teóricos críticos como Tragtenberg para enxergar o que o capitalismo procura jogar para debaixo do tapete [...] e que a Administração [...] tradicional não se interessa [...].”

[...] a formação tradicional formata o aluno para atuar em um tipo específico de organização. [...]

Ele [Guerreiro Ramos] reconhece o mercado como forma de organizar, mas também defende a coexistência entre diferentes modos de viver [...] o que a tradição funcionalista não reconhece.”

Os trechos destacados acima são exemplificativos de um elemento que se faz presente na constituição do movimento da crítica em Administração no Brasil: a crítica ao *maistream* positivista-funcionalista na Administração. Assim, o objeto da crítica, em sua origem, é o mesmo, mas os meios da crítica são distintos. E, na primeira geração, essa divisão se torna evidente à medida que se procura filiar-se a uma ou outra “origem” da crítica.

Quanto à “rota de fuga” observa-se justamente sua relação com a crítica ao *maistream*. Como “escapar” de uma formação hegemônica funcionalista diretamente influenciada pela tradição norte-americana?

A primeira geração – àquela que procura seguir com o legado dos pioneiros – encontra sua “rota de fuga” nos anos 80 via bolsas de estudos no exterior.

Nas palavras de Fischer (2003, p. 53)

No final dos 70 e início dos 80, professores brasileiros retornaram de bolsas de pós-graduação na França, Inglaterra e Canadá, influenciados por outras lideranças e comunidades de interesse. John Child, Stuart Clegg, Engéne Enriquez, Omar Aktouf, Jean François Chanlat são nomes representativos, entre outras influências exercidas sobre os bolsistas brasileiros, hoje também líderes de pós-graduação e de pesquisa em E.O. e da (re)construção do campo.

Porém, entre os nomes destacados pela autora ganham, nas entrevistas, maior relevância os nomes de Omar Aktouf e Alain Chanlat – esse não mencionado no trecho acima.

Esses nomes estão relacionados ao Grupo Humanismo e Gestão que foi formado no final dos anos 70 na Escola de Altos Estudos Comerciais da Universidade de Montreal/Canadá (HEC).

Diferentemente das abordagens funcionalista, esse grupo – coordenado por Alain Chanlat – contribui para a promoção de uma visão humanista e o ensino crítico-interpretativo na Administração (GRISALES, 2011, p. 104).

Ao longo dos anos 80, Chanlat inicia um período sabático no Peru e inicia um trabalho de divulgação e expansão do grupo por diversas universidades e escolas de Administração pela América Latina, incluindo o Brasil, a partir de uma plataforma que incluía, principalmente, eventos e publicações como, por exemplo, os colóquios internacionais “Ciências da vida e da gestão” e “As novas tendências em Administração” e os livros “La rupture entre l’entreprise et les hommes”, “Em busca de uma Administración para América Latina” e “O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas” (Ibid., p. 105).

Entre os temas centrais promovidos pelo grupo, podem ser destacados:

- a) a defesa de que a Administração deve ser majoritariamente uma teoria gerada a partir das especificidades culturais dos povos que a praticam e não unicamente uma teoria de validade universal;
- b) a ideia da interdisciplinaridade do conhecimento humano como fundamento para a renovação da Administração; e
- c) o resgate da integralidade do “ofício de dirigente” em contraponto o enfoque exclusivamente prático e instrumental que tem se dado ao ensino gerencial tradicional (Ibid., p. 105-107)

Esses três temas centrais têm como contexto a crítica aos modelos e teorias tradicionais da Administração e como finalidade a proposta de uma Administração mais humana, ou seja, voltada para as necessidades e especificidades dos indivíduos.

Por sua vez, ao retornarem do exterior, essa primeira geração passa a ocupar espaços institucionais e de docência, configurando, assim, o início da institucionalização da crítica e a formação de novos pesquisadores.

Fui um dos que tiveram a oportunidade de ir ao exterior com as bolsas de pesquisa. Naquela época, a GV estava fervilhando. Era o centro irradiador não só da crítica, mas da Administração no Brasil. A circulação de pesquisadores nacionais e estrangeiros era intensa. [...] Foi o momento de se capacitar e de se colocar no campo e [...] muitos dos colegas começaram nesse período.

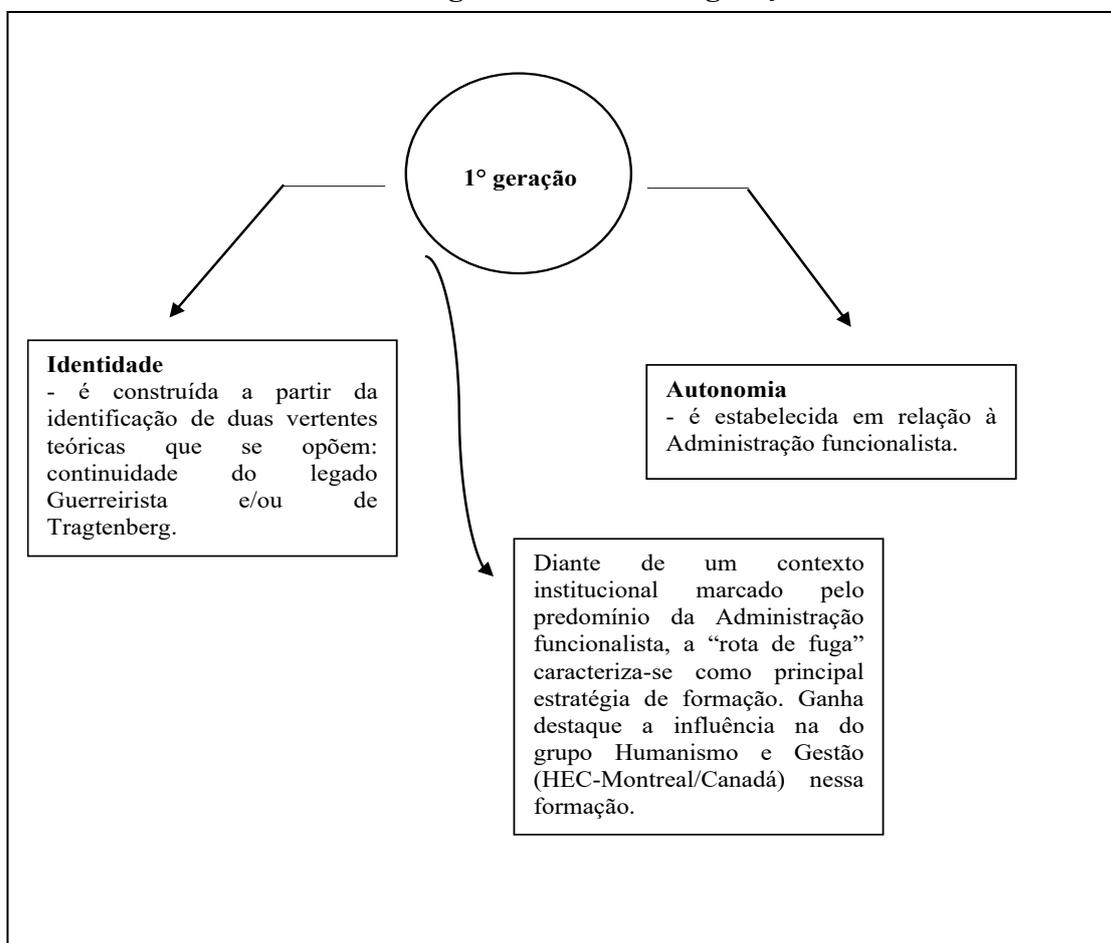
[...] Talvez se não tivesse existido o intercâmbio Brasil –Montreal não teríamos a atual configuração. A formação que tivemos naquela época permitiu que muitos professores tivessem os pré-requisitos para ingressar na carreira docente.

Postos esses dois trechos, é importante frisar a centralidade da FGV nesse primeiro momento. Tida, até hoje, como principal referência em Administração no Brasil, também teve um papel central na formação da primeira geração e contribuiu, assim, para a sua constituição e posterior institucionalização.

Assim, ver Figura 6, a busca por uma identidade da primeira geração diz respeito a seguir uma agenda de estudos – vias as bases lançadas por Guerreiro Ramos ou Maurício

Tragtenberg –, enquanto que a autonomia diz respeito a oposição feita à Administração funcionalista.

Figura 6 - Síntese 1º geração



Fonte: elaborado pelo autor

Enquanto que na primeira geração a identidade foi estabelecida entre as duas vertentes e a autonomia em relação à Administração funcionalista, na segunda geração – àquela que se constitui a partir dos anos 2000 – é possível observar o deslocamento dessas questões para outro patamar: a busca de identidade passa a se dar em torno do sentido da crítica e a autonomia passa a ser discutida tendo como referência a entrada de um novo ator no espaço em questão.

A identificação de uma “virada” geracional – temporal e espacial – não significa dizer que a agenda anterior tenha sido abandonada, mas sim que novos referenciais de ação entram em cena e esses são derivados, principalmente, das influências de um entrante no espaço da crítica ao longo dos anos 90: o *Critical Management Studies* (CMS).

Além disso, observa-se também a **institucionalização**⁵² da discussão em torno do seu sentido, sendo o seu principal vetor propulsor o fórum proposto pela Revista de Administração Contemporânea (RAC) que em 2005 publicou três artigos que se propunham a discuti-lo, tendo início com o artigo de Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005).

A **emancipação** – tema caro às perspectivas críticas – é o centro da discussão empreendida por Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005) e que dá início ao debate que ganha espaço na RAC no ano de 2005.

Para além da noção de emancipação, observa-se a partir de réplica e tréplica a institucionalização do debate em torno do que é ser crítico, ou, de qual seria a crítica “correta”.

É do primeiro artigo – Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005) – que ganha forma o termo “crítica domesticada” que vai se tornar um referencial de ação na disputa do que é “ser crítico” em Administração no Brasil.

A minha forma de pensar a crítica é classificada como uma crítica domesticada. E sabe por quê? Primeiro, porque tenho uma forte influência do Guerreiro e [...] depois não compactuo com a ortodoxia marxista. Para eles [os que compactuam com o argumento da crítica domesticada] não sou crítica só por causa disso.

Porém, o que significa o “rótulo” crítica domesticada?

Para Misoczky e Amantino-de-Andrade (2005, p. 216) “não se trata apenas de criticar a teoria dominante” e é por esse motivo que as autoras argumentam que é preciso “indicar as bases de transformação [...] inerentes a um contexto histórico, político e social específico”, sendo que a transformação é compreendida como emancipação ganhando essa a dimensão de objeto central de análise no artigo.

Tendo como referência a **Escola de Frankfurt**, as autoras levantam argumentos para analisar criticamente a “proposição de microemancipação” presente no texto fundador do CMS – Alvesson e Willmott (1992).

Além da Escola de Frankfurt, as autoras dão destaque, também, a Dussel, Maurício Tragtenberg e Prestes Motta – Guerreiro Ramos fica de fora – e, com isso, caracterizam o que seria uma **crítica domesticada** como àquela fundada em “formulações que correspondem a uma vertente pragmática, marcada pelo desejo de aperfeiçoar a prática gerencial e de ser aceita como parte do *maistream*”. Para as autoras, o CMS seria um exemplo dessa crítica.

Você pediu para que eu desse detalhes melhor o que eu quis dizer com a crítica domesticada. [...] Guerreiro Ramos é domesticado, CMS é domesticado, EGOS é domesticado, tudo que não é marxista é domesticado para eles.

⁵² Institucionalizada porque deixa de ser um debate “espalhado” e discursivo para assumir sua dimensão material via espaço proporcionado por um periódico científico.

Assim, o termo “crítica domesticada” parece ganhar o significado de uma “crítica não-marxista” e passa a ser utilizado como referencial de ação entre o “nós” e o “eles, ou seja, entre os marxistas e os não marxistas, os revolucionários e os reformistas, os críticos à Administração e os críticos na Administração.

Esse referencial de ação pode ser visto como elemento central que caracteriza a **identidade na segunda geração: a disputa em torno da crítica pela crítica**, distinguindo-se da geração anterior em que a disputa se dava entre uma crítica embrionária em contraposição à hegemonia funcionalista na Administração.

Por outro lado, o termo “crítica domesticada” também contém em si a ideia de **autonomia da crítica frente à institucionalização e expansão do CMS**, movimento que também pode ser visto como uma “crítica autorizada” (VIERA; CALDAS, 2007, p. 298).

A entrada do CMS enquanto ator no espaço da crítica se dá ao longo dos anos 1990, mas é a partir dos anos 2000 que sua influência passa a ser discutida sistematicamente.

Alcadipani e Davel (2003) apresentam uma proposta de sistematização dos estudos críticos em Administração a partir da análise da produção científica brasileira e, para isso, se valem de critérios para classificar o que seria crítico e o que não seria crítico com base em parâmetros estabelecidos por pesquisadores filiados ao CMS⁵³.

Ao comentar o artigo de Alcadipani e Davel, um dos entrevistados destaca que “o artigo é interessante [...] tem a sua relevância [...] no entanto é exemplo da influência do movimento do Reino Unido”. A influência a qual ele se refere é justamente o uso de parâmetros “importados” na análise da produção crítica nacional em Administração.

Por outro lado, em seu artigo, os autores dão ênfase ao fato de que “os estudos críticos brasileiros não são oriundos, nem uma simples consequência, do movimento anglo-saxão”, mas sim de estudos anteriores aos anos 1990, porém a influência de pensadores como Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta na produção acadêmica em Administração no Brasil “nunca forma estudadas de forma sistemática” (ALCADIPANI; DAVEL, 2003, p 73).

Pode-se questionar o impacto e a absorção que o trabalho deles [referência o artigo de Alcadipani e Davel] obteve no nosso meio. Como exemplo, é possível [...] enquadrar a produção nacional em categorias formuladas por um movimento que se diz crítico, mas que é posterior a autores como o Tragtenberg? Qual a relação entre categorias que foram propostas e a produção nacional que não se vê herdeira do CMS? [...] Penso que a análise deles diz alguma coisa, mas está distante da realidade [...] pelo motivo que procura estabelecer uma categorização que está distante das origens da produção nacional.

53 No composto complexo e heterogêneo de abordagens críticas, baseando-nos em Fournier e Grey (2000) e Alvesson e Willmott (1992b, 1996), podemos estabelecer três parâmetros fundamentais para identificar um estudo como sendo de natureza crítica. Segundo esses autores, além das nuances entre as diferentes tradições críticas em administração, variadas concordâncias e uma ampla gama de objetivos comuns permitem delimitar suas fronteiras identitárias, de ação e de pesquisa. São elas: (1) a promulgação de uma visão desnaturalizada da administração, (2) intenções desvinculadas da performance e (3) um ideal de emancipação (ALCADIPANI; DAVEL, 2003, p. 74).

O trecho destacado acima é representativo de uma ideia de autonomia em relação ao CMS e essa estaria diretamente relacionada ao que é considerado **pioneirismo da crítica** em Administração no Brasil personalizado nos nomes de Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg.

Paes de Paula *et al.* (2010) dedicam-se a esse aspecto e argumentam pelo pioneirismo e pela autonomia dos estudos críticos em Administração no Brasil, já que é possível identificar trabalhos com características críticas anteriores ao movimento CMS, trabalhos esses majoritariamente nacionais – Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg – desde a década de 1950 e pontualmente trabalhos em língua francesa na década de 1980.

Assim, os autores afirmam que

[...] no Brasil há uma tradição no que se refere aos EOC, ou seja, acadêmicos nacionais já realizavam trabalhos dessa natureza antes que se constituísse formalmente uma corrente na Europa e nos Estados Unidos.

Independentemente da perspectiva teórica, há consenso entre os professores-pesquisadores entrevistados quanto ao pioneirismo da crítica nacional. Porém, é possível observar dois pontos de tensão.

O primeiro – já discutido anteriormente – a respeito do “**grau de criticidade**” dos trabalhos de Guerreiro Ramos e Tragtenberg; e um segundo que está diretamente relacionado a autonomia em relação ao CMS.

Claro que não se pode negar o papel e a relevância deles [Guerreiro Ramos e Tragtenberg] para a perspectiva crítica. [...] Foram fundamentais para a formação de um pensamento crítico em Administração. Por outro lado, a contribuição teórica está aí, mas as pautas de pesquisa precisam ser atualizadas. Novos temas e possibilidades surgem com o CMS [...] e é por isso que eu não defendo a autonomia [...] e estou falando para você de autonomia teórica, temática, de método e isso tudo aí [...]. Eu defendo uma proposta internacional ligada ao CMS e a rede constituída a partir disso.

O argumento destacado acima é representativo de um entendimento manifesto por parte dos entrevistados no qual se reconhece o pioneirismo nacional, mas relativiza a autonomia da crítica nacional.

Nesse grupo fica claro o entendimento de que enquanto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg “fundaram” a crítica, a agenda de estudos derivadas desses autores precisam ser atualizadas. Porém, o que isso significa?

Tenho me dedicado a compreender temas contemporâneos e para isso eu me utilizo de referências teóricas mais adequados [...] É no CMS que entendo encontrar a comunidade de estudos que está mais alinhada com o que me interessa.

Não nego a importância de abordagens marxistas [...] porém penso ser pouco inovador estudar as questões feministas [...] ou de gênero [...] partindo de uma

perspectiva teórica que já me oferece as respostas de pronto [...] Você deve saber [...] As duas categorias [...] explorados e exploradores. Tenho interesse em compreender a “tessitura” social, as microconexões [...], os aspectos simbólicos. Depois do CMS essas questões ganham espaço por aqui e acredito que evoluímos para uma crítica mais ligada com questões reais.

O argumento aqui, como pode ser deduzido das falas anteriores, centra na questão da agenda de estudos. Para os professores-pesquisadores que relativizam a autonomia dos estudos críticos é esse o ponto de inflexão no processo de constituição da perspectiva crítica em Administração no Brasil. Para eles, é a agenda que não é autônoma como, também, as propostas teóricas, sendo possível apenas falar em pioneirismo da crítica nacional.

Além disso, dentro desse grupo, há uma pequena parte que argumenta que o pioneirismo não é totalmente original, já que deriva de referências internacionais que também influenciaram o CMS como, também, estudos pontuais de outros pesquisadores fora do Brasil e que antecedem o CMS.

Ou ainda, como afirmam Davel e Alcadipani (2003, p. 81), que a crítica em Administração no Brasil antecede o movimento anglo-saxão, mas que isso não significa necessariamente a constituição de um “pensamento crítico totalmente autônomo em relação ao que foi produzido no exterior, pois a influência de referenciais estrangeiros clássicos é altamente significativa”.

Outro aspecto presente nesse grupo é o argumento de os considerados como “pioneiros” da crítica no Brasil não estavam propondo a crítica em Administração.

Para essa sua pergunta irei resgatar algo que os defensores da tese de pioneirismo dos estudos críticos esquecem de dizer: eles [Guerreiro Ramos e Tragtenberg] não estavam falando da Administração. A preocupação deles, como sociológicos, era o social. Todos os dois são autores estudados na Sociologia [...]. Talvez mais o Guerreiro do que o Tragtenberg. [...] Há duas coisas que ligam os dois na Administração: uma é a trajetória acadêmico-profissional-institucional e a outra é o resgate que nós fizemos de suas obras para os Estudos Organizacionais.

Aqui o referencial de ação não diz respeito à originalidade, mas sim ao **contexto**, já que se utiliza do argumento de que a origem da crítica não estaria em si na Administração, mas sim na Sociologia.

A respeito da “trajetória acadêmico-profissional e de ensino”, o entrevistado detalha mais adiante que se refere ao o objeto de estudo que são as organizações (acadêmico), aos cargos e funções ocupados na Administração Pública e Universidades (profissional)– e pelas ligações dos dois aos cursos de Administração em instituições de ensino superior (ensino).

Assim, nesse grupo observa-se duas perspectivas de autonomia. **A primeira que reconhece o pioneirismo sem questioná-lo, mas que relativiza a agenda de estudos e a segunda que relativiza a originalidade do pioneirismo.**

No entanto, surge algo interessante no subgrupo que relativiza a originalidade do pioneirismo, já que ao mesmo tempo em que argumenta pela sua relativização defende a originalidade da proposta. E essa originalidade está diretamente relacionada a uma ideia de agenda de estudos autônoma.

Em um primeiro momento, essa percepção pode parecer contraditória, mas ganha sentido quando se detalha no que se traduz essa agenda estudos.

Mesmo eu colocando em discussão a hipótese do pioneirismo 100% original, preciso reconhecer a originalidade das pesquisas e os estudos que derivam delas mesmo depois da morte dos dois. [...] Até hoje, a agenda de estudos que surgem a partir do legado do Tragtenberg e do Guerreiro tem se mostrado relevante. [...] Claro que muita coisa se repete, só que no meio dessa repetição sempre se encontra algo novo. [...] É por isso que eles se transformaram nos pais da crítica em estudos organizacionais brasileiros, [...] só argumento que é importante destacar que como pioneiros eles beberam de outras fontes. [...] Só enxergaram mais longe porque estavam sobre os ombros de gigantes.

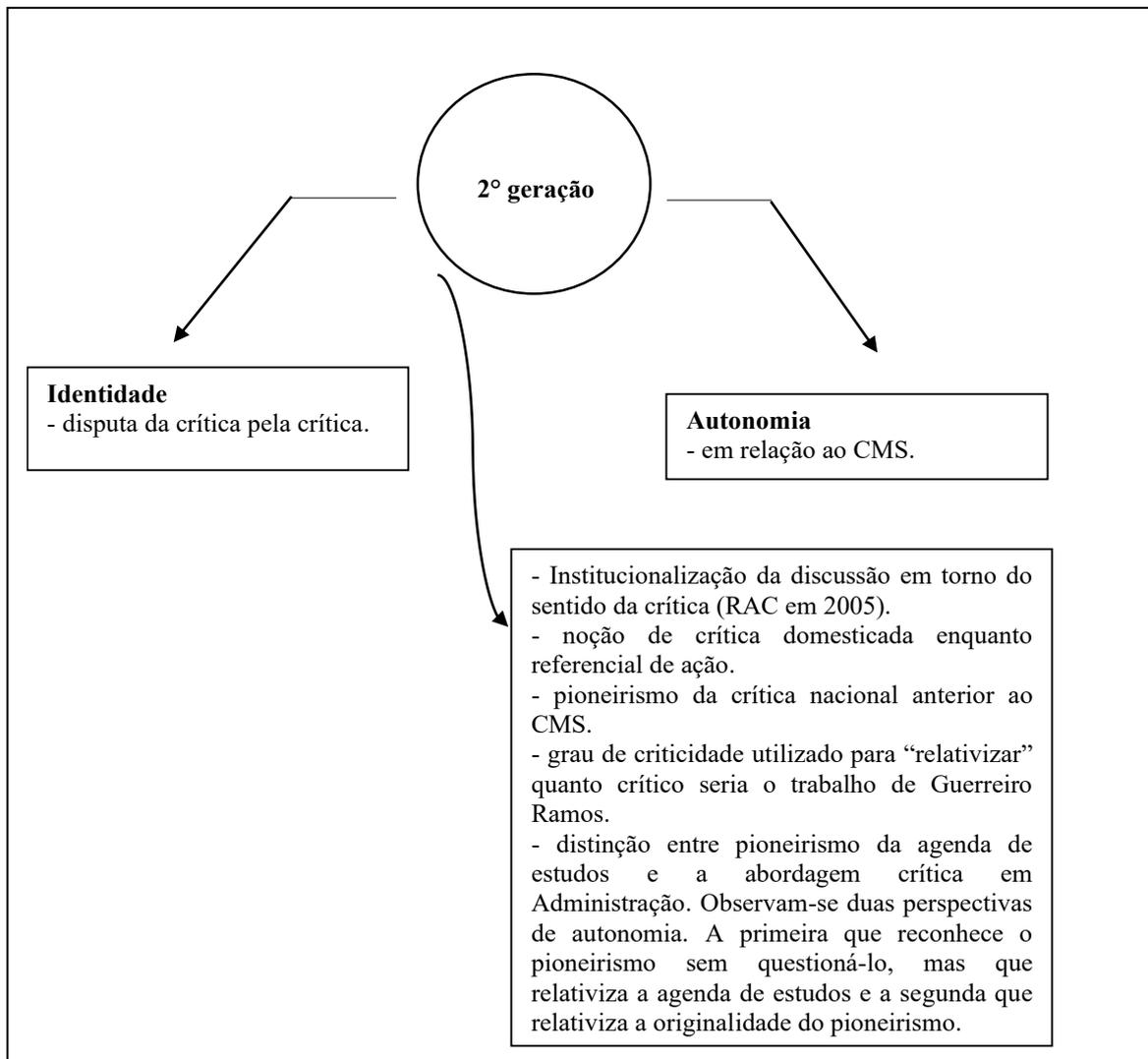
O que fica evidente é que há, na verdade, uma **distinção – talvez mais detalhada – entre pioneirismo e originalidade, sendo o primeiro de fato um consenso, mas o segundo podendo ser relativizado como foi discutido anteriormente.**

Assim, seria possível falar de uma agenda de estudos autônoma em relação ao CMS e essa estaria diretamente relacionada com os desdobramentos dos legados de Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg (vide resumo na Figura 7).

Ao analisar a produção nacional entre os anos 1980 e 2008, Paes de Paula et al (2010, p. 16) afirmam que “é válida a tese da tradição e autonomia da produção nacional”, mas apontam o crescimento da influência do movimento CMS. Porém, ressaltam que

[...] se há algum traço teórico que distingue o movimento CMS certamente é sua aproximação do pós-estruturalismo, presente especialmente em Alvesson e Willmott. No caso brasileiro, sua influência só se fez sentir mais recentemente, e, embora seja perceptível uma tendência de absorver as elaborações do CMS, há um patrimônio teórico e epistemológico autônomo que tem sido preservado.

Figura 7 - Síntese 2º geração



Fonte: elaborado pelo autor

No que concerne à terceira geração constata-se que as **discussões a respeito da identidade e da autonomia se tornam secundárias com relação à forma como ocorre nas gerações anteriores.**

Não significa que foi abandonada, mas que deixa de ser central a medida que é substituída pelo que pode ser caracterizado como **“fortalecimento” da crítica** e com, isso, novos referenciais e, conseqüentemente, estratégias de ação podem ser identificados na forma como essa geração age no espaço científico da crítica.

O deslocamento da crítica do eixo para o “interior” possibilita a essa geração uma certa liberdade e ao mesmo tempo a necessidade de ocupar espaços que antes não eram ocupados.

Enquanto que no eixo os espaços já estão ocupados e/ou as “posições institucionais” disponíveis são extremamente concorridas, **essa geração se beneficia da expansão e interiorização do ensino superior** – estimulado pelos governos petistas⁵⁴. Isso significa dizer que a crítica passa a ocupar novos espaços institucionais que estão à margem do eixo tradicional situado em grandes capitais (FGV, UFMG, UFRGS, UFPR, UFSC, UFBA e USP, principalmente).

Ao se “interiorizar” esses professores-pesquisadores se depararam com algumas dificuldades que passam a se colocar como elementos de prova (DODIER, 2005), sendo que os principais que podem ser identificados a partir dos dados coletados são:

- a) Infraestrutura deficiente;
- b) Dificuldades de “circulação”;
- c) Pouco ou nenhum “intercâmbio” com o eixo;
- d) Ausência de pós-graduação ou de experiência acumulada em pós-graduação;
- e) Disciplinas “mais técnicas”, principalmente nos institutos técnicos federais; e
- f) Excesso de trabalho burocrático;

Enquanto que os aspectos “a”, “e” e “f” também podem ser identificadas no eixo, os outros aspectos se constituem enquanto **gatilhos** (CHATEAURAYNAUD, 2017) para a constituição do entendimento da necessidade de “fortalecer a crítica” que, na verdade, diz respeito à **constituição de novos subespaços dentro do espaço da crítica a partir do seu “distanciamento institucional” do eixo.**

Quando fui nomeada e tomei posse tive o sentimento de dever cumprido [...] Depois de toda a minha dedicação e anos e anos estudando, ter sido aprovada em um concurso [...] eu vi como o final do trabalho [...] Estava enganada [...] precisei começar do zero aqui [...] colegas que não entendiam muito bem o que eu pesquiso, alunos pouco interessados, [...] ir para eventos não é tão fácil assim [...].

Eu não planejei fazer carreira em um instituto [...] foi a oportunidade que apareceu e eu agarrei porque eu sabia que seria difícil permanecer lá [universidade de origem do entrevistado] porque não tinha vaga e demoraria para surgir uma oportunidade. [...] Aqui acabei me envolvendo quase que exclusivamente com ensino e depois [...] do doutorado tenho dedicado pouco tempo à pesquisa, eventos.

Talvez a distância da UFRGS tenha sido positiva para mim. [...] Hoje eu me sinto mais livre para seguir o meu caminho. Tu sabes né? [...] fica aquele sentimento de dever algo ao teu orientador. [...] Daí tu acaba ficando preso a uma ou outra coisa. [...] Não é que rompi ou deixei de falar, mas aqui eu preciso estabelecer o meu espaço [...].

Fazer parte de uma Universidade que tradicionalmente não tem uma tradição crítica e ainda está no Nordeste [...] distante de tudo e de todos [...] é desafiador e por isso

54 Estímulo dado, principalmente a partir de políticas públicas dos governos petistas, à criação de novas universidades em cidades do interior do país e à criação de cursos de pós-graduação em algumas já existentes.

[...] e uma grande oportunidade [...] é um lugar que ficou esquecido e que por um tempo ninguém procurou ocupar.

Distantes – **geograficamente e institucionalmente** – do eixo seja por opção ou por falta dela, a terceira geração se “sente mais livre” e a constatação de “começar do zero” é vista como “oportunidade” para se estabelecer no espaço da crítica.

Assim, essa terceira geração se distancia dos referenciais de ação que caracterizam as gerações anteriores – identidade e autonomia – e passa a dar ênfase ao **“fortalecimento” da crítica que significa estabelecer suas posições dentro do espaço da crítica e, que por si só, passa a constituir enquanto referencial de ação e principal justificativa que orienta as práticas colocadas em ação pelos sujeitos.**

Dentre essas práticas ganha destaque a constituição de redes virtuais de pesquisa, o “trânsito virtual” centro-interior e o uso intensivo das redes sociais.

Diante do desafio da dificuldade de circulação – e aqui não se restringe à financeira, mas também de disponibilidade e logística – a constituição de redes virtuais de pesquisa e o **“trânsito virtual”** centro-interior/eixo-periferia têm sido estimulados – não apenas, mas principalmente pelos professores-pesquisadores que não estão nos principais centros do eixo sul-sudeste.

A menção à importância dessas estratégias de ação é mais presente na fala desses professores-pesquisadores e em sua totalidade se mostra **ligada à problemática das dificuldades de circulação e com o referencial de ação “fortalecimento da crítica”**. Enquanto que entre professores-pesquisadores que se encontra no eixo sul-sudeste normalmente é entendida como **“praticidade”** devido à falta de tempo diante de agenda ocupada e pela falta de recursos financeiros devido aos cortes orçamentários, não sendo possível identificar nenhuma menção ao seu entendimento como estratégia de ação que possa ser entendida como “fortalecimento da crítica”.

Por outro lado, a estratégia de ação “circulação centro-interior” é entendida, quase que de modo unânime, como uma forma de fortalecimento da crítica, sendo que essa circulação de dá principalmente por meio do convite para participação em bancas.

[...] quase todos os convites são vinculados à participação via algum tipo de Skype, mas sempre tem aquele que aceita vir até a gente.

Atualmente, pessoalmente entendo que não é fácil viajar apenas para participar de uma banca. [...] é cansativo [...] temos pouco tempo e ocupar ele em uma viagem não é prático.

Muitos convites eram negados com a justificativa que não poderia viajar [...] então o nosso programa flexibilizou a participação a distância de membro da banca e agora a

nossa tentativa de aproximação com outros programas e pesquisadores tem mostrado bons resultados.

Para além da participação em bancas de mestrado e doutorado, observa-se a utilização de uma **estratégia “colada”** que é a diversificação das atividades a partir do convite para ministrar aulas, seminários, palestras ou participar de rodas de conversa.

Então eu pensei: preciso aproveitar a oportunidade. Ele já estava vindo para participar da banca da [nome da orientanda emitido para não permitir a identificação] e então fiz o convite para ministrar uma aula no doutorado.

A experiência foi enriquecedora para o grupo. [...] passamos uma tarde conversando sobre as pesquisas e o grupo soube aproveitar o momento.

Junto com o convite para participar da banca eu também convidei ela para dar uma aula na graduação sobre o tema de pesquisa. Os alunos adoraram porque antes eu já tinha discutido o assunto e falado dela. Então eles trouxeram suas dúvidas. [...] Eles [os alunos] aproveitam essas oportunidades porque aqui elas são raras [...] e eles têm consciência dessa situação.

A partir dessa circulação o que se observa é justamente a **aproximação de pesquisadores independentemente da sua postura/vertente crítica**, o que confirma o fato de que nessa geração as diferenças epistemológicas permanecem, mas elas perdem a relevância diante da necessidade de afirmação no espaço da crítica que, por sua vez, tem como justificativa o referencial de ação “fortalecimento da crítica”.

Me aproximo de pessoas que estão dispostas ao diálogo. Nós nos formamos em um contexto de brigas teóricas e falo não só por mim [...] que isso enfraqueceu o nosso lugar enquanto possibilidade crítica para a Administração [...] E estar distante do centro das brigas me permitiu olhar com distanciamento algo que fui constantemente levada a não enxergar. [...] E as pessoas com que converso me dizem a mesma coisa. [...] Essa é razão pela qual eu te falei que estou focada no fortalecimento via diálogo e para isso não me importa a perspectiva crítica, mas sim a disposição para sentar e debater e de fato nos entendermos.

As redes sociais, principalmente o facebook, têm se configurado enquanto espaços de comunicação relevantes e a prática mais presente está na divulgação de trabalhos e eventos.

Um artigo meu é publicado e eu compartilho o endereço no facebook. Desse jeito eu percebo que aumenta a visibilidade do meu trabalho.

Eu até faço a postagem [...] No começo eu ficava tímido [...] Quando alguém gosta, a postagem é compartilhada e tem gente que eu nem conhecia que me procura para falar sobre o trabalho.

Acaba sendo uma agenda [...] o esquema de se interessar por um evento. [...] As pessoas compartilham, enviam o link, te marcam. [...] É uma ferramenta de alcance maior.

Por outro lado, há quem tenha um outro olhar sobre a prática

Eu acho que não é isso [discussão] que predomina no facebook. Me cansa ver ego. É uma pena a utilização só para aparecer. Divulgando mais um artigo publicado [...] Bota isso nos sites dos programas, redes de pesquisa. Ganhei prêmio tal. É uma necessidade de holofotes. Por outro lado, tem alguns poucos que publicam coisas interessantes suas e de outros, mas não é isso que predomina.

Você já deve ter ouvido a frase “quem não é visto não é lembrado” [...] Tem muita gente aí que só quer ser visto. Aparece em tudo que é local, divulga tudo que faz [...] quanto mais curtida melhor. Eu não chamo isso de ciência? [...] Curtidas e [...] seguidores não são indicadores de qualidade [...] As discussões do que é pesquisado e publicado as pesquisas sim.

[...] é a modernidade líquida porque precisamos ser notados e hoje ser notado rende mais do que produzir algo relevante. [...] Você não é ingênuo, nós não somos, mas estamos jogando o jogo que nos é colocado e a regra é a visibilidade, é aparecer. [...] Eu acompanho e a primeira coisa que olho são os comentários. Poucos discutem o artigo, a maioria é só elogio, para não usar outro termo aqui na sua entrevista.

O que se observa é que ao mesmo tempo que o uso das redes sociais é entendido como um meio de divulgação e fortalecimentos das redes de contato, esse uso também é visto como uma forma de autopromoção. Porém, um dos entrevistados pondera essa questão.

Sim, eu uso muito. E com a quantidade de informação que somos expostos diariamente e com as dificuldades em gerir nosso tempo, divulgar meus projetos e meus artigos publicados por meio do facebook é uma forma de facilitar o meu contato com quem se interessa pelo meu trabalho. [...] Eu sou o único pesquisador da nossa linha aqui na Universidade. Com quem eu vou conversar? [...] O facebook me aproxima das pessoas e elas de mim. [...] A época dos cientistas na torre de marfim acabou e muitos ainda não compreenderam essa mudança.

A “**virtualização**” do espaço da crítica facilita a comunicação entre sujeitos geograficamente distantes, mas também tem sido utilizada como estratégia de ação para o fortalecimento da crítica fora do eixo sudeste-sul e que, por consequência, resulta no seu próprio fortalecimento dentro do espaço da crítica em Administração.

No entanto, ao afirmarem – em sua maioria – darem menor relevância às diferenças epistemológicas em comparação às gerações anteriores, o que que aproxima esses pesquisadores? As estratégias de ação estão postas, mas o que leva pesquisadores de distintas vertentes teóricas a se aproximarem?

Além da já mencionada necessidade de fortalecimento de suas posições no espaço por meio da “união de forças” em um campo em disputa acirrada – não apenas teórica, mas também institucional –, observa-se que essa **aproximação também ocorre por meio da agenda de estudos.**

A agenda de estudos permite a esses pesquisadores se aproximarem com base nos objetos de pesquisa ou temáticas associados, independentemente da perspectiva teórica. No entanto, essa aproximação não se dá unicamente em torno de uma possível pauta de pesquisa,

mas também por meio de parcerias para ocupação de posições institucionais, sendo a mais comum a liderança de temas/linhas de pesquisa em eventos organizados pela ANPAD e pela SBEO, como também na organização e direção das referidas associações.

A respeito desse assunto, os entrevistados se mostram mais evasivos, mas alguns trechos das entrevistas sustentam essa análise.

Apresentamos uma proposta em torno do tema durante anos. Só depois que sugeri uma parceria com o [...] conseguimos entrar no ENANPAD.

Sou novo nessa coisa toda, mas para ter poder de decisão você precisa se aproximar das pessoas certas. Ninguém [...] quer abrir mão do que já tem porque os recursos são finitos.

Juntos temos mais força e assim vamos conseguindo colocar nossa pauta de estudos, primeiro na nossa pós e agora nos eventos.

Bom, me considero um outsider. O que eu quero é pesquisar e dar as minhas aulas. Só que chegou um momento que comecei a ter dificuldade em divulgar as minhas pesquisas e estou tentando resolver com a minha filiação na SBEO e me aproximar de pessoas que pesquisam a mesma coisa.

Apesar da maior “cautela” em falar sobre o tema, os entrevistados trazem para a discussão, recorrentemente, referências à ANPAD e à SBEO e que, por sua vez, aparecem associadas a diferentes percepções do sentido e da direção da crítica em Administração.

Devido a sua relevância institucional no campo, opta-se por tratar do tema em uma seção específica (4.3).

De volta às estratégias, ainda falta discutir um outro elemento que está relacionado com a forma como esses sujeitos estabelecem relações e se relacionam com dois fatores cruciais para a **socialização no espaço científico**: os eventos e as revistas.

Enquanto que na virtualização discutida anteriormente os professores buscavam superar “momentos de prova” relacionados com a distância dos grandes centros, no que diz respeito aos eventos e revistas os elementos de provas são outros e podem ser sintetizados como explicitado abaixo:

- a) endogenia das discussões; e
- b) pouco espaço em periódicos para publicação de pesquisas identificadas como fora do *maistream* funcionalista.

Em relação aos **eventos** é recorrente a percepção de que há pouca novidade nas discussões.

É todo ano a mesma coisa, ou quase a mesma coisa. [...] Precisamos oxigenar as discussões e trabalhos apresentados nos eventos. [...]
[...] Como líder de tema isso é um problema. Por mais que tentemos propostas diferentes das dos anos anteriores, os pesquisadores são os mesmos. [...]

Eu chego em um evento da Administração e já sei mais ou menos o que vai ser falado, contradito e respondido só olhando os autores dos trabalhos aprovados. [...] E pagamos por isso.

Não estou te afirmando que os eventos perderam a sua relevância social, mas que a relevância acadêmica tem perdido em qualidade e novidade. É uma impressão minha, não tenho nada elaborado sobre o assunto, mas a impressão que tenho é que de cada 10 trabalhos apresentados 1, e se for um dia de sorte, tem alguma coisa nova, interessante a ser debatida dentro da temática.

As falas acima se referem principalmente aos eventos organizados pela ANPAD e, em menor número, aos organizados pela SBEO.

No entanto, de forma geral, o que se deixa transparecer é que os eventos na área de Administração não têm sido vistos a partir de sua relevância acadêmica, mas sim social, como ilustra o trecho abaixo.

Hoje eu frequento os grandes eventos apenas para socializar, ver colegas que há tempo não vejo. Claro que assisto uma ou outra apresentação que tenha me chamado atenção. Só que não é essa a finalidade desses eventos. Se fosse, teríamos muito mais mesas de discussão e espaços para debate. [...] Hoje a sequência de apresentações é um modelo de produção em larga escala de enlatamento de papers.

Posto isso, a **endogenia das discussões** diz respeito a percepção que os sujeitos tem dos grandes eventos na área da Administração – majoritariamente referindo-se àqueles organizados pela ANPAD – no quais não se observa mais uma relevância acadêmica devido a pouca presença de trabalhos que de fato contribuam para o avanço científico da área.

No entanto, essa percepção é também compartilhada pelas demais gerações, mas as estratégias de ação postas em prática apresentam suas peculiaridades.

Entre os sujeitos classificados como pertencentes à 3^o geração se faz mais presente a afirmação de que se procura frequentar eventos organizados por outras áreas como sociologia, filosofia e psicologia. A justificativa é a de que nesses eventos as discussões são mais interessantes, além de serem vistas como fontes de possíveis “*insights*”. Além disso, nesses eventos eles se veem como desconhecidos, aproveitando para “escapar” do corredor com finalidade meramente “política” e de “networking”.

Entre os eventos na Administração, o CBEO (organizado pela SBEO) divide opiniões, sendo que a maioria o percebe como pouco endógeno.’

A proposta é muito mais democrática. Há diversidade de temas, teorias, objetos, origens, universidades, titulações. [...] É um evento plural e isso enriquece nossa área.

Ao que se propõe o CBEO? Interdisciplinaridade? Talvez sim. A proposta é interessante, o evento é promissor, mas cresceu demais e está ficando formatado e tendendo ao modelo do ENANPAD.

Outro evento mencionado nas entrevistas é o Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, sendo que é percebido pela maioria dos entrevistados como um evento totalmente diferente do que se vê atualmente no campo da Administração, tendo como características positivas:

- a) o tamanho e ambiente descontraído: “é pequeno e a gente consegue conhecer pessoas, interagir de forma mais humana”;
- b) temas diversos: “o colóquio tem seus temas para submissão padronizados, mas os artigos que são apresentados são diversos entre si”; e
- c) espaço para discussão: “temos tempo para discutir as apresentações [...]”

Desse modo, o que se percebe é o **desconforto com eventos que não favorecem a discussão e nos quais os trabalhos apresentados apresentem pouca novidade** (endogenia de discussões). Por outro lado, são vistos como eventos positivos àqueles que justamente propiciem um espaço que estimule o debate e/ou a apresentação de trabalhos que tragam alguma contribuição para a área.

Por outro lado, quando o assunto são os eventos internacionais há poucas referências por parte dos entrevistados (principalmente da 3º geração). E mesmo quando estimulados a falarem a respeito, são feitas menções gerais como, por exemplo, “é uma iniciativa interessante”, “tenho pouco interesse por esse evento”, “nunca fui”. Dessa forma, **os eventos internacionais não se configuram como espaço a ser ocupado imediatamente**. Infelizmente não houve a oportunidade para investigar os motivos dessa “pouca” preocupação em ocupar esse espaço, o que poderia ser promissor para melhor compreender as práticas científicas da 3º geração podendo configurar, assim, uma plataforma para estudos futuros.

No entanto, ainda sobre os eventos internacionais, os entrevistados que são identificados como do “eixo” manifestam maior interesse por esses eventos, principalmente ao *Latin American and European Organization Studies* (LAEMOS)⁵⁵. Sua periodicidade é de 2 anos, sendo que o evento ocorre desde 2006 e já passou por países como Cuba, México, Brasil, Chile e Argentina.

Considerado como sendo o primeiro evento de Estudos Organizacionais da América Latina, o LAEMOS tem como objetivo o fortalecimento dos laços entre pesquisadores latino-

⁵⁵ Vale ainda mencionar que o LAEMOS é um “braço” do European Group of Organizational Studies (EGOS). De acordo com informação encontrada no site do EGOS, informa que foi fundado em 1973 e é uma associação acadêmica que visa promover o avanço teórico e/ou empírico do conhecimento sobre organizações, organização e contextos nos quais as organizações operam. Como coletivo, um de seus principais objetivos é manter e dar voz às abordagens críticas e analíticas de seus membros para o estudo da organização em todo o mundo.

americanos e europeus por meio de estudos interdisciplinares organizacionais nas América Latina e Europa.

Porém, na última edição que ocorreu entre os dias 22 e 24 de março de 2018 na cidade de Buenos Aires/Argentina, o evento foi alvo de críticas sintetizadas em uma carta aberta. Essa, por sua vez, teve seus desdobramentos que são descritos resumidamente a seguir.

Essa descrição se faz relevante devidos aos aspectos abaixo.

- a) a maioria dos signatários da carta são sujeitos do espaço da crítica no Brasil e, assim, se configuram enquanto sujeitos de pesquisa;
- b) o embate descrito é entendido como ilustração da disputa pelo sentido da crítica, ou seja, é um desdobramento prático dessa disputa; e
- c) é um exemplo de que os processos ligados à internacionalização são complexos, justamente por estar permeado por conflitos, ou seja, distintas lógicas de ação norteadas por referenciais de ação tratados na presente tese.

No dia 16 de abril foi encaminhada uma carta aberta ao comitê do LAEMOS e à Diretoria do Egos. Essa foi assinada por 112 membros (vide anexo I com a carta completa).

A carta é resultado de discussões informais e procura sintetizar as principais preocupações acerca dos rumos do LAEMOS em torno de três aspectos centrais: valores, governança e prioridades. O Quadro 8 visa resumir o conteúdo dessa carta.

Quadro 8 - Síntese Carta Manifesto (LAEMOS)

Aspectos Centrais	Desdobramentos
Valores	Centralização continua do Norte Global através do domínio norte-americano e europeu entre as comunidades acadêmicas da América Latina. Exemplos de práticas nesse sentido: todos os palestrantes de universidade de elite do Norte Global; não houve esforços para a tradução das apresentações em inglês para o espanhol e português; prêmio Eduardo Ibarra-Colado não foi concedido; baixa presença de estudantes e pesquisadores argentinos (sendo que não foi observado engajamento com a realidade argentina em geral) e a adequação do calendários de aulas da universidade que recebeu o LAEMOS 2018 às necessidades e calendário do Norte Global.
Estrutura de governança e transparência	Percepção de haver pouca estrutura de governança e transparência em torno da tomada de decisões, tais como: Baixa diversidade do comitê organizador e falta de clareza de como ele é formado e quais seriam os termos das funções; o acordo para a constituição de um painel latino-americano permanente não foi cumprido; falta de clareza no processo de escolha dos palestrantes; falta de transparência dos processos de seleção e tomada de decisões que levaram à escolha da instituição anfitriã e a pouca clareza no processo de organização dos temas (principalmente referente ao número mínimo de artigos por tema).
Prioridades	As prioridades da conferência, em termos de programação e apoio financeiro, não pareciam valorizar a pesquisa e a prática latino-americanas em relação à pesquisa eurocêntrica e centrada nos americanos, a saber: distanciamento das bases do LAEMOS estabelecidas em 2006 e 2008 por meio de uma constituição original a qual priorizava centralizar os estudos latino-americanos e as perspectivas críticas em geral na conferência; pouco esforço para encorajar e engajar a participação de não-europeus.

Fonte: elaborado pelo autor

A carta também contém algumas recomendações sugeridas, podendo ser destacadas:

- a) prioridade aos pesquisadores latino-americanos de modo a cumprir os objetivos fundadores do LAEMOS;
- b) palestras principais em espanhol ou português;
- c) tradução do material institucional para o espanhol ou português;
- d) restabelecimento do prêmio Eduardo Ibarra-Colado;
- e) taxas de subsídio para os delegados latino-americanos devem levar em conta a realidade dos salários da América Latina, como também as taxas de inscrição no evento;
- f) implementação de um modelo mais consultivo na organização da conferência.
- g) estabelecimento do painel latino-americano internacional permanente;
- h) ampliar a oferta do evento entre os países latino-americanos, principalmente naqueles sub-representados no LAEMOS; e
- i) efetivação da constituição original.

No dia 9 de maio de 2018, o presidente do EGOS – Markus Höllerrer – envia resposta (em nome do conselho do EGOS) à carta aberta que foi enviada (Anexo II).

A resposta informa que as questões levantadas pela carta aberta serão discutidas na próxima reunião do Conselho do Egos em julho daquele ano e com isso poderá ser dada uma resposta com mais detalhes. No entanto, de forma geral, o presidente da EGOS destaca que alguns dos signatários da carta aberta fizeram parte do conselho consultivo do LAEMOS 2018 e em nenhum momento entraram em contato com o conselho do EGOS ou com os organizadores locais para manifestarem preocupações e sugestões.

Em 9 de maio de 2018, a mensagem do presidente da EGOS é respondida (vide Anexo III) sob a rubrica de “Delegados e Amigos do LAEMOS 2018”.

A resposta resgata algumas das críticas propostas, aponta que apenas um dos signatários é integrante do conselho do LAEMOS e diz aguardar uma resposta formal após a reunião do conselho do EGOS em julho.

Essa resposta foi enviada por email (vide ANEXO IV) no dia 19 de julho de 2018. Trata-se de um email longo no qual o conselho da EGOS faz uma declaração em relação ao seu envolvimento futuro no projeto LAEMOS e apresenta algumas respostas pontuais que em síntese são:

- a) coloca que alguns dos signatários da carta aberta não participaram do LAEMOS 2018 ou de nenhum outro evento LAEMOS;

- b) reconhece o mérito de algumas das recomendações, mas refuta qualquer insinuação de neocolonialismo, racismo ou sexismo;
- c) reconhece o erro na falta de traduções do inglês para o espanhol ou português e lamenta a falta de trabalhos que tratassem da realidade latino-americana e o fato do prêmio Eduardo Ibarra-Colado não tenha sido concedido em 2018; e
- d) enfatiza o fato do LAEMOS ser uma iniciativa comunitária e que o papel do EGOS é o de representar o pesquisadores europeus nessa iniciativa como, também, dar apoio na organização. Além disso, afirma-se que o papel do EGOS sempre foi visto como limitado e que as decisões são tomadas pelos organizadores locais.

A respeito das respostas pontuais, algumas delas estão no Quadro 09.

Quadro 9 - Síntese resposta EGOS

Aspecto apontado pela carta aberta	Resposta do Conselho do EGOS
Estrutura de governança do LAEMOS	O LAEMOS não possui forma legal (isto é, não é uma associação) ou estatutos formais, portanto, atualmente, não possui uma estrutura formal de governança estabelecida ou acordada. De nosso conhecimento, não existe um documento fundador ou um conjunto escrito de princípios orientadores.
Papel do EGOS no projeto LAEMOS	O conselho do EGOS e o EGOS como uma associação sempre seguiram o princípio de deixar as decisões nas mãos dos organizadores locais. Como alguns de vocês sabem, o projeto LAEMOS perdeu força depois de algumas edições e estava parando a ponto de a reunião semestral estar em risco há alguns anos atrás. Foi nessa época que o EGOS foi chamado pelos membros da comunidade do LAEMOS para garantir a sobrevivência do LAEMOS, principalmente por oferecer infraestrutura institucional. Vale ressaltar que esse engajamento ocorreu a pedido e com o consentimento de alguns dos principais atores latino-americanos da comunidade LAEMOS na época.
Multidisciplinaridade / diversidade	Nossa disposição de participar de colaborações e parcerias globais depende da simetria de valores e da inclusão de uma ampla variedade de abordagens teóricas e metodológicas que caracterizam o domínio da pesquisa organizacional.
Aspectos financeiros	O EGOS não recebe fundos ou receitas da LAEMOS - e nem nossos “funcionários” (como não temos nenhum). Um mal-entendido pode advir do fato de que os três últimos locais utilizaram os serviços de um organizador profissional de conferências e de um freelancer recomendado pelo EGOS - e obviamente esses custos são cobertos pelo orçamento da conferência. Enquanto o EGOS recomenda o uso de provedores de serviços confiáveis, os organizadores locais têm liberdade para fazer suas próprias escolhas.
Estrutura das taxas	Não existe taxa de associação ao LAEMOS. Os signatários devem estar cientes de que algumas das sugestões da carta aberta acarretam custos adicionais substanciais que precisam ser refletidos adequadamente nas taxas da conferência de forma a possibilitar a sua viabilidade financeira.
Seleção de locais futuros do LAEMOS	O processo é feito por chamada pública amplamente divulgada. Para o evento de 2018 houve apenas uma proposta submetida. Vale ressaltar as propostas são avaliadas por estudiosos latino-americanos e europeus envolvidos na organização de conferências anteriores do LAEMOS.
Prêmio Eduardo Ibarra-Collado	Lamentamos que o prêmio Eduardo Ibarra Colada não tenha sido concedido em 2018 (depois de criado em 2014 e concedido pela segunda vez em 2016). Este prêmio não é um Prêmio EGOS, mas iniciado e patrocinado por instituições latino-americanas - e parece que os organizadores locais confiaram nos iniciadores do prêmio e nos iniciantes nos organizadores locais para mantê-lo na agenda. Entramos em contato novamente com o principal iniciador do prêmio em 2014, que adoraria vê-lo restabelecido, mas também enfatizou que alguém da

	comunidade precisará assumir a liderança nesse esforço.
Palestras	Ambos os palestrantes são autoridades respeitadas em seu campo de investigação acadêmica. Aceitamos a preocupação de que ambos eram de um contexto anglo-americano. Houve várias tentativas dos organizadores locais para garantir uma palestra local que não deu certo no final. A escolha das palestras é uma parte importante da organização de um evento e, portanto, acreditamos que os organizadores locais precisam ter total discricção para tomar essa decisão. No entanto, concordamos que foi uma pena que as palestras não tenham explicitamente conectado seu trabalho às questões latino-americanas e às prioridades de pesquisa.
Questões linguísticas	Reconhecemos que é desejável traduzir as apresentações em inglês (a carta aberta menciona palestras e artigos) para espanhol e português. No entanto, o inglês se tornou a língua franca da academia global e é indispensável nos esforços para estabelecer diálogos entre diferentes tradições de bolsa de estudos através das barreiras linguísticas. No EGOS, esse é um desafio bem conhecido, dado os muitos idiomas falados em nossa comunidade na Europa e além (considerando nossa participação cada vez mais global). Desde a edição anterior do LAEMOS, havia uma percepção de que o conhecimento de inglês entre os participantes está em um nível que não requer tradução de palestras. Isso pode ser diferente para falar / apresentar ativamente em inglês, pois muitos subtemas seguiram a tradição do LAEMOS de apresentar slides em inglês, mas permitindo apresentações em espanhol e português, com colegas fornecendo traduções de apresentação e comentários (em ambas as direções).

Fonte: elaborado pelo autor

Diante de cenário posto, a diretoria do EGOS anuncia o encerramento de seu envolvimento na coordenação direta do LAEMOS.

We interpret the open letter as indicating a willingness on the part of its signatories to step up and take more direct responsibility in serving the LAEMOS community. We believe that there is enough momentum for LAEMOS to create the self-governing mechanisms that we, as a European association, neither can nor wish to propose.

The EGOS Board therefore concluded in its last Board Meeting on July 7, 2018, after long and intense discussions, that it is time for us to step to the side and end our engagement in the direct, practical coordination and governance of the LAEMOS project in order to give the community the space and time needed to establish, from within itself, the appropriate self-governing mechanisms. This is also an opportunity for LAEMOS to redefine its future formal relationship with EGOS in a mutually beneficial way. For us, the idea of an independent Latin-American association that openly collaborates with EGOS has been the vision and understanding of not just the current EGOS Board, but also the past leadership of EGOS.

We are convinced that due to the engagement of so many scholars the LAEMOS project has come a long way. EGOS is proud to have been a part of this successful journey, and we wish those who will carry the torch further the very best. In our view, the LAEMOS project continues to hold much promise for the ongoing and mutually beneficial exchange between Latin-American and European organization scholarship. And as individual scholars (some of us active members of the LAEMOS community), we look forward to contributing to it.

Após a declaração do conselho do EGOS mais duas comunicações foram identificadas: uma do comitê organizador do LAEMOS 2018 e outra da *Universidad de los Andes* (instituição responsável pelo LAEMOS 2020). Ambas podem ser lidas no Anexo V e Anexo VI, mas os trechos principais seguem abaixo.

Sobre a comunicação do comitê organizador do LAEMOS 2018 enviada no dia 31 de julho de 2018:

[...] O Comitê Executivo de EGOS nos ofereceu desde o início o seu apoio, ao mesmo tempo que nos deu liberdade absoluta em todos os aspectos da conferência, tanto em termos de seu conteúdo como em suas formas organizacionais.

[...] Nesse mesmo espaço de liberdade, decidimos convidar alguns colegas latino-americanos para falar nas sessões plenárias. Lamentavelmente, e por diferentes razões pessoais dos candidatos, essas apresentações magistrais não se concretizaram. Reconhecemos que a dificuldade que tivemos em engajar oradores locais afetou o equilíbrio de vozes nas sessões plenárias. Acreditamos, no entanto, que essa pluralidade existiu nas sessões de cada um dos sub-temas, nos quais tivemos um registro histórico em termos de quantidade, diversidade temática e teórica.

[...] replicamos a estrutura organizacional, taxas de inscrição e eventos sociais das edições anteriores de LAEMOS. Esse processo, que às vezes assumiu uma natureza arqueológica já que as diretrizes do LAEMOS são baseadas em acordos anteriores de alguns membros da comunidade, nos levou a cometer algumas omissões involuntárias. O maior deles, e do qual nos arrependemos profundamente, foi a não entrega do prêmio Eduardo Ibarra-Collado, em homenagem póstuma ao nosso prezado colega.

Já a respeito do comunicado emitido pela Universidade de los Andes, em 17 de setembro de 2018, há esclarecimentos a respeito do processo de escolha da Universidades como organizadora do LAEMOS 2020 e declara que não mais irá organizar o evento previsto para 2020.

Até o momento de fechamento da presente tese não foi encontrada nenhuma informação sobre a realização do evento no ano de 2020 ou posterior.

Sobre as repercussões do processo descrito abaixo, pouco se tem falado. Durante as entrevistas, muitos afirmaram não conhecer muito bem o caso e preferiram não opinar ou fizeram comentário generalistas que reproduzem o conteúdo da carta aberta.

Ao pesquisar nos sites das duas principais associações científicas na área de Administração no Brasil (ANPAD e SBEO) também não foi identificada nenhuma menção sobre o assunto.

A única nota institucional foi identificada no site da “*Decolonizing Alliance*⁵⁶”. A nota sintetiza o conteúdo das mensagens e critica o ato unilateral do conselho do Egos de encerrar seu engajamento direto com a coordenação e governança do LAEMOS.

Ao que diz respeito o segundo momento de prova – **pouco espaço em periódicos para publicação de pesquisas identificadas como fora do *maistream* funcionalista** – os sujeitos argumentam que diante da falta de espaço para a publicação de suas pesquisas é preciso criar novos espaços e formas de divulgação. Essa muito mais relacionada com o

56 O site traz poucas informações sobre essa associação. Na aba “about” informa apenas que a aliança foi formada em 2016 durante o “Critical Management Studies Conference” como resposta à “esmagadora brancura, masculinidade e anglo-eurocentrismo da disciplina de estudos organizacionais, mesmo dentro do subconjunto dos estudos organizacionais críticos”. Além disso, informa também que os “os membros fundadores concordaram em se apoiar por meio da colaboração, tradução, solidariedade ativa e compartilhamento de recursos materiais e educacionais

Sempre que possível, e serem liderados por estudiosos do sul global e estudiosos “of colour” do norte global”.

“formato” das publicações e aquela a necessidade de periódicos com linhas editoriais convergentes com as temáticas e perspectivas críticas.

Quanto à forma, afirma-se recorrentemente nas entrevistas que o formato atual não deixa espaço para criatividade. Os principais elementos associados a essa afirmação são o número limitado de páginas/palavras e o formato rígido imposto pelas revistas.

Eu pergunto: como criar se não nos é permitido? Querem que sejamos objetivos, mas como ser objetivo em um ensaio teórico? Ou como escolher entre dados e o quanto de palavras temos? Eu perco muito tempo buscando meios de cortar palavras para ganhar algumas linhas a mais. [...] Depois vem a avaliação e o comentário mais comum é: poderia detalhar melhor algo, faltou explicar isso, e assim por diante. Não, não faltou. Eu tive que cortar para que o artigo se enquadra.

Esse é momento de prova comum entre todos os entrevistados – independentemente da geração –, mas o que as diferencia é como a 3^o geração tem procurado lidar com essa situação.

Várias são as estratégias de ação colocadas em prática ou defendidas, sendo que todas podem ser “aglutinadas” em torno de uma estratégia de ação principal: **defesa e/ou uso de novos meios/canais de divulgação dos resultados de pesquisa.**

Se desdobramento se dá em práticas como o uso de vídeos, novos formatos de apresentação (*música e performances*) e novas formas de escrita (a defesa do “eu” na escrita). Por outro lado, vale destacar que o que se observa é muito mais o uso da última prática e a defesa das primeiras.

Sobre os novos espaços, há uma forte preocupação diante da sua perda progressiva em periódicos que antes eram mais abertos às perspectivas críticas como, por exemplo, o Cadernos.EBAPE e o Organizações e Sociedade (O&S).

Quando o Tenório ainda era editor dos Cadernos, havia muito mais espaço para a nossa área. [...] Com a mudança do corpo editorial esse espaço tem diminuído. A mudança de direção do Cadernos.EBAPE resultou em um outro rumo da revista. [...] Só que ela não desvirtua a sua linha editorial que é ampla [...] ainda há espaço para artigos de estudos organizacionais críticos, mas também tem se dado maior espaço para outras perspectivas teóricas que até então não tinha tanto espaço, mesmo estando inclusas na linha editorial.

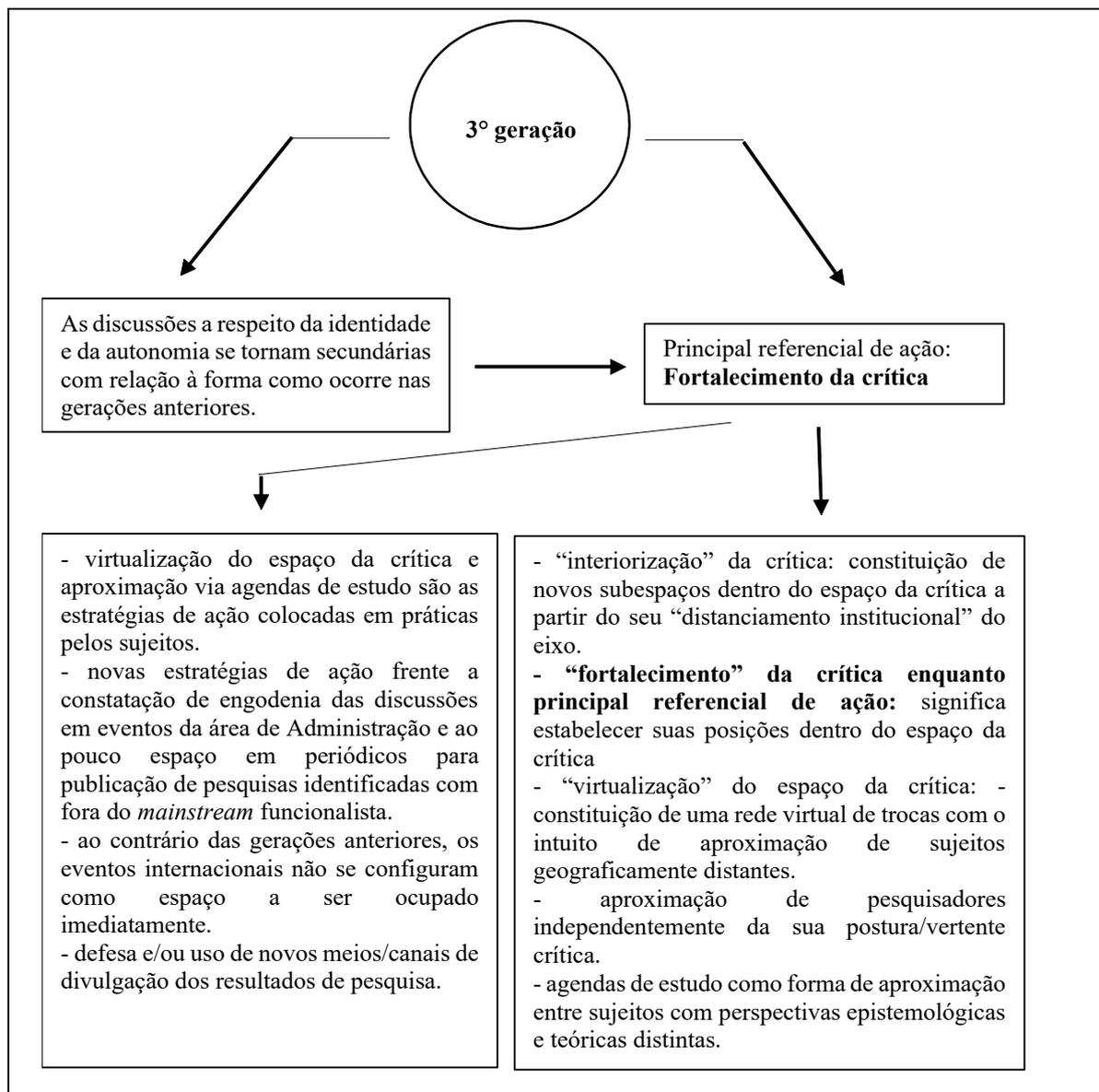
A mudança nos Cadernos da EBAPE foi muito clara após a saída do Tenório, mas na O&S foi aos poucos. Já faz tempo que vinha sendo feita essa transição e o que eu acho é que tem a ver com o projeto de internacionalização da O&S.

Diante desse cenário, atualmente a Revista Farol é percebida pelos entrevistados como o principal periódico para perspectivas críticas por dois motivos principais:

- a) a própria linha editorial⁵⁷ claramente voltada para as perspectivas e temáticas críticas; e
- b) o engajamento no espaço da crítica do seu idealizador e atual editor.

Posto isso, a Figura 8 apresenta a síntese dos principais elementos abordados sobre a 3º geração.

Figura 8 - Síntese 3º geração



Fonte: elaborado pelo autor

⁵⁷ **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, periódico científico quadrimestral do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (NEOS/FACE/UFMG), busca fomentar, propagar e contribuir para os estudos organizacionais em uma ótica não-funcionalista. Nesse sentido, este periódico constitui um espaço interdisciplinar, aberto para que se possa discutir e propor temáticas, abordagens críticas e inovadoras e objetos não ortodoxos nos estudos organizacionais. A ideia é que, a partir de uma perspectiva plural dos pontos de vista ontológico, epistemológico, teórico e metodológico, e não pautada pelo gerencialismo, seja possível propor, discutir, criticar e teorizar para a compreensão da complexa dinâmica da sociedade e suas interfaces com as organizações.

Para encerrar essa seção, ainda é preciso apresentar considerações sobre ao assunto identidade e autonomia na 3^o geração.

Como já discutido anteriormente, identidade e autonomia se constituem enquanto eixos norteadores para a compreensão de como os sujeitos agem no espaço da crítica.

Enquanto que nas primeira e segunda gerações observa-se uma maior relevância desses dois aspectos para a identificação das práticas, na terceira geração esses não possibilitam tal aporte justamente por terem ser tornado secundários e, de certa forma, substituídos por um referencial de ação até então ausente: o **fortalecimento da crítica**.

Porém, **não significa dizer que as discussões a respeito da identidade e da autonomia não permeiem os referenciais de ação da 3^o da geração**, até porque essa se vê também imersa no mesmo mundo das gerações anteriores, sendo influenciada por elas e também influenciando-as.

O que pode ser observado é que **tanto identidade quanto autonomia orbitam em torno da ideia de fortalecimento da crítica** e isso ocorre por alguns motivos, a saber:

- a) percepção de que as divisões no espaço da crítica herdadas dos embates teóricos e institucionais nas gerações anteriores teve como consequência uma visão distorcida desse espaço perante o *mainstream* da Administração;
- b) a discussão a respeito da identidade se torna menos importante diante de um espaço permeado por perspectivas teóricas plurais;
- c) a autonomia ganha um sentido de reconhecimento e respeito mútuo perante a diversidade – de perspectivas teóricas e de agendas de estudos – que habita o espaço da crítica.

Posto isso, na terceira geração é possível observar uma tendência – ainda não consolidada e manifesta apenas por alguns dos sujeitos – de “**negação do rótulo de crítico**”.

Essa negação é melhor identificada nas entrevistas em contraponto justamente ao motivo da alínea “a” acima, sendo que é manifesta – por parte de alguns dos entrevistados – uma resistência em serem “rotulados” como críticos. No entanto, **a crítica ao qual se referem tem um sentido específico que está diretamente relacionada ao sentido da crítica à Administração e, de modo mais específico, a crítica de base marxista.**

Os outros falam, mas não me acho crítico. Não tenho nenhuma aproximada com o que o eles propõem do que é crítico.

Nunca gostei de ser classificado como crítico [...] não sou marxista e nada disso aí. [...] Meus temas de pesquisa sim, mas meus referenciais não.

Porém, o sentido da crítica que é negado por esses sujeitos pode ter origem em um processo de “**sinonimização**” que foi identificado na coleta e análise de dados.

É comum entre os sujeitos da pesquisa a atribuição de um mesmo significado para a palavra crítica no que diz respeito a qual perspectiva teórica ela estaria se referindo. Assim, observa-se um processo – já bem consolidado no espaço da crítica – de que o vocábulo “crítica” **adquire matizes semânticas** dos termos “teoria crítica” e/ou “marxismo/marxista”.

Esse processo de **sinonimização** se constitui a si mesmo um dispositivo de natureza semântica (DODIER; BARBOT, 2016) que dá origem a dois referências de ação (alíneas “a” e “b” abaixo) a partir de um mesmo momento de prova (qual o sentido da crítica):

- a) crítica está diretamente relacionado com a perspectiva marxista e/ou teoria crítica (Escola de Frankfurt);
- b) crítica não é apenas o que se restringe às perspectivas marxistas e/ou frankfurtinas.

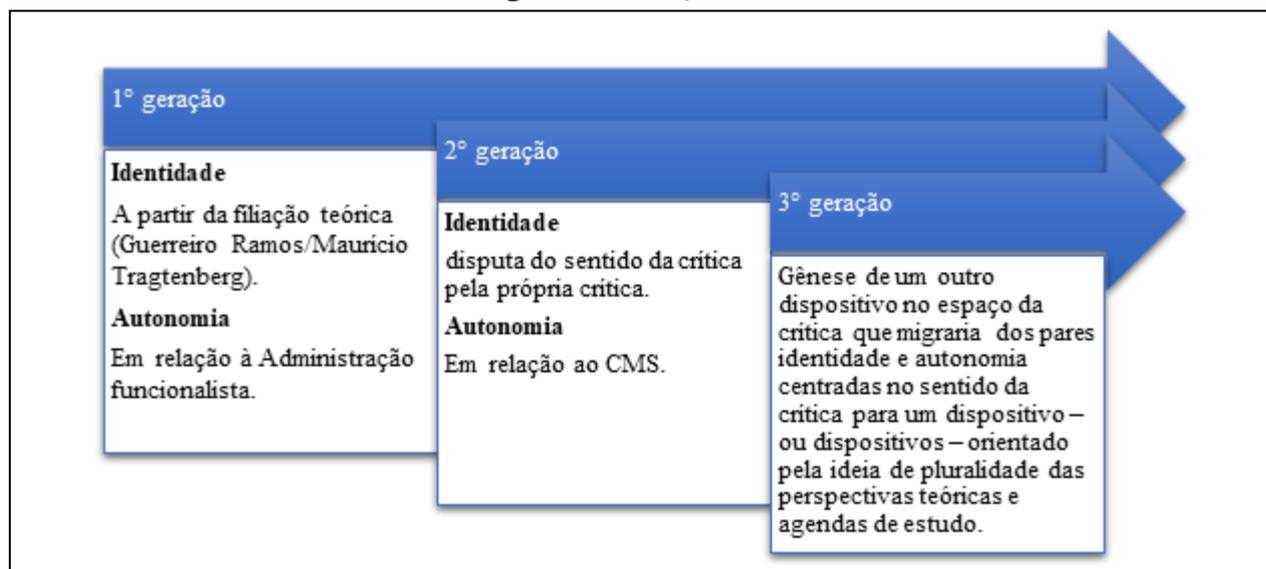
Outra vez, **retorna-se à polarização de sentido da crítica** – entre crítica à Administração versus crítica na Administração –, porém, aqui, ela ganha uma nova faceta que é a de justamente ser utilizada como referencial de ação – na terceira geração – para a negação do “rótulo de crítico” e isso que essa negação significa: a disputa entre o sentido da crítica passa a ser entendida por essa geração como algo negativo a ponto de uma parte dos sujeitos rejeitarem ou não se verem como críticos.

Porém, o que isso significaria? Quais seriam os possíveis motivos? Quais seriam os seus desdobramentos práticos?

Como dito, é um movimento embrionário e, portanto, de difícil análise. Contudo, esse movimento pode significar – no futuro – a **gênese de um outro dispositivo no espaço da crítica que migraria dos pares identidade e autonomia centradas no sentido da crítica para um dispositivo – ou dispositivos – orientado pela ideia de pluralidade das perspectivas teóricas e agendas de estudos.**

Assim, ao invés de uma filiação em torno de um sentido da crítica, a identidade e autonomia da terceira geração poderia estar indo em direção de uma identidade plural, não mais centrada em uma ideia ou outra do que seria crítica, mas sim no reconhecimento da diversidade teórica e empírica da crítica (Figura 9).

Figura 9 - Direção da crítica



Fonte: elaborado pelo autor

4.3. ANPAD E SBEO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISPUTA PELO SENTIDO DA CRÍTICA.

Até o momento, a identificação de referenciais de ação discursivos foram o meio pelo qual se procurou compreender o sentido e a direção da crítica em Administração no Brasil. A partir desses referenciais de ação, foi possível identificar o processo de **transformação do significado de “ser crítico” em Administração e algumas das estratégias de ação colocadas em prática nesse processo.**

Porém, a disputa do significado de “ser crítico” não ocorre apenas na dimensão do discurso, mas ganha também forma material e a sua expressão por excelência é a dimensão institucional.

As instituições, enquanto dispositivos, são entendidas tanto como fontes legítimas de referenciais de ação como, também, formadoras de controvérsias devido ao duplo caráter da noção de dispositivo empreendida na presente tese.

Desse modo, associações como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e a Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO) configuram-se como “entidades” que compõem espaço da crítica em Administração no Brasil não apenas por serem organizações no sentido estrito do termo, mas também por serem acionados pelos sujeitos na medida que procuram se justificar diante da discussão do sentido de ser crítico em Administração no Brasil.

Assim, não se tem por objetivo empreender uma “história” dessas associações, sendo esse algo secundário, por outro lado interessa destacar elementos que permitam compreender como essas organizações se configuram enquanto dispositivos do espaço da crítica e podem exemplificar, na prática, a disputa em torno do significado de “ser crítico”.

Fundada em 1976, a ANPAD reúne a associação de mais de 100 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* nos campos das ciências administrativas, contábeis e afins no Brasil.

Considerado o principal órgão de “interação entre programas associados, grupos de pesquisa da área e a comunidade internacional”, a ANPAD tem o “intuito de contribuir para o exercício da democracia e cidadania” e

acolhe distintas posições teóricas dentro do campo científico das ciências administrativas, contábeis e afins, figurando como importante espaço de diálogo e debates acadêmicos e de vivência social.

A SBEO, fundada em 21 de maio de 2012, não se identifica como sendo uma associação de Programas de Pós-Graduação, mas sim uma sociedade formada por pesquisadores individuais.

Caracteriza-se, também, pela proposta de uma perspectiva temática orientada pelas “trans, inter e multidisciplinar” e tem como objetivo

congregar pesquisadores dos diversos ramos da ciência, como Administração, Ciência Política, Direito, Economia, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, entre outros, interessados em estudar as organizações em suas diversas formas e dimensões.

Na sua apresentação institucional, a ANPAD declara acolher as mais diversas posições teóricas, mas é justamente o “lugar” das perspectivas críticas dentro da ANPAD que se constitui enquanto gatilho (CHATEAURAYNAUD, 2017) para momentos de prova dos atores focalizados neste estudo (DODIER, 2005).

Nas entrevistas é difícil a dissociação entre ANPAD e SBEO – no sentido de que quando se fala de um fala-se do outro – quando o assunto tratado é justamente o lugar da crítica em Administração no Brasil e isso se dá, principalmente, pela percepção de que os tidos como “críticos” seriam um peso a ser suportado pela ANPAD.

A ANPAD sempre foi o meu espaço de discussão e formação, só que chegou um momento que percebi que as abordagens críticas se tornaram um incômodo para as gestões [da ANPAD] [...] nós [os críticos] questionamos a forma como a associação tem sido conduzida e a ideia de Administração que ela se propõe a impor aos Programas.

Depois de mais de uma década frequentando os eventos da ANPAD eu não enxergo nela o meu lugar de fala [...]

As pessoas reclamam do modo como a ANPAD e os eventos da associação são tocados e tem razão. [...] Já fiz parte de comitê e divisão e sempre foi um desafio concretizar qualquer coisa fora do padrão ANPAD, mas ainda mais difícil por se

algo oriundo de um grupo que é uma minoria epistemológica e teórica dentro da divisão de EOs. [...] Não é fácil ser taxada como uma pesquisadora não-funcionalista.

A **percepção de um “não-lugar” da crítica na ANPAD** pode ser entendida como um importante referencial de ação oriundo desse dispositivo e que também se constitui como uma das justificativas para a construção de outros dispositivos, entre eles a SBEO.

Assim, o **“não-lugar” assume um duplo sentido**: o de justificativa para a constituição de novos dispositivos e o de crítica à ANPAD. Isso ilustra justamente a definição teórica de dispositivo empreendida nesta tese: o dispositivo é fonte legítima de referenciais de ação, mas também alvo de questionamentos e, conseqüentemente, fonte de novos dispositivos (DODIER; BARBOT, 2016).

O “não-lugar” por si só é um referencial de ação que ajuda a explicar a formação de um novo dispositivo como a SBEO, mas não é o suficiente tendo em vista que há um outro elemento que se faz presente e que se configura enquanto referencial de ação parcial.

Parcial à medida que não é compartilhado por todos os entrevistados, mas por um grupo específico que foi discutido anteriormente: majoritariamente aquele ligado à ideia de uma crítica à Administração.

Enquanto que o referencial de ação “não-lugar” pode ser visto como que compartilhado entre todos os entrevistados – independentemente da forma como percebem o sentido e a direção da crítica –, há um outro referencial que se destaca e esse diz respeito ao argumento da **“resistência política”**.

A criação da sociedade [SBEO] é uma atitude política em primeiro lugar. Nasceu da necessidade de criar um espaço mais flexível e com poder de decisão para um grupo que era minoria na ANPAD.

As pessoas tentam amenizar os motivos da criação da SBEO. [...] Alguns até fingiram surpresa, mas a verdade é que era algo eminente e natural. Desde a criação do ENEO estávamos tentando criar um espaço mais favorável e receptivo às abordagens críticas. [...] Sempre fomos vistos como a área problemática dentro da ANPAD. [...] E agora que optamos por criar um grupo alternativo à ANPAD somos vistos como os malvados da narrativa. [...] Decidimos explicitar o caráter político no meio acadêmico e por isso fomos transformados em vilões.

A criação da sociedade [SBEO] é um ato de resistência ao modelo da ANPAD. Primeiro foi pensada uma mudança de dentro com o ENEO que não funcionou. Negamos mesas de abertura com estrangeiros que queriam nos ensinar como escrever artigos, realizar o ENEO em outros lugares que não fossem hotéis, rejeitamos propostas de outros espaços e modelos de apresentação. Queríamos tornar os eventos mais baratos e acessíveis e ampliar o tempo para discussão dos trabalhos apresentados. A divisão (EO) já tinha essa discussão desde os anos 2000 e para a ANPAD isso tudo era um absurdo porque todas as outras divisões seguem o padrão. Todos os outros fazem de acordo com o que ela estabelece. A divisão (EO) se negou a dar prêmio da ANPAD. Foram gestões da ANPAD dizendo: vocês sempre dão problema.

Esses dois referências de ação são argumentos empregados pelos atores como justificações para a criação da SBEO e também são utilizados para justificar o seu lugar no espaço da crítica, sendo esse lugar normalmente de oposição à ANPAD.

Porém, esse caráter de oposição que pode ser caracterizado como resultante do referencial “resistência política” tende a ser flexibilizado pelo que foi caracterizado como terceira geração. Não só, mas principalmente por ela.

O grupo assim identificado tende a se posicionar com neutralidade quanto a disputa política entre ANPAD e SBEO e, novamente, se vale do referencial de ação “fortalecimento da crítica”.

Não posso negar a disputa entre elas [ANPAD e SBEO], mas no que diz respeito ao meu posicionamento assumo talvez uma terceira via: conciliação. Já temos poucas oportunidades dentro da Administração e ao invés de nos separarmos precisamos buscar um meio para unir esforços.

A crítica assim dividida favorece o status quo funcionalista. Enquanto eles estão voltados para uma mesma direção, a gente fica nessa confusão que eu acho que só nos prejudica. [...] Falta união e isso está nos enfraquecendo nos órgãos de fomento e dentro das próprias universidades.

Tu sabes que hoje mesmo eu falei disso com um colega meu aqui do departamento? Ele é da área de marketing e veio me perguntar como estavam as coisas na minha área por causa do momento político no país. [...] Eu disse que estamos em momento de estamos num momento confuso e isso tudo aí que estamos conversando hoje sobre a nossa área. [...] Tu sabes o que ele me disse? Ele me disse bem assim: vocês tinham tudo para crescer, mas não se acertam nunca. [...] E tu sabes que é verdade? Eu tive que dar razão para ele.

No espaço científico da crítica, a polarização entre ANPAD e SBEO é algo já bem claro nas relações que são estabelecidas antes os atores. Há argumentos pró e contra ANPAD e SBEO e esses estão bem dispersos entre o que foi caracterizado como sentido da crítica (crítica à Administração versus crítica na Administração) e direção da crítica (nacionalização versus internacionalização e as gerações). Essa dispersão dificulta generalização e a identificação desses argumentos em grupos específicos. Porém, de forma muito cuidadosa é possível apontar alguns aspectos que norteiam esses argumentos, a saber:

- a) é possível identificar uma maior presença de argumentos favoráveis a SBEO por parte dos adeptos a percepção do sentido da crítica como sendo uma crítica à Administração;
- b) as críticas à ANPAD mencionadas anteriormente são partilhadas por todos – independentemente das duas perspectivas críticas –, porém a diferenciação está

que para os que se dizem favoráveis à ANPAD a mudança deve ser feita de dentro para fora;

- c) há professores-pesquisadores que afirmam já terem sido “defensores” dos princípios que levaram a constituição da SBEO, mas que hoje se colocam críticos à entidade devido ao rumo que ela tem tomado; e
- d) a tendência, como já pontualmente mencionado anteriormente, de uma certa neutralidade por parte da 3º geração em relação à disputa entre SBEO e ANPAD.

Em relação às alíneas “c” e “d” acima, algumas observações ainda podem ser feitas.

Conforme dito por um dos entrevistados

Penso que a SBEO e o CBEO são hoje fundamentais para nossa área, mas discordo da direção que a associação tem tomado. O que vejo [...] é o fortalecimento de um grupo específico e não de uma área de estudos. Se for isso mesmo, o nome Estudos Organizacionais está equivocado.

Essa crítica é presente em mais algumas das falas e ela pode ser traduzida como uma disputa política interna à SBEO e que tem resultado no “afastamento” de alguns dos seus membros, mas não necessariamente no seu “esvaziamento” já que

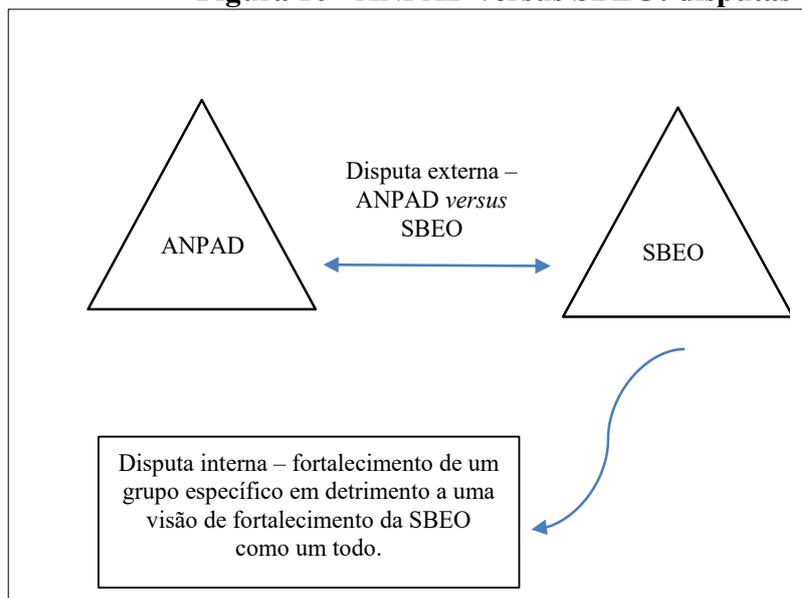
Continuo sendo associada à sociedade, mas perdi a vontade de participar ativamente dela [...] tem uma predominância das ideias de um grupo fechado [...] eles⁵⁸ até dizem ouvir, mas por serem maioria eles impõem a sua vontade.

Dizem que é para ser um espaço democrático. Eu até acho que é [...] se reúnem, discutem, votam e tudo isso da democracia, mas vence o voto da maioria e ela tem imposto [...] a forma como eles pensam e não como a SBEO pensa no seu todo. [...] Eu participo, mas já sei que serei voto vencido por não concordar com eles.

Posto isso, é possível observar a materialização da disputa em torno do sentido da crítica na polarização ANPAD versus SBEO como também na disputa política interna à SBEO.

58 O “eles” ao qual os entrevistados se referem diz respeito ao grupo que tem sido reeleito para dirigir a SBEO. Esse grupo pode ser visto como heterogêneo quanto às suas vinculações institucionais (universidades), mas é perceptível nos seus argumentos, como afirma um dos entrevistados, a ideia dos estudos organizacionais como uma “área autônoma à Administração” e de uma perspectiva crítica “muito mais ortodoxa”.

Figura 10 - ANPAD versus SBEO: disputas externa e interna



Fonte: elaborado pelo autor

Porém, a 3^o geração – na sua maioria – assume uma posição de “neutralidade” em relação **apenas** a disputa entre ANPAD e SBEO, sendo que internamente tende a fazer parte da disputa ou aderindo ao grupo que tem se fortalecido ou ao grupo que questiona os rumos da SBEO diante desse fortalecimento.

É interessante notar que em relação à disputa externa, parte dos professores-pesquisadores identificados como da terceira geração parece “orbitar” entre as duas associações no sentido de que não “tomam partido” nessa disputa e afirma frequentar os eventos de ambas as associações.

O argumento utilizado é que ambos são espaços legítimos e propícios à crítica e dizem ver em ambientes que favorecem o fortalecimento da crítica e, assim, surge mais uma vez o referencial de ação “**fortalecimento da crítica**”.

Essa constatação reafirma a identificação desse referencial como central para compreender as práticas em ação da 3^o geração e também permite “expandir” o argumento de que a terceira geração seria àquela que se interioriza no movimento de ocupação de universidades e institutos de ensino fora do eixo sul-sudeste, pois pode-se perguntar: no eixo não há professores-pesquisadores que estariam muito mais ligados a essa ideia de fortalecimento da crítica e vice-versa?

O primeiro aspecto para caracterizar a 3^o geração foi sim o geográfico no sentido de ocupação de novos subespaços dentro do espaço da crítica, sendo identificados a partir do que foi denominado **interiorização da crítica**.

A partir dessa estratégia analítica empreendida foi identificado o referencial de ação motor dessa geração que é o **fortalecimento da crítica** e esse, por sua vez, permite expandir justamente a concepção de 3º geração empreendida até o momento para o que aqui será denominada de “**dimensão intergeracional**” da 3º geração.

4.4 PARA ALÉM DA INTERIORIZAÇÃO DA CRÍTICA: A DIMENSÃO INTERGERACIONAL

Antes de dar início a esta seção, é preciso destacar que as primeira e segunda gerações apresentam o elemento caracterizador da dimensão intergeracional, ou seja, professores-pesquisadores que não estão nos grandes centros e que partilham dos referenciais de ação motores dessas geração e vice-versa. No entanto, nessas gerações esse aspecto não é determinante para caracterizá-las devido ao fato de não alterarem a compreensão que se tem dessas gerações. Já na terceira geração, a dimensão intergeracional é um aspecto que a caracteriza de forma a influenciar nas práticas empreendidas por esse grupo a partir do referencial de ação “fortalecimento da crítica” e, assim, constitui-se enquanto elemento fundamental para compreendê-la.

A dimensão intergeracional diz respeito ao hibridismo entre a influência das gerações anteriores e a transição dos referenciais de ação que surgem a partir da identidade e autonomia para o referencial de ação “fortalecimento da crítica”.

Uma das marcas caracterizadoras da 3º geração é o **entendimento de uma crítica plural**, não mais restrita àquelas que são caracterizadoras das gerações anteriores. Assim, o “selo” 3º geração, ao ser expandido para além do aspecto geográfico, permite ampliar a forma como ele pode ser caracterizado.

Já foi mencionado anteriormente que o termo geração seria compreendido a partir de uma **perspectiva espaço-temporal**. O aspecto “espaço” já foi bem caracterizado a partir das discussões das posições ocupadas com o processo de constituição da crítica no eixo (1º e 2º gerações) e a sua interiorização (3º geração).

Por outro lado, em um primeiro momento a perspectiva temporal está diretamente relacionada com a evolução do tempo histórico e, conseqüentemente, ganham um caráter relacionado com a idade, ou seja, pesquisadores que se formaram entre os anos 1980 e início dos anos 2000 estariam muito mais alinhados com os referenciais de ação das 1º e 2º gerações e os pesquisadores que terminaram sua formação após esse período com a 3º geração.

Porém, essa perspectiva temporal guarda em si uma problemática: como tratar os professores-pesquisadores que não se “encaixariam” nessa forma de categorizar o movimento da crítica em gerações?

Na tentativa de contornar essa limitação, propõe-se reconceituar o aspecto “tempo histórico” da perspectiva temporal ao redirecioná-la para um **aspecto “processual”** que tem por base justamente a perspectiva de trajetória.

A trajetória enquanto um dos aspectos constituintes da perspectiva temporal permite incluir na análise os “pontos divergentes” mencionado na metodologia (seção 3), sendo esses justamente os **professores-pesquisadores que não podem ser enquadrados na forma pura como foram caracterizadas as 3 gerações**. Porém, será arguido que esses pontos divergentes convergem muito mais com a 3^o geração do que com as anteriores.

Reforça-se, assim, que a classificação em gerações não trata de um questão da idade (mais velhos seriam pertencentes às primeiras gerações e os mais novos à terceira geração), mas sim de **trajetória no espaço da crítica**, ou seja, como esses sujeitos se relacionam no campo, as discussões empreendidas, os espaços ocupados, os dispositivos e quais os referenciais de ação que colocam em prática.

Assim sendo, esses professores-pesquisadores – que não podem ser classificados na forma pura das gerações – apresentam as seguintes características:

- a) se formaram no contexto das primeira e segunda gerações;
- b) ocupam posições no eixo;
- c) apresentam uma relação com as teorias estrangeiras, mas de forma a contextualizá-las com a realidade brasileira, ou seja, não se trata de apenas uma cópia do conhecimento produzido no exterior;
- d) não há a preocupação de se afirmarem como pesquisadores críticos, mesmo adotando epistemologias críticas e/ou epistemologias de sentido crítico;
- e) diversidade da agenda de estudos; e
- f) a presença da pluralidade de perspectivas críticas.

Ou seja, de forma geral, esses sujeitos compartilham de preceitos que caracterizam a terceira geração e, ao considerarmos o hibridismo mencionado anteriormente, poderiam ser vistos como pertencentes à 3^o geração, mesmo não observado o aspecto espacial da perspectiva geracional proposta.

Além do aspecto espacial que não é observado, há um outro que pouco aparece nesse grupo que é o referencial de ação “fortalecimento da crítica” norteador da terceira geração.

Nesse grupo se faz mais presente o **reconhecimento da diversidade/pluralidade da crítica**. A não presença explícita do referencial “fortalecimento da crítica” pode ser melhor entendido devido ao fato que esse grupo já tem uma trajetória bem definida no espaço da crítica como, também, já passou pelo processo de ocupação do espaço que está sendo vivenciado pela terceira geração. Assim, enquanto o referencial de ação “fortalecimento da crítica” está também associado há uma necessidade de ocupar posições no espaço da crítica pela terceira geração, essa não é mais uma necessidade latente desse grupo de professores-pesquisadores que já estão bem estabelecidos nesse espaço.

Contudo, a defesa de pluralidade das perspectivas críticas é outro elo que permite estabelecer a ligação desse grupo com a terceira geração, inclusive se considerada a tendência – observada na terceira geração – de transição dos pares identidade e autonomia compreendidos como nas primeira e segunda geração para o reconhecimento da pluralidade de perspectivas críticas e agendas de estudo configurando-se com um possível novo dispositivo no espaço da crítica.

Posto isso, compreende-se a **dimensão intergeracional** como um dos elementos caracterizados da 3^o geração, mas também como elo de ligação entre sujeitos-pesquisadores que se formaram e consolidaram sua trajetória profissional no processo de constituição das primeiras gerações, mas que apresentam muito mais afinidade com os elementos identificados como intrínsecos à terceira geração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese foi motivada pelo interesse em ampliar a compreensão do processo de constituição das abordagens críticas em Administração no Brasil e os seus efeitos no referido espaço científico.

É importante lembrar que o fenômeno de interesse é marcante no Brasil. Além disso, como visto na introdução e no início da fundamentação teórica, é um fenômeno que tem origem com a crise do capitalismo (crise do modelo fordista de desenvolvimento). Se a Administração se constitui cientificamente como curso superior a partir da formação do fordismo enquanto modelo de desenvolvimento, a partir da sua crise observa-se o desenvolvimento do fenômeno de interesse da presente tese: a crítica em Administração no Brasil.

A delimitação do que seria considerada uma perspectiva crítica ou não se configurou por si mesma um desafio para “cercar” o fenômeno de interesse que é justamente a sua constituição e os seus efeitos no referido espaço científico. No entanto, a partir dos dados, foi possível identificar uma forma de se desvencilhar da necessidade de definir o que seria uma perspectiva crítica de modo a direcionar a análise a partir de duas categorias: sentido da crítica e direção da crítica. Essas, por sua vez, se configurando enquanto objetivos específicos da tese, sendo que esses são:

- a) identificar e analisar o (s) significado (s) do sentido de “ser crítico” no espaço da crítica em Administração no Brasil;
- b) descrever e analisar o processo de configuração do espaço da crítica em Administração no Brasil; e
- c) descrever e analisar as estratégias de ação de atores do espaço da crítica ao longo desse processo.

Outro desafio foi a delimitação do que seria espaço científico, sendo que se buscou superá-lo a partir da resignificação do conceito bourdieusiano de “campo científico”. Para tal, utilizou-se de preceitos da Nova Sociologia da Ciência de modo a propor uma noção de espaço científico convergente com a perspectiva pragmatista empreendida nesta tese. Desse modo, caracterizo-o como sendo uma construção social dos atores, constituindo em si mesmo um dispositivo, permeado por uma pluralidade de práticas científicas negociadas no tempo e no espaço, sendo que essas práticas podem ser identificadas, descritas e analisadas por meio de uma perspectiva processual de modo a compreender o espaço científico enquanto um dispositivo com dimensões linguística e material.

De volta aos objetivos específicos, quanto ao da alínea “a” identificou-se que o significado do “ser crítico” no espaço da crítica em Administração relaciona-se, em um primeiro momento, ao sentido de ser crítico à perspectiva predominante: o funcionalismo.

Porém, a partir disso foram identificados dois sentidos da crítica em Administração que constituem em si mesmo referenciais de ação norteadores das práticas no espaço científico da crítica em Administração no Brasil.

O primeiro referencial de ação diz respeito ao sentido da crítica à Administração. Esse podendo ser traduzido como a negação da Administração como espaço possível de pensar criticamente as organizações como, também, uma perspectiva anti-*management*, ou seja, a crítica à Administração é também uma crítica ao capitalismo.

Os principais modos de justificação que sustentam essa forma de entender o sentido da crítica foram identificados como sendo o agenciamento de elementos teóricos advindos do que foi caracterizado como crítica social/teoria clássica e o argumento de que as fontes teóricas da crítica são entendidas como sendo exclusivamente externa à Administração, mas ao mesmo tempo necessária à ela.

Por sua vez, esse referencial de ação e seus modos de justificação apresentam desdobramentos no espaço científico, sendo os principais identificados a perspectiva da Administração enquanto objeto de estudo; a noção de produtos teóricos (reconhece a Administração enquanto ciência produtora de teorias, mas apenas a partir da experimentação de teorias oriundas de outras áreas); a defesa de autonomia dos Estudos Organizacionais (Críticos) em relação à Administração (funcionalista); e a diferenciação das perspectivas críticas em relação ao seu nível de criticidade (a crítica marxista como referência para estabelecer algo como crítico ou não, seja em relação à própria Administração ou entre professores-pesquisadores que compõem o polo “crítica à Administração”).

O segundo referencial de ação diz respeito ao sentido da crítica na Administração. Esse podendo ser traduzido como a proposta de explorar outras possibilidades na ciência Administrativa além do *mainstream* funcionalista, já que não nega a Administração enquanto espaço possível da crítica.

Os principais modos de justificação que sustentam essa forma de entender o sentido da crítica foram identificados como sendo o argumento de uma crítica plural, ou seja, a crítica não estaria restrita a perspectiva marxista/frankfurtiniana, os referenciais teóricos e as agendas de estudos são plurais e não se restringem a uma determinada corrente teórica e a crítica nesse polo diz respeito, principalmente, ao paradigma dominante na Administração.

Por sua vez, esse referencial de ação e seus modos de justificação apresentam desdobramentos no espaço científico, sendo os principais identificados a distinção entre “nós” e “eles”, sendo o “nós” enquanto identidade própria direcionada para uma perspectiva plural da crítica em oposição ao “eles” como o grupo identificado como marxista e que restringe a crítica à teoria marxista/frankfurtiana; o estabelecimento de agendas de estudo voltadas para a compreensão das contradições no âmbito das organizações; e a diferenciação dentro desse polo a partir dos distintos significados que podem ser atribuídos ao termo “contradições”.

Sobre o objetivo “b” foi proposta a caracterização do movimento no espaço da crítica a partir de uma perspectiva geracional – temporal e espacial – para a compreensão da forma como os sujeitos constroem os significados de identidade e autonomia.

Na primeira geração, a identidade é construída a partir da identificação de duas vertentes teóricas que se opõem: continuidade do legado Guerreirista e/ou de Maurício Tragtenberg. Já a autonomia é estabelecida em relação à Administração funcionalista. Em relação às estratégias de ação ganhou destaque a que denominada “rota de fuga” que diz respeito a ida de pesquisadores brasileiros à universidades estrangeiras com o intuito de “escapar” da formação predominantemente funcionalista no cenário brasileiro, entre as universidades de destino destacou-se a HEC-Montreal/Canadá, onde encontrava-se o grupo Humanismo e Gestão conhecido justamente por sua oposição à Administração funcionalista.

Já na segunda geração, enquanto que a autonomia passa a ser pensada a partir de um entrante no espaço – o CMS –, a identidade passa a ser caracterizada em torno da disputa da crítica pela crítica, ou seja, há uma disputa na definição do que seria ou não crítica.

Os desdobramentos práticos nessa geração são a institucionalização da discussão do sentido da crítica que tem como marco fundador o fórum de discussões promovido pela RAC em 2005; a noção de uma “crítica domesticada” enquanto referencial de ação por meio da qual veiculou-se a disputa pelo sentido da crítica; o grau de criticidade enquanto referencial para relativizar perspectivas teóricas não-marxistas; a perspectiva de uma crítica nacional pioneira a partir da defesa de sua anterioridade em relação ao CMS; e a distinção entre pioneirismo da agenda de estudo e a abordagem crítica em Administração, sendo que a distinção do pioneirismo o reconhece sem questioná-lo, mas que o relativiza quanto à agenda de estudos enquanto que a segunda distinção relativiza, também, a originalidade do pioneirismo.

Por sua vez, na terceira geração constata-se que as discussões a respeito da identidade e da autonomia se tornam secundárias na forma como ocorre nas gerações

anteriores, sendo que elas “orbitariam” em torno do referencial de ação “fortalecimento da crítica”.

Identificar o “fortalecimento” da crítica como referencial de ação na terceira geração significa dizer que diante da “interiorização” da crítica – constituição de novos subespaços dentro do espaço da crítica a partir do seu distanciamento institucional do eixo – os sujeitos buscam estabelecer suas posições dentro de espaço da crítica.

Entre as estratégias de ação na terceira geração, identificam-se a “virtualização” do espaço da crítica – constituição de uma rede virtual de trocas com o intuito de aproximação de sujeitos geograficamente distantes – e a aproximação de sujeitos, com perspectivas críticas distintas, por meio das agendas de estudo.

Além dessas, novas estratégias de ação também são engendradas a partir da constatação de endogenia das discussões em eventos da área de Administração e do pouco espaço em periódicos para publicação de pesquisas identificadas com fora do *mainstream* funcionalista.

Em relação aos eventos, é observada a distinção entre eventos vistos, predominantemente, como espaço para socialização – eventos na área de Administração – e eventos para o aperfeiçoamento intelectual como fontes de novos *insights* – eventos de outras áreas acadêmicas. Já os eventos internacionais não se configuram como espaço a ser ocupado imediatamente, preocupação essa muito mais relacionada a sujeitos das gerações anteriores.

Quanto ao pouco espaço de publicação para pesquisas de perspectivas não-funcionalistas, identificam-se como estratégias de ação o surgimento de novos periódicos – como o caso da Farol – e a defesa e/ou uso de novos meios/canais de divulgação dos resultados de pesquisa.

Por fim, quanto à direção da crítica, identificou a gênese de um outro importante dispositivo no espaço da crítica que migraria dos pares identidade e autonomia centradas no sentido da crítica para um dispositivo – ou dispositivos – orientado pela ideia de **pluralidade das perspectivas teóricas e agendas de estudos**.

Além das estratégias de ação identificadas a partir da inquirição dos sentidos da crítica (crítica à Administração *versus* crítica na Administração) e da direção da crítica (movimento do espaço a partir da perspectiva geracional proposta), organizações como ANPAD e SBEO foram analisadas enquanto dispositivos do espaço da crítica, ou seja, como elementos institucionais que são ao mesmo tempo fontes legitimadores dos modos de agir e formadoras de controvérsias.

Ao caracterizar a noção de “não-lugar” das abordagens críticas na ANPAD como referencial de ação, identificou-o como sendo àquele que ajuda a compreender a formação de um novo dispositivo como a SBEO, mas não suficiente em si mesmo tendo em vista a presença de um outro referencial de ação caracterizado como “resistência política”.

Esse referencial, por sua vez, não é partilhado por todos os sujeitos da pesquisa e é a partir dele que se observaram argumentos à favor, neutros ou contra a SBEO que permitiram delinear a materialização da disputa do sentido da crítica a partir da polarização ANPAD versus SBEO como sendo também uma disputa política interna à SBEO.

Por fim, foi apresentada a noção de “**dimensão intergeracional**” a qual está relacionada ao hibridismo entre a influência das gerações e a transição dos referenciais de ação que surgem a partir da identidade e autonomia para o referencial de ação “fortalecimento da crítica”.

Ao expandir a dimensão temporal – da caracterização geracional da direção da crítica – de tempo histórico para uma perspectiva processual – muito mais alinhada as premissas pragmatistas que sustentam a presente tese –, reforçou-se que essa dimensão não trata de uma questão de idade dos sujeitos, mas sim de suas trajetórias no espaço da crítica, ou seja, como eles se relacionam nesse espaço, as discussões empreendidas, os dispositivos acionados, os espaços ocupados e quais os referenciais de ação que colocam em prática.

Assim, definiu-se a dimensão intergeracional como um dos elementos caracterizados da 3ª geração, mas também como elo de ligação entre sujeitos-pesquisadores que se formaram e consolidaram sua trajetória profissional no processo de constituição das primeiras gerações, mas que apresentam muito mais afinidade com os elementos identificados como intrínsecos à terceira geração.

Posto isso, constata-se que a tese cumpriu seu objetivo e, ao mesmo tempo, abre caminho para uma agenda de estudos que pode ser promissora no campo da Sociologia da Ciência da Administração a partir de perspectivas teóricas das práticas.

A caracterização de uma terceira geração e da pluralidade das perspectivas teóricas configuraram-se como principais elementos emergentes dessa tese e também como a plataforma proposta para estudos futuros, tendo em vista que tanto os aspectos referentes às primeira e segunda gerações quanto as disputas entre ANPAD e SBEO já são bem conhecidos pelos sujeitos do espaço da crítica.

Por outro lado, a proposta de caracterização do sentido da crítica e da direção da crítica são em si novidades e só foram possíveis devido à adoção de uma postura pragmatista

na pesquisa por meio da noção de inquirição, como também do emprego do conceito de dispositivo conforme Dodier e Barbot (2016).

A ausência de categorias pré-estabelecidas antes da coleta dos dados possibilitou a identificação de categorias que emergiram dos dados o que, por sua vez, gerou uma nova forma de abordar um assunto já tratado anteriormente (classificação das perspectivas críticas em Administração no Brasil).

Isso mostra que as perspectivas teóricas das práticas – e aqui em especial àquelas que têm sido classificadas dentro de um guarda-chuva que é a Sociologia Pragmatista Francesa – podem ser promissoras para a proposta de uma Sociologia das práticas científicas em Administração de forma a refletir sobre o fenômeno das práticas científicas no espaço científico à medida em que o fenômeno se faz, ou seja, à medida que a terceira geração se constitui e se desenvolve.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **Organização & Sociedade**, v. 18, n. 57, p. 345-348, abr./jun. 2011a.
- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 174-178, dez. 2011b.
- ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Guerra fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, maio-junho, p. 284-299, mai./jun, 2012.
- ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. P. Americanizing Brazilian management. **Critical perspectives on international business**, v.8, n.1, p. 37-55, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- BARBOSA, M. A. C. et al. Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em Administração : alguns apontamento sobre disputas entre paradigmas e campo científico. **Cadernos EBAPE.BR**, 2013.
- BEN-DAVID, J. Emergence of national traditions in the sociology of science: The United States and Great Britain. **Sociological Inquiry**, Los Angeles, v. 48, n. 3, p. 197-218, 1978.
- BINI, T. J.; SERVA, M.; MELO, D. As habilidades de gestão dos coordenadores de grupos de pesquisa no campo da administração: uma análise baseada na sociologia da ciência. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Núcleo ORD-UFSC, 2013.
- BOLTANSKI, L. Institutions et critique sociale. Une approche pragmatique de la domination. **Tracés. Revue de sciences humaines**, n. 08, p. 17-43, 2009.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004a.
- BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004b.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BUNGE, M. A critical examination of the new sociology of science: part 1. **Philosophy of the social sciences**, Toronto, v. 21, n. 4, p. 524-560, 1991.

CAITANO, D. I. M. de O. **No limite da razão**: a tensão, o deliberar e phronesis. Uma análise pragmática sobre as situações críticas de gestão no trabalho dos agentes no complexo penitenciário do Estado (COPE). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 313 p., 2016.

CAMARGOS, M. A. de; FERREIRA, A. R.; CAMARGOS, M. C. S. Percepção, atuação, autonomia e condições de trabalho de coordenadores do curso de Administração de IES do estado de Minas Gerais. **Revista de Gestão**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.285-296, 2010.

CANÇADO, A. C. et al. Gestão social: conhecimento e produção científica nos ENAPEGS 2007-2010. **Revista APGS**, 3 (2), p. 115-137, 2011.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-47, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHANLAT, J.F.; SÉGUIN, F. **L'analyse des organizations**: une anthropologie sociologique. Quebec: Gaëtan Morin, 1992.

CHATEAURAYNAUD, Francis. L'épreuve du tangible. **Raisons pratiques**, v. 15, p. 167-194, 2004.

COLE, S. Merton's contribution to the sociology of science. **Social Studies of Science**, London, v. 34, n. 6, p. 829-844, 2004.

COLE, S; COLE, J. R. Scientific output and recognition: a study in the operation of the reward system in science. **American Sociological Review**, v. 32, n. 3, p. 377-390, 1967.

COLE, S; COLE. J. R. Visibility and the structural bases of awareness. **American Sociological Review**, v. 33, n. 3, p. 397-413, 1968.

COMETTI, J-P. **Qu'est-ce que le pragmatisme?** Paris: Gallimard, 2010.

CORRÊA, D. S. Do problema social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **Revista Política & Trabalho**, n. 40, 2014.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. de C. A crítica e os momentos críticos: de la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 67-99, 2016.

COSTA, P. H. S.; SILVA, M. F. A. O método pragmático de Charles S. Peirce. **Metávoia**, São João del-Rei, v.???, n. 13, p. 19-32, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed Porto Alegre (RS): ARTMED, 2010.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.

DENZIN, N., K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

DESLAURIERS, J-P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 127-153.

DEWEY, J. **Experiência e natureza; Lógica – a teoria da investigação; A arte como experiência; Vida e educação; Teoria da vida moral**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

DEWEY, J. La investigación social. In: DEWEY, J. **Lógica: Teoría de la investigación**. Pánuco: Fondo de Cultura Económica, 1938.

DEWEY, J. O desenvolvimento do pragmatism americano. **Scientiae Studia**, v. 5, n.2, p. 227-243, 2007.

DODIER, N. O espaço e o movimento do sentido crítico. **Fórum Sociológico**, v.13, p. 239-277, 2005.

DODIER, N.; BARBOT, J. La force des dispositifs. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 71, n. 2, 2016, p. 421-450.

DOSSE, F. **O império do sentido: a humanização das Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2003.

DUARTE, T. R. **O Programa Forte e a Busca de uma Explicação Sociológica das Teorias Científicas: Constituição, Propostas e Impasses**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DUBOIS, M. **La nouvelle sociologie des sciences**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FARIA, A. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1164-1173, dez. 2011.

FARIA, J. H. de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.

FEIJOO, A. M. L. C. Bases do pensamento fenomenológico e existencial em William James. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 840-851, 2013.

FETZ, M.; DEFACCI, F. A.; NASCIMENTO, L. Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 284-317, 2011.

FREGA, R. Qu'est-ce qu'une pratique. In : CHATEAURAYNAUD, F. ; COHEN, Y. (Orgs.). **Histoires pragmatiques**, Paris : EHESS, 2016, p. 349-385.

FREY, R. G. Utilitarismo. In: OUTHAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 785-787, 1996.

FULLER, S. On the motives for the new sociology of science. **History of the human sciences**, London, v. 8, n.2, p. 117-124, 1995.

GINGRAS, Y. **La sociologie des sciences**. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115 -146.

GODOI, C. K.; XAVIER, W. G. O Produtivismo e suas Anomalias. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.456-465, jun. 2012.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115 -146.

GOMES, V. de P. **Causalidade e hermenêutica em sociologia da ciência: uma crítica ao programa forte de David Bloor**. Tese de Doutorado em Filosofia – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2008.

GUIRALDELLI JR., P. **O que é pragmatismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

HALFFMAN, W.; RADDER, H. The Academic Manifesto: from an occupied to a public university. **Minerva**, p. 165-187, 2015.

HARGENS, L.L.; What is Mertonian sociology of science?. Budapest: v. 60, n. 1, p. 63-70, 2004.

HACKING, I. Ensaio Introdutório. In: KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, p. 9-47, 2017.

JACCOUD, M; MAYER R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 254-294.

JAMES, W. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KAISER, D. A Mannheim for all seasons: Bloor, Merton, and the roots of the sociology of scientific knowledge. **Science in Context**, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 51-87, 1998.

KARAM, C. A. **Legitimando uma inovação social: o caso do corpo de bombeiros voluntários de Joinville**. 2014. 404 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

KARAM, C.; SERVA, M. Pesquisando inovações sociais à luz da Sociologia Pragmática: uma nova proposta de abordagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RED PILARES, 3., 2014, Porto Alegre e São Leopoldo. **III Congresso Internacional Red Pilares**. Porto Alegre e São Leopoldo: 2014.

KINOUCI, R. R. Notas introdutórias ao pragmatismo clássico. **Scientiae Studia**, v. 5, n.2, p. 215-226, 2007.

KNORR-CETINA, K. **The manufacture of knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science**. Oxford: Pergamon Presse, 1981.

KNORR-CETINA, K. Merton's Sociology of Science: the first and the last Sociology of Science?. **Contemporary Sociology**, Iowa City, v. 20, n. 4, p. 522-526, 1991.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

KUHN, T. S. A função do dogma na investigação científica. In: DEUS, J. D. de (org.) **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório : a produção dos fatos científicos**. Relume Dumará, 1997.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique?: Conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue française de sociologie**, p. 495-524, 1993.

LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

LYNCH, M. **Art and artifact in laboratory Science: a study of shop work and shop talk in a research laboratory**. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador pesquisador. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 244-254, 2011.

MACIEL, F. R. P. **Caminhos e práticas traçados pela ação: a dinâmica indivíduo-território e a gestão de pequenos empreendimentos em tiradentes - MG**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 430 p., 2016.

MARTINS, G. P. de C.; AMARAL, M. C. M. O habitus em Bordieu e a teoria da justificação de Boltanski e Thévenot. **Latitude**. Maceió, vol. 3, n. 2, p. 96 – 108, 2009.

REZENDE, G. M. **Gestão de Unidades de Conservação ambiental: perspectivas pragmáticas e organizacionais**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 271 p., 2017.

MELO, D. **A agenda do professor pesquisador em Administração: uma análise baseada na sociologia da ciência**. TCC (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Administração. Florianópolis, 2011.

MELO, D.; SERVA, M. A agenda do professor pesquisador em administração: uma análise baseada na sociologia da ciência. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jul./set. 2014

MENDONÇA, A. L. de O. O encontro entre a tarefa reflexiva filosófica e o trabalho empírico sociológico: fraqueza e força do Programa Forte. **Ensaio Filosóficos**, v. 9, 2014.

MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MILIC, V. Sociology of knowledge and sociology of science. **Social Science Information**, London, v. 23, n. 2, p. 213-273, 1984.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A, (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MOSTAFA, S. P. O pragmatismo clássico e a filosofia da diferença: questões para a educação. **Contrapontos**, v. 13, n. 2, p. 120-129, 2013.

MOTTA, A. C de G. D. **Abordagem crítica nos estudos organizacionais no Brasil: grupos de pesquisa e iniciativas em universidades**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 305 p., 2014.

NASCIMENTO, E, M. M. Pragmatismo: uma filosofia da ação. **Redescrições**, v. 3, n. 1, p. 42-57, 2011.

OROZCO, L. A.; CHAVARRO, D. A. Robert K. Merton (1910-2003): la ciencia como institución. **Revista de estudios sociales**, Bogotá: v.12, n. 37, p. 143-162, 2010.

PAULA, A P.de P. et al. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil, **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 1, p.10-23, 2010.

PEIRCE, C. S. Escritos Coligidos. In: D'Oliveira, A. M.; SANTOS, L. H. (Org.) **Os pensadores: Charles Sanders Peirce e Gottlob Frege**, São Paulo: Abril Cultural, p. 7-192, 1983.

PEIRCE, C. S. **Ilustrações lógicas da ciência**. Aparecida: Ideias e Letras, 2008.

PINHEIRO, D. M. **A vida e trabalho do professor pesquisador em administração no sul do Brasil**. Tese de Doutorado em Administração – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 267 p., 2013.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, 2001.

PIRES, V. et al. Dossiê-Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

PHILLIPS, D. Epistemology and the sociology of knowledge: the contributions of Mannheim, Mills, and Merton. **Theory and Society**, Amsterdam, 1, p. 59-88, 1974.

QUÉRÉ, L. La structure de l'expérience publique d'un point de vue pragmatiste. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. **L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme**. La Tour-d'Aigues: L'aube, 2002. p. 131-160.

RESTIVO, S. Some perspectives in contemporary Sociology of Science. **Science, technology, & human values**, Massachusetts, v. 6, n. 35, p. 22-30, 1981.

SANTAELLA, L. Contribuições do pragmatismo de Peirce para o avanço do conhecimento. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 16, n. 18, p. 75-86, 2004.

SANTOS, B. de S. Sociologia da ciência e dupla ruptura epistemológica. In: SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 137-185.

SCHLICKMANN, R. et al. Conjecturas a Respeito do Campo Científico da Administração e Atuação do Pesquisador. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 12, n. 3, p.132-145, dez. 2012.

SCHLICKMANN, R. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil**. Tese de Doutorado em Administração – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 228 p., 2013.

SCHWINDEN, L. F. **Sociologia da Ciência versus Filosofia da Ciência: O debate acerca do Programa Forte**. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Centro de Filosofia e Ciência Humana, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, v.24, n. 2, p. 10-21, 1990.

SERVA, M. A importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 26, n. 4, p. 128-144, 1992.

SERVA, M. et al. Lógicas de ação de professores em administração: uma análise baseada na sociologia da ciência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 45, p. 64, 2016.

SERVA, M.; PINHEIRO, D. Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração: uma reflexão inicial sobre os estudos do campo no Brasil. **Anais do XXXIII ENANPAD**, 2009.

SHINN, T.; RAGOUET, P. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Editora 34, 2008.

SKLAIR, L. The political sociology of Science: a critique of current orthodoxies. **The Sociological Review**, London, v. 18, n.1, p. 45-59, 1970.

STEHR, N. The ethos of science revisited: social and cognitive norms. **Sociological Inquiry**, Los Angeles, n. 48, n. 3, p. 172-196, 1978.

THIERY, O.; HOUDART, S. Avant-propos. In: HOUDART, S.; THIERY, O. (Orgs). **Humains, non-humains**: comment repeupler les sciences sociales. Paris: La découverte, 2011.

TONET, R. S. **Atividade artesanal e autonomia complexa**: uma análise segundo a sociologia pragmática em contexto de DTS na Região das Vertentes - MG. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 259 p., 2014.

TOURAINÉ, A. **O retorno do actor**: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

VANDENBERGUE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Soc. estado**, v. 21, n. 2, 2006.

VALADARES, J. L. et al. Afinal, Você Também Trabalha?': Reflexões sobre o Não Trabalho no Ambiente da Pós-Graduação em Administração. **Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p.206-233, dez. 2014.

VELLOSO, J.; SAMPAIO, H.; MATOS, B. P.; BALBACHEVSKY, E. Formação acadêmica e mercado de trabalho: os destinos profissionais de mestres e doutores em Administração. In: VELLOSO, J. (Org.). **Pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país**. Brasília: CAPES, 2002, p. 61-100.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANNA, H. Ma. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

VINCK, D. **Sciences et société**: sociologie du travail scientifique. Paris: Armand Colin, 2007.

WACQUANT, L. J. D. Positivismo. In: OUTHAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 592-596, 1996.

WHITLEY, R. D. Black boxism and the sociology of science: a discussion of the major developments in the field. **The Sociological Review**, London, v. 18, n.1, p. 61-92, 1970.

